

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 1 de Fevereiro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1157 • Director: Carlos Brito

Reuniu o Comité Central do PCP

A exigência de uma efectiva mudança

Documento do CC em suplemento

Defender a Siderurgia ainda é possível

— afirmam as ORT's

Págs. 18 e 19



Estradas cavaquistas na enxurrada

• Henrique Custódio

Centrais

Campanha de fundos alcançou 206 mil em dez meses!



No documento do CC

Conquista histórica ameaçada

• Artigo de Jerónimo de Sousa

Pág. 16



Hoje na AR

Política de pescas

PCP marca debate sobre a crise

Pág. 9

Moeda Única

O Euro em pontapé de saída

Pág. 17

BÓSNIA

O luto português

Pág. 10



Membros do Comité Central do PCP, no intervalo da reunião

RESUMO

24
Quarta-feira

Dois militares portugueses morrem na Bósnia e um outro fica ferido, vítimas de uma explosão provocada por uma mina ■ A CGTP-IN não assina o Acordo de Concertação Social, lamentando a «governamentalização» da cerimónia ■ Os sindicatos dos professores consideram «inaceitável» a proposta sobre a actualização dos salários dos docentes do Ensino Superior apresentada pelo Ministério da Educação ■ O ministro do Planeamento e Administração do Território Nacional reafirma o objectivo da criação das regiões político-administrativas ■ John Major admite a possibilidade de o desarmamento no Ulster e as negociações multipartidárias decorrerem em paralelo ■ José Barrionuevo, antigo ministro do Interior de Espanha, é incriminado por Terrorismo, pelo Supremo Tribunal de Justiça ■ Yasser Arafat e Shimon Peres não chegam a acordo quanto à criação de um Estado palestino, durante a reunião que mantiveram.

25
Quinta-feira

Os sindicatos dos professores exigem a equiparação entre os topos das carreiras docentes e o pagamento do adicional de dois por cento ■ Partem para a Bósnia mais 250 soldados portugueses ■ Jaime Gama afirma o empenhamento de Portugal no reforço da UEO, durante um encontro com o secretário-geral da organização ■ Um grupo de timorenses refugia-se na embaixada da Polónia em Jacarta, com o objectivo de pedir asilo político ■ Jonas Savimbi garante que a UNITA «não voltará à guerra» ■ O Governo da Irlanda e os nacionalistas irlandeses rejeitam a proposta de Major de se realizarem eleições a curto prazo no Ulster ■ Acusado de ser um espião a soldo de Moscovo, o primeiro-ministro da Polónia, Jozef Oleksy, demite-se ■ Boris Ieltsin afirma que manterá a sua política de reformas.

26
Sexta-feira

O Comité Central do PCP reúne para analisar a situação política nacional ■ Um grupo de médicos envia uma petição à Ministra da Saúde, solicitando o pagamento imediato da dívida do Estado ■ A Comissão Europeia reafirma a sua indisponibilidade para ajudar financeiramente as vítimas das cheias em Portugal ■ Silvio Berlusconi falta à segunda audiência do seu julgamento ■ Hillary Clinton, a primeira dama norte-americana, depõe como testemunha do caso Whitewater.

27
Sábado

Na Bósnia, a Ifor ameaça recorrer à força, devido aos atrasos nas trocas de prisioneiros ■ O Chanceler austríaco propõe que os países da UE que não desenvolvam esforços suficientes para combater o desemprego sofram cortes nos fundos comunitários ■ Dois «rockets» contra uma mesquita provocam 22 mortos em Caxemira, aumentando a tensão entre a Índia e o Paquistão ■ Acusado de ter recebido dinheiro da droga, o presidente colombiano propõe a realização de um referendo para decidir o seu destino, sem que a ideia tenha aceitação.

28
Domingo

Realiza-se, nos Paços do Concelho de Lisboa, um ciclo de debates sobre um conjunto de temas que afectam os jovens ■ Na ex-Jugoslávia, prossegue o processo de libertação dos prisioneiros de guerra ■ Regista-se um fogo intenso de metralhadora junto da fronteira de Caxemira.

29
Segunda-feira

Partem os últimos militares portugueses para a Bósnia ■ O Presidente da República declara que a sua visita à ex-Jugoslávia «depende do Governo» ■ A União Europeia condena a Indonésia, devido à questão timorense ■ Quatro timorenses entram na Embaixada de França, em Jacarta, onde solicitam asilo político ■ Os nacionalistas da Irlanda do Norte acusam o Governo inglês de querer adiar as conversações ■ Arde em Veneza o célebre Teatro La Fenice.

30
Terça-feira

O Tribunal de São Roque da Ilha do Pico, nos Açores, profere a sentença de dois anos e meio de prisão para o ex-membro do governo regional, Natalino Viveiros ■ O Presidente francês, Jacques Chirac, anuncia o termo definitivo dos testes nucleares ■ Os ex-beligerantes da Bósnia-Herzegovina começam a retirada dos armamentos pesados ■ A Grécia ordena a mobilização das forças armadas para defender a soberania do Imia, uma ilha desabitada no mar Egeu que a Turquia reivindica ■ Aviões israelitas efectuam uma série de ataques contra posições do Hezbollah no sul do Líbano ■ Um jovem timorense é morto durante um motim na cadeia de Becora, em Díli.

As ligações perigosas

A pesar de ainda não ter sido apresentado, o Orçamento de Estado para 1996 domina a actualidade política.

O atraso que já ultrapassa os prazos legais e todas as promessas anteriormente feitas pelo PS, constitui, mesmo descontado o esquecimento do parecer do Conselho Económico e Social, uma revelação de embaraços, dificuldades e fragilidades que nenhuma desculpa disfarçam.

A este respeito, a Resolução Política de sexta-feira passada do Comité Central do PCP, que publicamos na íntegra na presente edição do «Avante!», observa muito oportunamente: «Não se trata apenas de ter falhado na operação impossível de meter o Rossio (das suas promessas eleitorais) na Betesga (da cega aceitação dos critérios de Maastricht), mas do receio do impacto na opinião pública da repetição das mesmas políticas que conduziram à crescente destruição do aparelho produtivo, ao desemprego em massa e à grave desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações na saúde, na segurança social, na educação e na habitação.»

Com efeito, o texto orçamental não se conhece ainda, mas o que vai chegando a público não desvanece, mas reforça a desconfiança de que ele será em larga medida, em áreas essenciais, um orçamento de continuidade em relação à política seguida pelos governos do PSD.

Entretanto, este previsível conteúdo orçamental de continuidade em relação à política de direita, não parece, apesar de tudo, descansar o Governo quanto ao concurso dos partidos da direita para assegurar a sua aprovação na Assembleia da República.

O nervosismo patenteado, a propósito, pelo Primeiro-Ministro, multiplicando declarações, «fugas» e «recados» para a imprensa, onde transpira uma certa chantagem e muito namoro à direita, põe em grande evidência a diferença que há entre «uma maioria relativa folgada» e uma maioria absoluta, e acaba por fragilizar a própria posição do Governo.

Tão graves como o conteúdo do Orçamento podem tornar-se, na futura acção governamental, as ligações perigosas para assegurar a sua passagem na Assembleia, que o Primeiro Ministro parece inclinado a estabelecer com o grande patronato e os partidos da direita, envolvendo questões como a revisão da Constituição e da legislação eleitoral, o que, a acontecer, converteria o Governo num perfeito refém dessas forças.

O texto do Orçamento e o debate orçamental é que vão esclarecer muita coisa a este respeito.

Entretanto, a circunstância de a Comissão Política do PS aparecer, no momento em que o Governo concentra todas as suas atenções no Orçamento, a anunciar como prioridades políticas pós-orçamentais, não a regionalização, como sempre prometera, mas revisão da Constituição e das leis eleitorais, dá para desconfiar, ainda que também tenha sido referida secundariamente a regionalização.

A circunstância de o CDS/PP, poucos dias depois, ter anunciado a apresentação do seu projecto de revisão da Constituição dá para desconfiar ainda mais e sobretudo sabendo-se que ambos os actos foram precedidos do encontro conjunto de Guterres com Manuel

Tão graves como o conteúdo do Orçamento podem tornar-se, na futura acção governamental, as ligações perigosas para assegurar a sua passagem na Assembleia, que o Primeiro-Ministro parece inclinado a estabelecer com o grande patronato e os partidos da direita, envolvendo questões como a revisão da Constituição e da legislação eleitoral, o que, a acontecer, converteria o Governo num perfeito refém dessas forças.

Monteiro e Ferraz da Costa, o chefe da CIP, como os jornais noticiaram.

O anterior projecto de revisão da Constituição do CDS/PP era uma conclusiva ilustração das concepções reaccionárias deste partido. Propunha nomeadamente: suprimir o preâmbulo da Constituição; proibir o aborto; eliminar a proibição das organizações que perfilhem a ideologia fascista; limitar o direito à greve; permitir o lock-out; limitar o direito dos trabalhadores à indemnização em caso de despedimento; minorizar as comissões de trabalhadores; eliminar o Serviço Nacional de

Saúde; eliminar o princípio da progressiva gratuitidade de todos os graus do ensino público; eliminar o direito à criação e fruição cultural; reescrever a Constituição económica de acordo com as doutrinas neo-liberais.

O projecto actual, numa primeira leitura, mantém tudo isto e acrescenta-lhe, entre outras inovações, a redução dos poderes do Presidente da República.

É uma boa questão a de procurar adivinhar quais serão as posições do PS em relação a um tal projecto de revisão da Constituição.

Há que reconhecer, no entanto, que em capacidade de se entender com a direita e o grande patronato, o governo do PS não pára de nos surpreender, como acaba de se verificar com o iníquo «acordo» de concertação social assinado pelo Governo, as confederações patronais e a UGT.

Vale a pena recordar aqui como esse «acordo» é, em síntese, caracterizado na Resolução Política do Comité Central, do passado dia 26 de Janeiro. Assim: «O governo do PS, para além de persistir numa política de contenção salarial que sacrifica os legítimos interesses e expectativas dos trabalhadores, prepara-se para concretizar a mais violenta ofensiva ao horário de trabalho e simultaneamente ao direito de contratação colectiva, à liberdade de negociação e à categoria profissional.»

Com toda a coerência, o órgão máximo do PCP entre Congressos apela aos trabalhadores para que se promova uma ampla campanha de esclarecimento e de luta para barrar o caminho a esta ofensiva capitaneada pelo governo PS e impedir que o «acordo» que acaba de firmar com o grande patronato, acolitado pela UGT, seja convertido em lei.

Este apelo é, significativamente, inserido numa abordagem da situação política que valorizou os factores que mais podem contribuir para «uma viragem democrática que corresponda à vontade de mudança expressa pela maioria dos portugueses nas recentes eleições presidenciais, como já antes tinha acontecido nas eleições legislativas de Outubro passado.»

Apontando entre esses factores «o aprofundamento da derrota do cavaquismo», «a intensificação do combate à política de direita», «a afirmação e o revigoramento da oposição de esquerda» e «a dinamização e o fortalecimento do PCP», o Comité Central salienta que valem em conjunto «como expressão da exigência de uma efectiva mudança» e sublinha que é o último - «a dinamização e o fortalecimento do PCP» - o elemento decisivo para essa mudança.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Saco Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Saco Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 35/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7^ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 206/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 475\$00

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Os barões amedrontados

O PSD está irreconhecível. E não é para menos. É que não foi só a derrota de Cavaco Silva nas presidenciais. Foram as outras três derrotas eleitorais - nas legislativas, europeias e autárquicas - que a antecederam, e o abandono de Fernando Nogueira e a recusa de Barroso, que se seguiram.

Há-de reconhecer-se que é carga de mais para um partido que afivelava a etiqueta de ganhador e se apresentava como «o partido do sucesso».

O mais divertido é observar o comportamento dos barões.

Perante o presente vazio de candidaturas à liderança, dir-se-ia que naquele partido de ambiciosos desapareceram as ambições.

Reparando como se esquivam quando são nomeados, dir-se-ia que os barões de outrora, atrevidos nas guerras pelo poder, viraram tímidas donzelas que fogem dele a sete pés.

Apárências, claro: os barões estudam-se como certos animais antes da refrega e sabem, como estes, que o que atacar primeiro pode provocar a unidade dos rivais.

«O risco é tremendo», anotava, no «Expresso», António Pinto Leite, membro da comissão

política laranja, depois de ter sentenciado que «o próximo líder do PSD terá de ter uma convicção interior, uma capacidade de afirmação e uma animalidade política acima da média».

O fogaço «nortista», Luís Filipe de Meneses, por sua vez, veio a público para recomendar «muita prudência» e insinuar «um projecto de unidade».

A melhor foi, no entanto, ouvir Marcelo Rebelo de Sousa usar os microfones da TSF, onde costuma examinar os outros, para, com veemência, se excluir da corrida à liderança do PSD, no jeito do «não me comprometa!», do cómico brasileiro Jô Soares.

Até chegou a declarar-se homem sem ambições políticas...

Os barões vigiam-se e temem-se, visivelmente. Sabem que se movem num terreno cheio de ciladas e armadilhas, numa atmosfera de intrigas e setas envenenadas.

Mas não é só.

Os barões também estão amedrontados pelas sovas mestras que lhes tem aplicado o eleitorado e, com as costas a arder, pensam duas vezes antes de se meter noutra.

Mas são incorrigíveis. Não perpassa nas suas

declarações, manobras e jogadas a menor preocupação com a situação calamitosa em que deixaram o país ao cabo de quinze anos de governação, dez dos quais sozinhos e oito em maioria absoluta.

Mesmo quando falam em discutir «estratégias» antes de discutir a «liderança», isso nada tem a ver com os problemas nacionais, trata-se apenas de operações de baixa política: de golpes, de rupturas, de simulações.

Não há como estas situações para os apanhar na pureza dos seus sentimentos para com país.

Veja-se as razões que invocam para uma posição em relação ao Orçamento de Estado.

Nogueira prevê que «o momento decisivo do actual Governo» será o Orçamento de 1997 e então é que o PSD deve abrir a crise.

Barroso defende que se vote já contra o Orçamento para não parecer que «não há diferenças» entre o PSD e o PS.

O mais espantoso é que não seja o governo do PS a preocupar-se com as diferenças e continue a seguir, em questões essenciais, a política de direita dos governos do PSD...

■ Carlos Brito

Aguardemos, pois

Volto aos «Altos & Baixos» do Expresso e à justeza dos seus critérios. «Alto» foi colocado, na semana passada, o dirigente do PS e secretário-geral da UGT, João Proença. As razões que levaram JAL a conceder-lhe tão elevado posto são várias e poderosas: ele «foi o grande protagonista do acordo de concertação social»; «fez "a ponte socialista" entre as partes envolvidas»; obteve «o compromisso das 40 horas até 1997»; obteve o «crescimento dos salários reais em 1996».

Perante esta avalanche de bem-aventuranças oferecidas por um só Proença, muitos hão-de ter sido os cidadãos que, melancolicamente, hão-de ter lamentado não existirem neste país mais dois ou três homónimos do dito. Porque se um Proença beneficia muita gente, dois proenças beneficiam muito mais, e por aí fora até ao paraíso terreal.

Vivas da costa, várias perguntas saltam, no entanto, à frente de qualquer leitor medianamente atento. E porque perguntar não ofende, aqui ficam algumas delas:

Estas 40 horas premiadas por JAL serão iguais àquelas a que o laureado Proença se referia, na AR, Em 20.6.95, quando dizia com voz de dirigente sindical na oposição: «em 1995 deve ser fixado por via legislativa o horário semanal de 40 horas?»; porquê o sim de Proença a estas 40 horas e o seu não às 40 horas propostas pelo PCP uns dias antes na AR?; as 40 horas que mereceram o «Alto» de JAL a Proença serão iguais às 40 horas contra as quais o mesmo Proença, em pose de dirigente sindical no governo, votou na Assembleia da República?; por que é que o PS, o PSD e o PP - cada qual à sua maneira - estiveram contra as 40 horas

do PCP e apoiaram as 40 horas de Proença e do Expresso?; como é que o governo PS conseguiu em três meses o que o consulado cavaquista não conseguiu em dez anos? Não duvido que JAL tenha respostas prontas para todas estas perguntas. Mas permito-me duvidar do fundamento dessas respostas. Porque estou em crer que JAL nunca ouviu falar nem sabe o que são essas coisas da «flexibilização» e da «polivalência» que envolvem e acompanham e sufocam as 40 horas de Proença. E creio rejeitado pelos proenças de diversas proveniências. Por isso aqui informo JAL: «flexibilização» é uma coisa que coloca nas mãos dos patrões todos os poderes para, de acordo com os seus interesses, decidirem sobre o horário e a organização do tempo de trabalho dos trabalhadores; «polivalência» significa a transformação dos trabalhadores em pau para toda a obra; e o projecto do PCP defende: a consagração legal em 1996 do máximo de 8 horas por dia e de 40 horas por semana, sem prejuízo dos regimes mais favoráveis; dois dias de descanso semanais; e redução dos horários de trabalho sem perda de salários e sem descaracterização da carreira profissional e dos direitos consagrados nos contratos colectivos.

Não tenho dúvidas de que JAL, depois de conhecer tudo isto, emendará a mão, corrigirá a injustiça que cometeu e na próxima semana teremos oportunidade de ver o projecto de lei do PCP no lugar mais alto dos seus «Altos» e as 40 horas de Proença no lugar mais baixo dos seus «Baixos». Aguardemos, pois.

■ José Casanova

O truque

Eram para aí duas e um quarto da manhã, falavam só três de cada vez, mas ainda deu para perceber que, no último «Flashback» da SIC, José Magalhães afirmava que a insistência na ideia do «voluntariado» era algo de essencial para assegurar a coesão da opinião pública em torno da participação militar portuguesa na intervenção na Bósnia.

Assim se confirmava, pela voz de um deputado do PS, tudo aquilo que antes já era possível intuir e subentender mas que agora deve ficar claramente estabelecido.

Ou seja, que a obsessão do Governo do PS em frisar, desde início, que os militares portugueses destacados para a Bósnia eram «duplamente voluntários» - voluntários para o Exército e voluntários para aquela precisa missão - sempre traduziu um sinal de má consciência e de flagrante medo da impopularidade desta decisão e sempre foi usada com o intuito de amortecer

a oposição à participação nacional naquela intervenção militar ditada pelos Estados Unidos.

Na verdade, ao recorrer com tanta ênfase ao argumento do «voluntariado», o que o Governo do PS pretendeu foi também, de certa forma, transferir para os próprios militares parte das responsabilidades que eram exclusivamente suas, favorecendo nos circuitos de pensamento comum a ideia de que terá sido o Governo que decidiu mas também foram os próprios militares que quiseram ir.

Entendamo-nos: a questão do «voluntariado» (ou não) devia ter sido e continua a ser totalmente irrelevante para ajuizar do fundo desta questão. Mas o Governo que, artificialmente, resolveu dar-lhe tanta proeminência no quadro dos argumentos e justificações para a sua decisão não pode agora queixar-se dos inevitáveis ricochetes

da questão do «voluntariado».

O primeiro ricochete está, desde logo, em que muita gente percebe que uma vez assegurado o primeiro «voluntariado» (para o Exército) estava, pela força das coisas, praticamente garantido o segundo «voluntariado» (para a missão na Bósnia), uma vez que se alguém tem um vínculo militar de natureza profissional, ainda por cima em tropas especiais, bem pode imaginar as consequências, para a manutenção desse vínculo (e das correspondentes remunerações) da sua recusa em participar numa missão como a da Bósnia.

O segundo ricochete é entretanto muitíssimo mais devastador. É que, em rigor, a importância atribuída pelo Governo ao tema do «voluntariado» é absolutamente contraditória com o tipo de justificações e objectivos arrolados pelo próprio Governo para a presença de tropas portuguesas na Bósnia, e

que, como se sabe, se sustentam em alegados critérios de «interesse nacional», «de defesa da paz», «de deveres de solidariedade», «de prestígio de Portugal» na cena internacional.

Com efeito, a teoria do «voluntariado» tem este pequeno senão: é que a sua consequência lógica, seria, nem mais nem menos, a de que, no caso de não haver «voluntários», o país ficaria então desprovido de meios e condições para a concretização de missões militares que entretanto foram grandiloquentemente apresentadas como imperativos de Estado e de realização do interesse nacional.

Nesta matéria, o pior de tudo é, não o esqueçamos, a errada, grave e perigosa decisão do Governo PS de mandar uma força militar para a Bósnia. Mas, logo o seguir, talvez o pior esteja no seu cobarde truque do «voluntariado».

■ Vítor Dias

BÓSNIA

Pax Americana

Sacrifícios inglórios

A intervenção da NATO sob o comando dos EUA na Bósnia representa a abertura de um novo ciclo de vida da organização político-militar.

A NATO intervém com dezenas de milhares de homens numa área extraordinariamente melindrosa. Trata-se de uma intervenção a mando dos EUA numa zona muito próxima da ex-URSS, nos Balcãs, num território secularmente disputado entre grandes potências. A intervenção tem assumidamente como eixo a protecção dos interesses dos EUA e é também um investimento para a campanha eleitoral do actual inquilino da Casa Branca. Visa ainda nesta viragem de milénio dar um sinal claro de quem manda no Planeta.

Os EUA, após terem sabotado várias hipóteses de acordo propostos pelos mediadores europeus, impuseram em Dayton nos finais de 1995 um novo Acordo que nada de novo traz e é de difícil execução.

Cientes da sua força mundial e subvertendo a letra e o espírito da Carta das Nações Unidas, os EUA e o Conselho de Segurança da ONU atribuem à NATO a missão (já a si atribuída pelos EUA) de impor em nome da «paz» e da «liberdade» o Acordo dos EUA.

Aprofunda-se pois o processo perverso e perigoso de instrumentalização do Conselho de Segurança da ONU pelos EUA, o que poderá vir a significar a crescente identificação estratégica do Conselho de Segurança com a NATO por via dos EUA.

É evidente que um tal processo criará um fosso tão grande entre o direito internacional, a Carta das Nações Unidas, as aspirações dos povos, e os interesses dos EUA/NATO que se agravará todo o clima de instabilidade reinante.

A intervenção dos EUA/NATO na Bósnia não tem como objectivo resolver problemas históricos delicadíssimos, mas antes servir de trampolim para os EUA mostrarem o seu poderio e impor ao longo de 1996 um «Acordo».

No fundo, os EUA impõem a sua paz, mas num exercício maquiavélico não querem correr o risco de serem os únicos a levá-lo a cabo. Por isso arrastaram os seus aliados. E o resultado será este: se as coisas correrem bem, os rapazes da América e os seus oficiais marcharão como heróis; se as coisas correrem mal, quem sabe se não serão os europeus a carregar com as culpas?...

Foi para um terreno tão armadilhado como este que o governo português decidiu enviar um contingente militar. Trata-se de um envolvimento numa situação em que os cordelinhos estão nas mãos dos EUA. O contingente português está às ordens de um comando estrangeiro e ao serviço da estratégia da NATO/EUA.

Diz o governo que é para impor a paz, mas sabe-se que a paz não se impõe pela força das armas e que no território da ex-Jugoslávia qualquer tentativa para impor pela força o ponto de vista de uma dada parte contra outra mais cedo ou mais tarde conduzirá à explosão de novas guerras.

Morrer por estes Acordos na Bósnia, por mais casuais que sejam as circunstâncias dessas mortes, não deixará no livro da História dos povos e da Europa as marcas das grandes causas, mas antes a da falta de coragem e de firmeza para não arrastar o país para operações que apenas servem os interesses egoístas de outros.

Não se trata tanto de saber se o contingente português estava bem preparado e se se portou à altura, mas sim de saber por que causa jovens portugueses deixaram o seu sangue na Bósnia. Sangue vertido é sempre sangue, mas havemos de concordar que sangue derramado ao serviço de ideais nobres retempera e consola em última instância, o que não é o caso da Bósnia.

■ Domingos Lopes

67 medidas para mudar Coimbra

Em conferência de imprensa realizada no passado dia 18 de Janeiro, a DORC do PCP divulgou um conjunto de 67 medidas, a serem incluídas no Orçamento de Estado para 1996, dominadas por uma ideia comum: concretizar a mudança e melhorar a vida dos cidadãos

Sublinhando a necessidade de uma viragem «política nacional», a DORC salienta que «a prática governativa, parlamentar e autárquica do Partido socialista não deu até à data sinais de corresponder no concreto a esta necessária viragem». É com este pano de fundo que o PCP avança um vasto leque de propostas concretas em várias áreas fundamentais.

No capítulo dos transportes e comunicações, propõe a conclusão das ligações dos pólos urbanos às grandes vias do Plano Nacional e destes entre si, bem como o melhoramento da malha de ligações interconcelhias.

Nomeadamente, exige a conclusão do troço do IP3 Santa-Eulália-Trouxemil, a construção da nova Ponte Rodoviária sobre o Rio Mondego, entre Moinho de Almojarife e Lares, o alargamento e correcção do traçado da Estrada Condeixa-Figueiró do Campo.

Para a ligação da Figueira da Foz à A1, é tido como essencial o alargamento e rectificação do troço do IC 8 Pombal-Guia, onde também se defende a construção da Ponte da Gala. A conclusão das obras da EN 324 e das variantes de Condeixa, Miranda do Corvo, Lousã e Góis são igualmente reivindicadas.

A DORC quer ainda o melhoramento da Estrada da Beira, o prolongamento da via-rápida entre Taveiro e Montemor-o-Velho, a concretização do plano de acessibilidades a Coimbra, designadamente com o alargamento da Ponte da Portela, construção da Avenida da Boavista e da Nova Ponte, bem como da ligação da estrada da Beira-Nova do Ceira-IC2.

É igualmente pedida a conclusão das obras de melhoramento da EN234 entre Cantanhede-Mira, o melhoramento da EN 234-3 entre Serpins-Vila do Ceira, a construção da nova estrada Portela do Vento-Pampilhosa da Serra, a construção de viadutos sobre a linha férrea em Salmânia, em Formoselha, Cantanhede, Lemedede e Arazade, Casais e Parreiras e sobre o IC, em Sargento-Mor.

Nas ligações ferroviárias, exige-se a renovação da linha e do material circulante no ramal Pampilhosa-Figueira da Foz, novo material circulante na linha Coimbra-Lousã, o alargamento do tabuleiro da ponte de Almojarife-Lares e o prolongamento do ramal da Lousã e sua ligação à restante rede ferroviária.

Para os transportes públicos de Coimbra, os comunistas pedem uma dotação orçamental para os SMTUC, a instalação do Metro de superfície e a construção da central de camionagem de Coimbra.

Relativamente aos equipamentos educativos, culturais e desportivos, a DORC defende a construção das instalações do conservatório de Música de Coimbra, a aquisição dos imóveis Sousa Bastos e do Coimbra Clube e a sua recuperação para espaços do Centro Histórico da cidade, bem como a restauração do Teatro Esther de Carvalho, em Montemor-o-Velho.

Os comunistas apresentam um verdadeiro programa de construção e apetrechamento de pavilhões gimno-desportivos em numerosas escolas preparatórias e secundárias do distrito, a construção de um estabelecimento secundário em Soure, a conclusão do Pavilhão 3 do Estádio Universitário de Coimbra, a construção das piscinas de Condeixa e de Montemor-o-Velho, bem como a construção e equipamento do Tanque de aprendizagem de natação em Santa Clara (Coimbra).

Outras obras importantes são pedidas para os pavilhões desportivos de povoações e colectividades da região.

O projecto da DORC dá ainda resposta a necessidades sentidas em vários departamentos da Universidade de Coimbra, referindo-se mais adiante aos equipamentos de saúde, onde se destaca a construção do novo edifício do Hospital pediátrico e do bloco de consultas externas da unidade hospitalar da Figueira da Foz, para além de dois centros de saúde em Coimbra e na Praia de Mira. É também proposta a construção do Bairro Social de Maiorca com 25 fogos.

No campo da preservação e valorização do ambiente, o PCP pronuncia-se pela instalação da reserva Natural do Paul do Taipal, a demarcação, aquisição dos terrenos e instalação da área protegida do Paul da Madriz, ambos em Montemor-o-Velho, e a preservação e aproveitamento das matas de Abofarda e de S. João do Campo.

A limpeza e recuperação do leito do rio Mondego, o rebaixamento do dique do Casal Novo do Rio a despoluição dos rios Alva, Alvoco e Seia, bem como a reabilitação urbana do centro histórico de Coimbra e a recuperação dos edifícios das «Repúblicas dos Estudantes» são outras medidas preconizadas neste plano que inclui também propostas de criação do Centro Museológico e recuperação do valiosíssimo património histórico do distrito.

No que respeita à segurança dos cidadãos, a DORC fala da necessidade de construir uma nova penitenciária, novos quartéis da GNR em Maiorca e Condeixa, e instalações para os bombeiros de Coimbra e de Penacova.

Por fim, o documento manifesta-se a favor do prosseguimento da obra de rega, drenagem e emparcelamento do vale principal do Mondego e início das obras nos vales secundários dos Rios Arunca, Pranto e Foja, exigindo a electrificação de todo o vale do Mondego.

DORC aprova calendário para 96

Reunida quarta-feira da passada semana, a Direcção Regional de Coimbra debateu os aspectos mais significativos da situação política e aprovou o calendário de actividades para o primeiro semestre, tendo ainda decidido lançar uma campanha de novas adesões ao Partido.

A DORC regozijou-se com os resultados das presidenciais obtidos no distrito, os quais «expressam uma clara vontade de ver resolvidos muitos dos problemas e carências existentes».

Interpretando exactamente este sentido de mudança, a estrutura comunista apresentou recentemente 67 propostas para serem consideradas na discussão do Orçamento de Estado de 1996 (ver peça ao lado).

Relativamente à situação dos trabalhadores, a organização discutiu os aspectos graves decorrentes do acordo de concertação social, sublinhando que a flexibilização dos horários de trabalho e polivalência de funções «são velhas reivindicações das confederações patronais, agora concretizadas com o Governo PS».

A mudança que tarda

Os trabalhadores do distrito não vislumbram desta forma quaisquer mudanças positivas na situação criada pelos governos de direita. Só nos últimos dois anos, 35 empresas encerraram,

14 das quais têm processos em tribunal, duas estão paralisadas, 25 têm salários em atraso, afectando 2700 trabalhadores, lesados em cerca de um milhão e



No distrito de Coimbra há 25 empresas com salários em atraso

meio de contos, e 15 violam direitos adquiridos. Este conjunto de empresas abrange um total de 8700 trabalhadores, e respectivas famílias, vítimas de uma política errada e injusta.

Um outro tema debatido foi a Regionalização, tendo a DORC

expressado o seu acordo com a criação da região Beira Litoral, enquanto base de partida para discussão com as populações, processo no qual, segundo o PCP, «as Assembleias Municipais terão obrigatoriamente a última palavra sobre a configuração final das áreas das regiões a criar».

A DORC adianta ainda que defende a concepção de «região polinucleada, sem determinação de sede regional e aberta ao prin-

cipio de uma descentralização dos principais órgãos, serviços e delegações regionais».

Actividade em 96

No calendário de iniciativa política para o primeiro semestre de 1996, merecem especial referência as iniciativas comemorativas do 75º aniversário do PCP em vários concelhos do distrito, com destaque para o início de 29 de Março, em Coimbra; a realização de três debates públicos, o primeiro dos quais será dedicado ao 20º aniversário da Constituição da República; e o Encontro distrital da CDU sobre as eleições autárquicas.

No âmbito da preparação do 15º Congresso do PCP, a DORC irá promover vários plenários temáticos sobre a regionalização, a situação internacional, a intervenção dos comunistas no Movimento Sindical e nas empresas, e aos problemas da juventude.

Nas reuniões foram ainda aprovadas as contas referentes ao ano transacto, bem como o orçamento para 1996. Por último, os comunistas de Coimbra decidiram lançar uma campanha de novas adesões ao PCP.

Na Metalurgia Casal Trabalhar sem receber

Os trabalhadores da Metalurgia Casal há muito que são obrigados a trabalhar sem receber, denuncia em comunicado a Comissão Concelhia do PCP, manifestando-se solidária com as formas de luta em curso na empresa.

Actualmente, o montante dos salários em dívida aos trabalhadores é superior a 40 mil contos e a falta de matéria-prima para laborar faz temer pela sorte dos seus postos de trabalho.

Não há razões válidas que justifiquem esta situação, a não ser a

má gestão e as políticas que lhes têm dado cobertura.

A imoralidade é tão patente, quanto é certo que para os patrões não houve cortes na alimentação, nas boas casas e nos carros de luxo, nas jóias e nos passeios. As suas fortunas, construídas ao longo de décadas à custa da exploração dos trabalhadores, estarão intactas. Por isso, que lhes importa que mais de cem famílias não tenham dinheiro para se alimentarem, para cumprirem compromissos assumidos quando ainda pensavam que o

pagamento da sua força de trabalho era um direito sagrado?

A indignação é legítima mas os trabalhadores da Casal sabem que só podem contar com a sua luta e a sua unidade para fazerem valer os seus direitos. Das sucessivas lutas que têm travado, destaca-se a paralisação do passado dia 18 de Janeiro, à qual aderiram 90 por cento dos trabalhadores. Esta acção foi acompanhada de cortes de estrada para sensibilizar a opinião pública para a injustiça de que estão a ser vítimas.

Novas lutas estão entretanto anunciadas caso a administração não pague os salários e não compre a matéria-prima indispensável à laboração da empresa.

A Comissão Concelhia do PCP apoia a luta na Casal e exorta os trabalhadores a reforçarem a sua unidade e determinação em defesa do direito à justa remuneração, ao mesmo tempo que exige do Governo PS que cumpra as suas promessas de justiça social, neste caso tão flagrantemente violada.

CAMARADAS FALECIDAS

Joaquim Seabra Dinis

Faleceu, no passado dia 26 de Janeiro, Joaquim Seabra Dinis, que completaria, ontem, dia 31 de Janeiro, 82 anos de idade. Médico, figura muito destacada da vida científica e cultural do País, introduziu em Portugal o método do «parto sem dor» e outras inovações e conquistas da medicina.

Era um activo e devotado militante do Partido desde a juventude, desenvolveu actividade como divulgador dos ideais da liberdade e do socialismo, e participou permanentemente nas actividades da oposição democrática durante a ditadura fascista.

Gravemente enfermo desde há anos, morreu nas fileiras do Partido confiante nos nobres ideais da libertação do Ser Humano.

Manuel Campos Lima

Faleceu, na noite do passado dia 25 de Janeiro, Manuel Campos Lima, que contava 79 anos de idade. Membro do Partido desde a sua juventude, fez parte de sucessivas listas democráticas pelo Algarve, durante o fascismo. Foi sempre um camarada activo e dedicado, gozando de grande simpatia dentro e fora da organização. Advogado de profissão, foi director do «Diabo», militando ultimamente na Freguesia de S. António, no concelho do Barreiro.

O seu funeral realizou-se, no passado dia 27 de Janeiro, para o cemitério de Vila Chã, no Barreiro.

Adelino Mórta Bagão

Faleceu, no passado dia 25 de Janeiro, Adelino Mórta Bagão, com 70 anos de idade, natural da Freguesia de Alcáçovas, no concelho de Viana do Alentejo. Maquinista reformado da CP, estava actualmente organizado no Pinhal Novo, tendo integrado a respectiva Comissão de Freguesia.

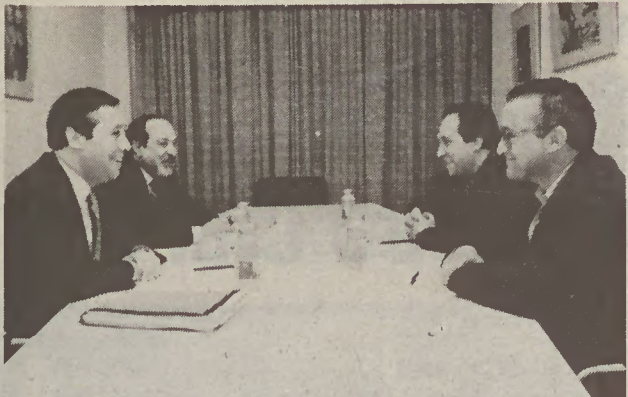
Maria Amorim Simões

Faleceu, no passado dia 11 de Janeiro, com 70 anos de idade, Maria Conceição Reis Amorim Simões. Militante comunista desde longa data, o seu funeral realizou-se, no passado dia 13 de Janeiro, para o Cemitério de Vila do Conde, onde lhe prestaram homenagem numerosos camaradas e amigos.

Luísa Veloso

Faleceu, no passado dia 18 de Janeiro, em Lagos, onde foi a sepultar, Luísa Veloso, de 63 anos de idade. Membro da Intervenção Democrática e destacada lutadora antifascista, fez parte das listas da CDU do Algarve. Era mulher do camarada José Veloso, membro da DORAL do PCP.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



PCP recebe delegação da APAUT

Uma delegação da Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo (APAUT), constituída pelo seu presidente, Atilio Forte, e Jacinto Aleixo, membro da direcção, foi recebida na passada terça-feira na sede do PCP em Lisboa, por Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política.

O Encontro realizou-se a pedido da APAUT para troca de impressões sobre as conclusões e recomendações do XXI Congresso das Agências de Viagens e Turismo, decorrido nos Açores, entre os dias 25 e 30 de Novembro, do ano transacto.

DORCB quer verbas para C. Branco

Reunida no passado dia 20, a Direcção Regional de Castelo Branco considerou que as necessidades de investimento da região não podem ser frustradas, exigindo que os compromissos eleitorais do PS sejam cumpridos. Neste sentido, a DORCB está a elaborar um conjunto de propostas para o PIDDAC, que serão apresentadas pelo Grupo Parlamentar Comunista na AR.

Na sua reunião, a DORCB analisou ainda os resultados das presidenciais, considerando que constituíram um «novo sinal da vontade de mudança de política pelo povo português», e teceu duras críticas ao chumbo pela bancada socialista do projecto de lei do PCP sobre as 40 horas semanais.

DOREV comenta chumbo das 40 horas

A Direcção Regional de Évora do PCP saudou em comunicado a iniciativa parlamentar comunista sobre as 40 horas semanais, salientando pela sua parte foram honrados os compromissos eleitorais, enquanto o voto contrário da bancada socialista veio demonstrar que «mudam-se os tempos, mudam-se as vontades».

Recordando que os deputados socialistas votaram favoravelmente o mesmo projecto em Junho de 1995, a DOREV observa que «a vontade do PS, enquanto oposição, era a de agradar aos cerca de 800 mil trabalhadores ainda sujeitos a um horário efectivo superior a 40 horas e que hoje, sendo Governo, não quer naturalmente desagradar ao patronato».

DORG alerta para mais desemprego

Da análise que faz das consequências que resultaram do acordo de concertação social, a Direcção Regional da Guarda sublinha que a polivalência e a flexibilização dos horários «vêm facilitar as intenções do patronato têxtil de reduzir ainda mais os postos de trabalho, agravando o desemprego e a crise social deste sector, comprometendo também o necessário desenvolvimento desta região».

Para aquela estrutura comunista, os conteúdos do acordo, a serem aprovados em Lei, obrigarão os trabalhadores a executar obras fora da sua área profissional e também horários diários que poderiam ir até 12 horas, ajustados ao fim de 4 meses».

A DORG recorda quem, já em 1990, a redução do horário de trabalho foi utilizada como moeda de troca de direitos, sem nunca ter sido posta em prática. Agora, novamente, as 40 horas semanais são pretexto para o Governo PS, patronato e UGT colocarem em causa conquistas históricas dos trabalhadores e fazerem destes pau para toda a obra. Apesar disto, a aplicação das 40 horas é remetida só para 1998.

Tempos difíceis em Santo Tirso

Em conferência de imprensa realizada na passada segunda-feira, a Concelhia de Santo Tirso do PCP chamou a atenção para as dificuldades em várias empresas do concelho, onde o desemprego aumentou 11,5 por cento no espaço de um ano.

No próprio dia em que o PCP denunciava publicamente os graves problemas sociais (aos quais daremos tratamento mais pormenorizado na próxima edição do «Avante!»), rebentava um novo conflito na empresa Abel Alves de Figueiredo, situada em Santa Cristina do Couto. Nesse dia só a determinação dos trabalhadores impediu que fossem retiradas as máquinas da fábrica, o que poderia condenar definitivamente os cerca de 400 postos de trabalho ali existentes.

Os trabalhadores contestam o processo de falência requerido por dois credores da empresa e que deverá ser apreciado brevemente em Tribunal. Para já, contam com os esforços do deputado comunista, José Calçada, e dos membros da Concelhia de S^o Tirso, com quem tinham um encontro agendado para terça-feira última.

Reunidos em Plenário, os comunistas algarvios analisaram a situação política e social na região, definiram as linhas prioritárias de intervenção e aprovaram um plano de actividades para 1996.

Expressando grande preocupação pela evolução da situação económica e social da região, o Plenário da DORAL, reunido no passado sábado, constatou que toda a actividade produtiva é marcada por dificuldades e estrangulamentos. O documento de conclusões assinala:

«O que resta da actividade conserveira está a contas com novas dificuldades em consequência dos Acordos estabelecidos com Marrocos impostos pela União Europeia com o aplauso do Governo PS e dos deputados do PSD. Acentuou-se o clima de insegurança em todo o sector pesqueiro pelas previsíveis consequências da integração de Portugal na Política Comum de Pescas, somadas à perda de oportunidades de pesca e de rendimentos de pescadores e armadores. A actividade agrícola constitui um risco que cada vez menos agricultores correm. Na construção civil, a redução do volume de obras e as crescentes falências de empresas agravam o desemprego. O pequeno comércio afoga-se nas dificuldades movidas pelas grandes

Algarve

Actividade produtiva está estrangulada

superfícies. A actividade turística, apesar dos resultados obtidos no ano transacto, não contribuiu para aumentar postos de trabalho e garantir estabilidade de emprego.

«O desemprego continua a crescer e, tão grave quanto isso, são os atrasos que se continuam a verificar no pagamento dos subsídios respectivos o que está a conduzir a situações de extremo dramatismo para milhares de trabalhadores que, ficando sem trabalho, ficam sem condições de subsistência.

Neste quadro, a DORAL do PCP reafirma «a urgente necessidade de se dar corpo a uma nova política» adiantando que «a manterem-se as orientações e objectivos (...) rapidamente o PS perderá os apoios obtidos».

A DORAL condenou ainda o comportamento do Governo PS em relação ao projecto das 40 horas, classificando de «gravíssimas» as cedências feitas ao patronato, com o apoio da UGT, designadamente através da consagração da flexibilização dos horários de trabalho e da polivalência de funções.

CDU recupera vereador em Albufeira

Congratulando-se com o desfecho das eleições intercalares para a Câmara de Albufeira, que permitiram concretizar o grande objectivo de eleger de novo um vereador da CDU para o executivo camarário, o Plenário considerou que «tais resultados significam, em si mesmo, o reconhecimento da importância da presença e da validade do projecto de gestão autárquica que os eleitos da CDU corporizam e demonstram que a CDU constitui uma força política com inquestionável peso e influência na sociedade algarvia.

«A eleição de um vereador da CDU para a Câmara de Albufeira, ganha agora pelo PS em maioria relativa, após anos de gestão dominados pela maioria absoluta desta força política, marcada por sucessivos escândalos e ilegalidades significará, acima de tudo, um importante contributo para que «o bom nome de Albufeira» seja reposto.

«Nesse sentido, a actuação do eleito da CDU será sempre pautada pela defesa da legalidade, pela isenção e transparência em todas as decisões tomadas e terá na resolução dos problemas das populações o principal objectivo.

vo. Quem votou na CDU confirmará a justeza do seu voto.»

Intensificar a actividade

A DORAL do PCP salientou o grande êxito obtido no Algarve na Campanha Nacional dos 150 000 contos, expresso no facto de se ter largamente atingido e ultrapassado os objectivos que nos foram propostos.

Para completar o apetrechamento do novo Centro de Trabalho, recentemente inaugurado em Faro, a DORAL decidiu lançar uma Campanha de Fundos de 3 mil contos, a efectuar no primeiro semestre do ano em curso, confiante que tal objectivo será atingido e ultrapassado.

O Plenário aprovou um vasto conjunto de iniciativas constantes no Plano de Actividades para o ano em curso das quais destacamos, um ciclo de debates abertos sobre diversos temas da realidade económica, política e cultural a realizar nas novas instalações do PCP, recentemente inauguradas em Faro; um vasto programa político e cultural integrado nas comemorações dos 75 anos de vida e de luta do PCP; uma intensa preparação das próximas eleições autárquicas; uma campanha de reforço do PCP nas qual se inclui, até à realização do 15^o Congresso, o recrutamento de mais 200 novos militantes.

Campanha de Fundos em Alfândega da Fé

Para pagar Centro de Trabalho

A Organização Concelhia de Alfândega da Fé decidiu lançar uma Campanha de Fundos no valor de 750 contos para ajudar a pagar o seu Centro de Trabalho, adquirido no final do ano passado.

Pouco tempo após o 25 de Abril de 1974, do Partido passou a funcionar naquelas instalações, cuja ocupação foi uma conquista importante para todos os antifascistas de Alfândega, já que o edifício tinha pertencido à Legião Portuguesa.

Ali ocorreram as primeiras reuniões do MDP e do PCP. Lá foram feitos os primeiros comunicados e produzidos inúmeros materiais que mobilizaram a população para os ideais da liberdade e da democracia.

Para os militantes locais do Partido, este Centro de Trabalho tem um significado especial e faz parte do património de luta dos comunistas e da sua dedicação à causa dos trabalhadores e do povo.

No Verão quente de 1975, um grupo de marginais e arrua-ceiros ao serviço de forças políticas bem conhecidas assaltaram o Centro e ocuparam-no. Passado pouco tempo, as instalações foram recuperadas e passaram a funcionar como sede do PCP.

Hoje, os comunistas de Alfândega da Fé continuam firmes na sua vontade de reforçar o Partido, tendo recentemente constituído uma Comissão de Fundos, integrada pelos camaradas Manuel João Araújo, membro do secretariado da DORBA e responsável pelo concelho, António Borges Ferreira, Almiro Sá Ramos e Júlio Ribeiro e Nelson Cortinhas.

A Comissão de Fundos reuniu, na passada quinta-feira, para traçar as principais orientações da campanha que decorrerá até ao final



A comissão de fundos tem como objectivo alcançar a meta até final do ano

do ano em curso, dirigindo-se a todos os camaradas e amigos que nela queiram participar.

Todos os contributos podem ser directamente entregues à Comissão de Alfândega da Fé, à Direcção Regional de Bragança, ou depositados na conta aberta na Caixa Geral de Depósitos de Alfândega da Fé, em nome do PCP e com o nº 0042/006725/431. No âmbito da campanha decorrerá brevemente um sorteio.

A Comissão apela a todos os alfandegueses que não vivendo na vila, estando espalhados por todo o País, tenham um gesto de apoio e solidariedade com a sua terra e o PCP.

Para breve, está previsto o início de obras de remodelação e modernização das instalações, cuja inauguração será assinalada com uma festa de convívio.

EXCEPÇÃO NAS CONSERVAS

«Cabe ao Governo a adopção de medidas excepcionais para fazer face a uma situação também ela de excepção» na indústria de conservas de peixe, reclama a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos. Numa nota da Direcção Nacional, é salientada a necessidade de garantir os postos de trabalho, os salários e os direitos, num sector onde aumenta o desemprego, a média salarial está próxima do salário mínimo nacional e é praticado um horário de trabalho normal de 43 horas semanais.

A federação afirma que os actuais problemas resultam de que, «ao invés da aposta na modernização, na qualidade e no marketing, bem como na valorização e na dignificação profissionais, a opção foi a destruição do aparelho produtivo (recorrendo mesmo à figura das falências fraudulentas), a ausência de agressividade no plano comercial e a exploração das mais que duvidosas vantagens competitivas, assentes nos baixos salários e nos horários prolongados». Recordando que os trabalhadores e os sindicatos reclamaram do Governo que não assinasse o acordo de associação comercial da UE com Marrocos e apelaram aos deputados para que o não ratifiquem na AR, a federação rejeita que, «à boleia das dificuldades trazidas pelo mau tempo e pela consequente redução de matéria-prima, que são um facto, os industriais do sector se preparem para continuar a fazer recair sobre os trabalhadores os custos desta situação».

MAKRO DENUNCIADA

Para se livrar de cerca de 120 trabalhadores, o director-geral da Makro em Portugal «tem vindo a desenvolver acções de rejeição às leis portuguesas e aos contratos colectivos de trabalho aplicáveis a esta cadeia de supermercados», que emprega cerca de 2 mil pessoas nos seus estabelecimentos espalhados pelo País - denunciou segunda-feira a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços.

A FEPCES acusa Eduard Renders de tratar os trabalhadores portugueses «como se estes fossem parte integrante de um qualquer país na esfera do chamado Terceiro Mundo», apontando o director-geral da multinacional holandesa em Portugal de retirar ao pessoal direitos e regalias e tentar sistematicamente desprometer directores, adjuntos e chefes de departamento (e reduzir-lhes salários).

ESTATUTO É PARA APLICAR

O Estatuto do Trabalhador-Estudante deve ser aplicado por todos os estabelecimentos de ensino e por todas as empresas, sejam do sector público ou privado, reclamaram os participantes num debate promovido sábado passado, na Universidade Portucalense, pela Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes. A FNATES anunciou que vai enviar uma carta-aberta a todas as associações e demais organismos representativos de estudantes do Secundário e do Superior, procurando uma maior sensibilização dos estabelecimentos de ensino para a observação das normas definidas na Lei 26/81.

No debate foi manifestada solidariedade a aspirações justas e lutas de trabalhadores-estudantes (Belas-Artes e Letras do Porto) e registaram-se vários pedidos de adesão à FNATES por parte de associações do Superior com departamentos de trabalhadores-estudantes - revela uma nota de imprensa divulgada pela federação, que tem marcada para Março a sua Assembleia Magna, um passo importante na preparação do próximo 3º Congresso.

OPRESSÃO NA CIMPOR

No centro de produção de Souselas da Cimpor vive-se um clima de «opressão e intimidação», denunciaram na semana passada as organizações representativas dos trabalhadores, numa conferência de imprensa em que participou também o coordenador da União dos Sindicatos de Coimbra. Foram apontados casos de «perseguição pessoal e chantagem psicológica» e alguns membros das ORTs foram sujeitos a processos disciplinares sem culpa formada, o que viola o acordo colectivo de trabalho da indústria cimenteira.

O clima de instabilidade na empresa assume as mais diversas formas e começa pelo desrespeito dos direitos, passando pela pressão sobre os trabalhadores para que estes rescindam o seu contrato de trabalho, como refere um comunicado aprovado num plenário recente. As denúncias foram assumidas, em Coimbra, por António Santos e João Santos, membros da comissão sindical da Cimpor de Souselas, além de José Rama e Augusto Oliveira, da comissão de trabalhadores, todos, excepto o primeiro, punidos com repreensão registada, na sequência de processos disciplinares instaurados pela administração.

O Centro de Produção de Souselas da Cimpor emprega actualmente cerca de 275 pessoas, mas já deu trabalho a 450, havendo um grande número de trabalhadores que ali prestam serviço por conta de empreiteiros.

Nova reunião hoje com o Governo Professores do Superior reclamam compromisso claro

A Plataforma Reivindicativa Comum dos docentes do Ensino Superior considera «positivo» que o Governo, na proposta sobre actualização salarial que apresentou na semana passada, tenha reconhecido a necessidade de «devolver às carreiras do Ensino Superior os níveis de dignidade que já possuíam». Mas os sindicatos da PRC pretendem que o executivo enquadre a proposta «em compromissos minimamente quantificados quanto às metas a atingir nos três próximos anos».

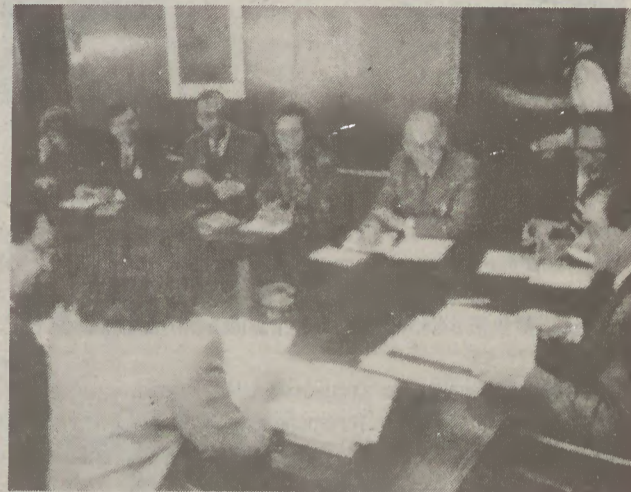
Na reunião com as organizações sindicais da Plataforma (Fenprof, FNE e Sindep) - refere um comunicado de imprensa divulgado dia 24 pela PRC - os representantes do Ministério da Educação, entre os quais esteve o secretário de Estado do Ensino Superior, expuseram verbalmente uma proposta de revalorização geral de 4 por cento sobre o índice 100 das carreiras do Ensino Superior, após a actualização aprovada para a Função Pública, com um acréscimo suplementar de 1,5 por cento

para os professores auxiliares e a criação de um novo escalão para o topo da carreira.

A proposta do Governo «afasta-se das expectativas existentes entre os docentes do Ensino Superior, bem expressas na vigorosa manifestação da sua vontade, que constituiu a acção de greve de Julho/Julho passados», refere o comunicado da Plataforma. Esta afirma-se «disponível para encarar a possibilidade de assinar um acordo, caso o Governo apresente, com alguma nitidez, a meta que deseja atingir ao fim deste período de 4 anos de revalorização faseada».

Nova reunião entre os sindicatos e o Governo estava marcada para hoje. Para ontem, a PRC convocou a Comissão Permanente do Conselho Nacional de Docentes e Investigadores, para debater o processo negocial com os representantes das comissões existentes nos estabelecimentos de ensino, admitindo que daqui pudesse sair uma contraproposta a apresentar hoje ao Ministério.

A Federação Nacional dos



Professores, reagindo a declarações da actual secretária de Estado da Educação, lamentou «que o actual Ministério, à semelhança do Ministério de Ferreira Leite, comece por atacar a Educação Pré-Escolar, em vez de, de acordo com as expectativas criadas, tomar medidas para um efectivo alargamento da rede pública, único garante da qualidade pedagógica e do acesso de todas as crianças».

Ana Benavente manifestou a sua concordância com a políti-

ca de privatização do pré-escolar num encontro recente, promovido pelo CDS-PP e que contou também com a participação da «última escolha» de Cavaco Silva para o ME, Manuela Ferreira Leite. Terá então afirmado que «as educadoras de infância não devem ser funcionárias públicas», o que nem a anterior ministra ousou dizer publicamente, como refere o comunicado da Coordenação Nacional do Pré-Escolar da Fenprof.

Para manter o poder de compra de 1974 Salário mínimo de 75 contos

Em 1996, o salário mínimo nacional deveria ter um valor de cerca de 75 mil escudos, para manter um poder de compra idêntico ao do ano da sua criação (74840 escudos, se for admitida uma inflação de 3,2 por cento para o ano corrente). No entanto, para equivaler ao seu máximo real (atingido em 1975), o salário mínimo nacional deveria ascender hoje a 79 contos.

Entre 1974 e 1995 os preços multiplicaram-se por 22, mas o salário mínimo nacional cresceu apenas 15,7 vezes.

O salário mínimo nacional, aplicável à indústria e serviços, foi criado pelo Decreto-Lei 217/74, de 27 de Maio, com o valor de 3300 escudos, para vigorar a partir de 1 de Junho daquele ano, tendo beneficiado na altura cerca de meio milhão de trabalhadores por conta de outrem, segundo estimativas sindicais citadas pela Agência Lusa.

O salário mínimo nacional anunciado na semana passada pelo Governo (54600 escudos) valeria 2408 escudos em 1974 (com o referido cenário de inflação de 3,2 por cento em 1996, mas que correspondem a 2326 escudos de 1974 caso a inflação seja de 3,5 por cento).

Calculado a preços constantes de 1974, o salário mínimo nacional atingiu um valor máximo de 3472 em 1975 (ano em que foi fixado em 4 mil escudos)

e um mínimo de 2125 escudos em 1984 (ano em que foi estabelecido em 15600 escudos).

Nos anos de 1993 e 1994 o salário mínimo desceu ligeiramente, em termos reais, e em 1995 apresentou uma ligeira recuperação (mais 1,2 por cento).

Na última década, em termos reais, o salário mínimo nacional melhorou até 1987, caiu em 1988, recuperou em 1989 para o valor de dois anos antes, voltou a cair em 1990, subiu em 1991 e 1992 e voltou a cair nos dois anos seguintes. Em 1994, o salário mínimo estava ligeiramente abaixo do valor de 1987, que foi ultrapassado em 1995.

Em contrapartida, os trabalhadores rurais e do serviço doméstico recebem actualmente um salário mínimo que é, em termos reais, bastante superior aos dos anos da respectiva criação (3500 escudos, em 1977, para os rurais, e 3500 escudos, mas em 1988, para o serviço doméstico). A preços constantes e com uma inflação de 3,5 por cento este ano, o salário mínimo dos rurais (a quem passou a ser aplicável o mínimo nacional desde 1991) vale 4099 escudos de 1977, enquanto o do serviço doméstico atinge os 4487 escudos de 1978.

A manutenção do poder de compra dos anos da respectiva

criação levaria o salário mínimo aplicável aos rurais para um pouco mais de 45 contos e o salário mínimo do serviço doméstico para um valor próximo de 37 contos. No entanto, o valor real máximo do salário mínimo dos trabalhadores rurais foi atingido em 1980 (neste ano foi fixado em 7500 escudos, o equivalente a 4247 escudos, a preços de 1977, ou 2410 escudos, a preços de 1974).

Os cálculos efectuados têm por base o Índice de Preços no Consumidor do Instituto Nacional de Estatísticas, com habitação.

Casino da Póvoa retira suspensões

A greve dos trabalhadores do Casino da Póvoa de Varzim, marcada para sexta-feira passada, foi suspensa devido à decisão da administração da Sopete de reintegrar 13 dos 16 funcionários suspensos por alegados ilícitos na sala de jogo.

Uma fonte do Sindicato da Hotelaria do Norte disse à Agência Lusa que a direcção do casino poveiro anunciou a sua decisão antes das 16 horas, altura em que deveria principiar a greve de três dias. Os 13 trabalhadores que deixaram de estar suspensos deveriam voltar ao trabalho segunda-feira, depois de entregarem as respostas às suas notas de culpa, enquanto os restantes três trabalhadores vão aguardar decisão final quanto aos seus processos disciplinares.

Logo que foi conhecida a decisão, teve lugar um plenário onde os trabalhadores decidiram suspender a greve, na sequência do compromisso da direcção de que não haverá despedimentos entre os 16 funcionários suspensos. O sindicato anunciou também que vai tentar evitar qualquer penalização para os três funcionários ainda suspensos, esperando um diálogo franco e aberto com a administração da Sopete.

O sindicato considerou este resultado como uma vitória dos trabalhadores, realçando que se previa uma grande adesão à greve de solidariedade para com os suspensos. Denunciou ainda manobras da concessionária do casino, que apontavam para a prática de ilegalidades, no caso de a paralisação se concretizar.

Casal, Sorefame, combustíveis... Metalúrgicos escolhem a luta

Os trabalhadores da Metalurgia Casal voltaram à greve no dia 24, novamente com uma adesão estimada em 90 por cento pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro e Viseu, protestando por não terem obtido da administração da empresa garantias do pagamento dos salários em atraso.

De manhã interromperam a circulação na Estrada Nacional 109, nas imediações da fábrica, procurando assim alertar os poderes públicos e a população para o drama em que se encontram, numa altura em que a dívida aos trabalhadores ultrapassa já os quarenta mil contos.

Os cerca de duzentos operários da Casal denunciaram ainda o facto de que começam a faltar matérias-primas para laborar, não obstante existirem encomendas, refere a Agência Lusa, que adianta apostar a administração na venda das instalações e na consequente transferência da fábrica para outro local.

O sindicato, numa nota que fez chegar à nossa Redacção, acusa a administração da Casal de «tentar fugir às suas responsabilidades, ao aconselhar os trabalhadores a requererem a suspensão do contrato de trabalho, isto é, que seja a Segurança Social a pagar a má gestão» da empresa. Revela ainda que os trabalhadores, considerando que a orientação da administração não vai resolver os problemas da Casal, decidiram avançar com uma nova greve, de antontem até amanhã, caso não fosse garantido o pagamento de salários e a compra de matéria-prima na segunda-feira.

Para denunciarem publicamente mais um atentado contra a empresa e a indústria nacional, trabalhadores da Sorefame deslocaram-se dia 24 ao Ministério do Equipamento Social. Pretendiam discutir com o ministro a grave situação que se vive na Sorefame, onde a multinacional ABB tem vindo a levar a cabo uma política de redução dos efectivos, desmantelamento e desactivação de secto-

res, sacrificando - como em todo o sector da metalomecânica - a capacidade de produção nacional em benefício do seu interesse conjuntural.

Para amanhã está marcada uma acção de denúncia e protesto dos trabalhadores de estações de serviço, abastecimento de combustíveis, assistência a pneus e parques de estacionamento, onde há dois anos não é actualizada a remuneração mínima.

Ao anunciar a jornada, a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal recordou que a associação patronal daquele sector (a ANAREC) bloqueia há mais de um ano a revisão da contratação colectiva. «Enquanto os administradores das empresas abastecedo-

federação - que ainda não obteve resposta do Ministério do Emprego ao pedido de intervenção feito em Fevereiro do ano passado! - exige uma mudança de comportamento do patronato e do Governo.

Da Solisnor para a Lisnave

Com o fim do contrato de concessão de exploração da Setenave à Solisnor, no passado dia 29, os trabalhadores do estaleiro da Mitrena vêem-se mais uma vez envolvidos num processo de transferência para outra empresa, desta feita a Lisnave.

Numa informação que distribuíram na semana passada, a

se; a Solisnor obteve, depois, a concessão da exploração da Setenave, com a transferência simultânea do pessoal.

A Lisnave acabaria por ficar com o total controlo da Solisnor, e «aquí nova etapa se inicia, com a luta pela privatização da Setenave, por ajuste directo, tentando fugir assim ao concurso público e internacional a que a lei obriga», lembra o comunicado. No entanto, «adivinhando-se que este processo não fosse fácil nem rápido», o Governo PSD/Cavaco fez publicar, em Abril do ano passado, um decreto-lei abrindo caminho a que o grupo Mello, através da Lisnave, obtivesse a transferência directa do contrato de concessão de exploração da Setenave que a Solisnor detinha até à passada segunda-feira.



Os trabalhadores da Sorefame concentraram-se na semana passada no Terreiro do Paço, reclamando do Governo medidas para defender a empresa e os postos de trabalho

ras e distribuidoras de combustíveis líquidos têm discutido os seus lucros com os sucessivos governos, os trabalhadores, ano após ano, só com o seu protesto e acções de denúncia têm conseguido resposta às suas justas reivindicações» - salienta uma nota distribuída na semana passada à comunicação social.

Considerando «um escândalo» o silêncio patronal face à proposta sindical de revisão do contrato, a

Comissão de Trabalhadores e a Comissão Intersindical da Solisnor recordam que estas manobras têm origem na acção dos Mello para recuperar o domínio na área da construção e reparação naval, desde a nacionalização da Setenave. Nos diversos caminhos que percorreram, tentando recuperar o estaleiro, «uma das principais etapas» foi a constituição do consórcio que, inicialmente, envolveu a Soponata, a Lisnave e noruegue-

Com o desaparecimento legal da Solisnor, perdem sustentação legal os órgãos representativos (CT e CIS), enquanto está por concluir o processo de revisão salarial que a administração se obrigara a fechar até 31 de Dezembro - situação a que os trabalhadores transferidos estão a procurar dar resposta, em colaboração com o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul e as estruturas representativas do pessoal da Lisnave.

Mineiros de Aljustrel exigem reabertura das Pirites

Os trabalhadores das Pirites Alentejanas decidiram enviar a Lisboa uma delegação, para exigir ao ministro da Indústria a reabertura da mina.

Reunidos na semana passada em plenário, com a participação de dirigentes sindicais, eleitos da Câmara Municipal e a população da vila, os trabalhadores das Minas de Aljustrel resolveram que é tempo de tomar uma atitude tendente à pronta resolução do problema, que se arrasta há dois anos e meio.

A suspensão da laboração começou com o lay-off que, após seis meses, deu lugar a acções de formação profissional, em simultâneo com estudos

de viabilidade técnica e económica da empresa.

De acordo com a decisão do plenário, foi enviado um pedido de audiência e ficou marcada, para a semana corrente, a ida a Lisboa de uma delegação composta por membros da Comissão de Trabalhadores, do Sindicato da Indústria Mineira do Sul e da Câmara Municipal. «Mas, se o secretário de Estado da Indústria se recusar a receber-nos, voltaremos com toda a população mobilizada», disse à Agência Lusa o dirigente sindical Manuel Baltazar.

Os mineiros, cansados de esperar por uma solução, pretendem testar a primeira reacção de Augusto Mateus que, mal tomou

posse da pasta da Indústria no Ministério de Daniel Bessa, manifestou-se sensibilizado pelas questões sociais e falou da hipótese de reabrir a mina assim que estudasse os vários dossiers.

«Os vários estudos vão preterindo uma decisão sobre o futuro da empresa», sublinhou à agência o mineiro Francisco Silva, referindo que o principal problema é político, dado que, «são veiculados resultados contraditórios».

Os relatórios apresentados em finais de Novembro concluíram pela viabilidade técnica e económica da empresa. Mas «agora dizem-nos que só com cerca de quatro milhões de contos e em conjunto com a Somincor é que

é possível reabrir a mina», acrescentou o mineiro.

Os trabalhadores não estão dispostos a esperar mais sete meses, o tempo anunciado como necessário para a realização de estudos que visam a análise das características das pirites de ambas as minas, de forma a viabilizar uma exploração de 500 mil toneladas em Aljustrel.

Solidário com os mineiros desde a primeira hora, o presidente da Câmara de Aljustrel, José Godinho, reafirmou que «a questão da mina tem de ser resolvida pela positiva, pois não se trata só de um problema de 380 trabalhadores, mas do impacto social que a empresa tem no concelho e na região».

Concertação merece condenação

Assinado, quarta-feira da semana passada, no Palácio de São Bento, pelos representantes do Governo, das confederações patronais e da UGT, o «acordo de concertação social a curto prazo» foi severamente rejeitado pela CGTP-IN, que se recusou a subscrevê-lo.

Como tinha feito saber no período de discussão das propostas de acordo, a central considera particularmente gravosos os termos ali contidos para, a pretexto da redução legal do horário máximo de trabalho para 40 horas semanais (ela própria novamente adiada), colocar na lei os princípios da adaptabilidade dos horários e da polivalência profissional. Quando o previsto no acordo for levado à prática, o patronato ficará legalmente com as mãos livres para mexer naquelas matérias, que, até agora, são discutidas na contratação colectiva. Será possível, em alguns períodos, elevar o horário de trabalho normal até às 50 horas semanais, enquanto pode ser completamente subvertido o actual conceito de categorias profissionais.

Para a Inter, é também condenável a fixação de um referencial para os aumentos salariais, que o patronato tentará utilizar como tecto salarial na negociação colectiva ao nível de empresas e sectores de actividade; além disso, a CGTP considera insuficientes os 4,5 por cento fixados no acordo, defendendo que a actualização salarial deve ter em conta as perdas de poder de compra verificadas, os aumentos de produtividade e a aproximação aos salários médios europeus.

Em entrevista ao «Diário de Notícias» de dia 29, José Ernesto Cartaxo salientou que «este acordo ainda não é lei». «A CGTP não deixará de recorrer a todas as vias, esclarecendo os trabalhadores; mobilizando-os e dinamizando a acção reivindicativa em torno da contratação colectiva, por forma a impedir que os aspectos gravosos venham a constar de uma futura lei», afirmou aquele membro da Comissão Executiva da Intersindical Nacional.

Braga vai ao arcebispo

A União dos Sindicatos de Braga anunciou segunda-feira que solicitou uma audiência ao arcebispo de Braga para lhe «explicar as consequências negativas do acordo de concertação social».

O coordenador da USB, Adão Mendes, referiu à Lusa que o acordo é «um atentado à família, à dignidade da pessoa humana e aos direitos dos trabalhadores, algo que o PSD nunca conseguiu em 10 anos de Governo». «Depois de lhes dar a lei dos contratos a prazo e dos despedimentos, o PS dá agora aos patrões a flexibilidade, a mobilidade e a polivalência, tentando rever camufladamente as leis laborais a troco de uns míseros escudos e transformando os trabalhadores em pau para toda a colher», disse.

O acordo mereceu também a firme condenação dos participantes no encontro de quadros sindicais do distrito de Setúbal, que decorreu quinta-feira na capital sadina. Uma moção aprovada nesta iniciativa da USS/CGTP congratula-se com a decisão tomada pela Inter e faz também uma dura crítica às medidas de promoção de emprego contidas no acordo do Governo, dos patrões e da UGT: «Além de medidas administrativas que pouco impacte têm, aparecem, contraditoriamente, centradas na promoção do trabalho a tempo parcial», o que terá como resultado que, «se até agora o desemprego é o principal factor de pobreza, com tal solução vai ser cada vez maior o número de empregados pobres».

Para os sindicalistas de Setúbal, é «lamentável, mas não inesperado, o facto de a UGT, uma vez mais, ter cedido e abandonado o compromisso que assumiu com a CGTP-IN em 7 de Novembro do ano passado, de exigência das 40 horas sem qualquer contrapartida».

Numa nota divulgada à comunicação social dia 24, os membros do Conselho Geral da UGT eleitos pelas listas unitárias explicaram os motivos por que votaram contra a ratificação do acordo de concertação social, ali colocada à apreciação: os referenciais de actualização salarial, o adiamento da redução legal do horário de trabalho para 40 horas, a permissão de uma ainda maior flexibilidade, mobilidade e polivalência, e o esvaziamento da negociação colectiva por força de futuras leis.

O Sitra (Sindicato dos Rodoviários filiado na UGT) também condenou a flexibilização dos horários de trabalho prevista no acordo e votou contra a assinatura. Fonte do sindicato admitiu à Lusa que poderão ser adoptadas formas de luta se o decreto-lei sobre a flexibilização dos horários não contiver uma cláusula que salvasse pelo menos o sector dos transportes rodoviários.

Devido às cheias CDU propõe medidas de compensação no Porto

Os deputados municipais do Porto eleitos pelo PS chumbaram a moção apresentada pela CDU na Assembleia Municipal de 22 de Janeiro.

Como forma de fazer frente aos prejuízos causados pelas cheias do rio Douro e pelas marés vivas que se registaram na cidade no fim de 1995 e já no início deste ano, este documento solicitava ao Governo o pagamento de indemnizações aos comerciantes e moradores das zonas afectadas, de acordo com o valor dos prejuízos.

Por outro lado, recomendava-se à Câmara Municipal a adopção de uma postura «de efectiva

solidariedade para com as vítimas dos temporais, isentando do pagamento das rendas de Fevereiro e Março os inquilinos camarários e os ocupantes do Mercado Municipal da Ribeira afectados». O arranjo rápido das avarias causadas pelas cheias nos postos de venda daquele mercado, nomeadamente nos toldos e portas, foi outra medida considerada urgente.

Apesar da rejeição da moção, a vereadora da CDU já afirmou a sua intenção de continuar a lutar pela concretização de objectivos que defendam a população do Porto.

MDM em Congresso

«Até ao ano 2000 - assegurar a igualdade no respeito pela diferença» será o lema do V Congresso do Movimento Democrático das Mulheres, a realizar em Maio, que tem como principal objectivo dar voz aos problemas e desafios que se colocam às mulheres neste fim de século. Até lá, irá ser lançada uma campanha de novas adesões ao Movimento.

O Conselho Nacional do MDM decidiu pedir audiências ao Primeiro-Ministro, aos Grupos Parlamentares e à Comissão Parlamentar para a Paridade e Igualdade de Oportunidades.

Na sua última reunião, as mulheres analisaram questões relacionadas com a prostituição, realçando as denúncias do 1º Fórum Europeu sobre a matéria e alertando o Governo e as autarquias para a necessidade de actuar desde já contra a possível explosão do tráfico internacional de prostitutas, que poderá ocorrer no nosso país por ocasião da Expo'98.

JCP alerta para comportamento do PS

A JCP vê o recuo do PS em relação ao estabelecimento das 40 horas semanais como mais um claro sinal de que o Governo se prepara para, nos aspectos essenciais, continuar a política de direita do PSD. Apesar de utilizar o rótulo de «Governo de Esquerda», o executivo chefiado por António Guterres já deu provas das suas intenções políticas com as propostas no campo da flexibilização do horário de trabalho e da polivalência. Para os comunistas, a resposta só pode ser uma: a luta dos trabalhadores e da juventude.

Depois da morte dos soldados portugueses na Bósnia, a Comissão Concelhia de Leiria veio a público reiterar a sua total oposição ao envolvimento de Portugal na guerra da ex-Jugoslávia.

Montijo

A Câmara Municipal do Montijo iniciou já o reparo dos estragos provocados pelos temporais que também naquele concelho se fizeram sentir. Como tal, efectuaram-se limpezas de valetas, sinalizaram-se buracos nas estradas municipais e taparam-se buracos, fazendo-se o alerta às entidades que superintendem as rodovias. O tratamento de algumas estradas foi já posto a concurso e a CM irá proceder a algumas demolições consideradas como inadmissíveis e incontornáveis.

Sargentos comemoram 31 de Janeiro

Mais de 400 sargentos comemoraram, no passado dia 27 na Voz do Operário, o 105º aniversário do 31 de Janeiro de 1891.

Nas comemorações, promovidas pela Associação Nacional de Sargentos, foram também eleitos os novos Corpos Sociais e debatidos vários aspectos do momento.

Entre os temas em discussão, as questões ligadas à ausência de um estatuto específico, que contemple o quadro de direitos sociais dos militares em missões fora do território nacional, foram objecto de renovada exigência.

As comemorações, que se realizaram em diversos pontos do país, irão ainda ter lugar durante os primeiros dias de Fevereiro.

Formação profissional para desempregados em Grândola

Decorreram em Relousal, concelho de Grândola, três cursos de formação profissional destinados a desempregados de longa duração. Esta iniciativa da Câmara Municipal e da empresa proprietária das minas do Lousal, Sapec Imobiliária, terminou em Dezembro e contou com o apoio da Associação para a Formação Integral da Pessoa e do Centro de Emprego da Alcácer do Sal.

Os seus objectivos integravam-se no desenvolvimento daquela localidade, possibilitando a criação de iniciativas locais de emprego e visavam a diminuição das dificuldades económicas da população.

Regime de exclusividade

O fim de uma aberração legislativa

A questão do regime de incompatibilidades relativo à generalidade dos cargos políticos e altos cargos públicos voltou a concitar a atenção dos deputados no Parlamento. Em debate, três iniciativas legislativas (Governo, PCP e PP) que, embora de conteúdos diferentes, tinham em comum, no fundamental, pôr termo a «uma das mais graves aberrações legislativas», segundo a expressão do deputado comunista António Filipe, dadas à luz na vigência do consulado cavaquista.

Por outras palavras, tratava-se de anular o golpe levado a cabo pelo PSD na anterior Legislatura, o qual consistiu, basicamente, em retirar os

directores gerais e outros cargos similares do regime de exclusividade aplicável à generalidade dos altos cargos públicos.

Uma iniciativa do PSD que, recorde-se, suscitou na altura vivas críticas por parte de todos os quadrantes da oposição, não apenas pela imoralidade dos objectivos visados - satisfazer as suas clientelas -, como também pela total falta de transparência que rodeou o processo, recheado de subterfúgios na tentativa de «passar à sucapa».

Repor o regime de exclusividade previsto na lei Nº 64/93 para a generalidade dos cargos políticos e altos cargos públicos, tal é, por conseguinte, o objectivo visado no diploma do

PCP, sem excluir nenhum dos cargos que se encontram presentemente abrangidos e voltando a incluir os directores gerais, os subdirectores gerais e outros cargos que lhes sejam legalmente equiparados.

A aguardar por melhor clarificação, em sede de especialidade, ficam entretanto alguns aspectos da proposta governamental que levantaram no decorrer do debate sérias reservas à formação comunista. Está neste caso o novo regime de incompatibilidades proposto pelo Governo, o qual não abrange todos os altos cargos públicos constantes da Lei, com isso criando, como salientou António Filipe, «uma incompreensível dualidade de critérios» que

comporta «novas situações de imoralidade».

Registe-se que o debate foi ainda marcado por um episódio que gerou algum embaraço no ministro Jorge Coelho que se viu confrontado com a coincidência de o Diário da República trazer, nesse mesmo dia, um despacho nomeando um director-geral para uma comissão de fiscalização. Isto é, no próprio dia em que o Governo vai defender o diploma que estabelece a exclusividade para os directores gerais, é ele mesmo a violar esse princípio com uma nomeação absolutamente incompatível, que acabaria por o levar a reconhecer o erro e a anular, ainda no decorrer do debate, o referido despacho.

As presidenciais e o voto dos emigrantes

A pretexto de que os emigrantes têm direitos preteridos, o PSD veio de novo levantar a questão do voto dos eleitores residentes no estrangeiro. Sob a forma de projecto de lei, elaborado para corrigir o que considera ser «uma grande lacuna do actual quadro constitucional», trouxe concretamente a lume a questão do voto para a Presidência da República. Ao fazê-lo - conferindo aos portugueses recenseados no estrangeiro o direito a votarem nos postos consulares da sua residência, prevendo simultaneamente o direito de voto por correspondência -, o PSD omitiu, porém, o essencial das questões em jogo para uma avaliação global do problema. Das suas responsabilidades próprias pela ausência de uma política de emigração e pelo caos existente na rede consular, por exemplo, nada foi dito pela bancada do

PSD, que apenas foi acompanhada na defesa do seu diploma, em debate faz hoje oito dias, pelo CDS/PP.

Para o PS, PCP e «Os Verdes», que votaram contra, o essencial das razões que presidiram ao seu sentido de voto prende-se com o que consideram ser, em traços gerais, a natureza tardia, desarticulada e pouco realista do projecto de lei.

Luís Sá, em nome da formação comunista, referiu concretamente que o diploma «não tem em conta as necessidades de qualidade técnica dos consulados», esquecendo simultaneamente que não existem meios humanos que assegurem a credibilidade do recenseamento dos emigrantes.

Numa referência directa às responsabilidades do PSD pela situação actual, nomeadamente quanto à ausência de uma polí-

tica de emigração, o deputado do PCP assinalou a falta de uma verdadeira estrutura representativa dos emigrantes, bem como a incapacidade do anterior Governo para levar a cabo a reestruturação e modernização da rede consular e elaborar um novo regulamento consular que substitua o actual datado de 1920.

A partidarização dos consulados por parte do anterior governo-PSD, a completa desactualização de nomes e moradas e o escasso número de postos consulares, o facto de o STAPE ter o controlo exclusivo do envio e recepção do voto dos emigrantes, a possibilidade de todos os abusos e chapeladas, foram ainda referenciados por Luís Sá como testemunhos reveladores de que a solução preconizada - o voto nos Consulados - está longe de ser a correcta.

Citadas por Luís Sá, a este

respeito, foram ainda declarações do Presidente da República, na RFA, em 1992, em que este afirma que «não basta dizer demagogicamente: votem os emigrantes (...) Porque se é através dos serviços dos consulados, essa fiscalização não está suficientemente garantida, uma vez que são dominados por um Governo, que, obviamente, é partidário, o que não oferece garantias de independência».

Elencadas por Luís Sá foram ainda outras questões que reputou de grande importância, como sejam, o facto de muitos consulares não terem instalações próprias ou não terem condições para instalar assembleias de voto, as dificuldades em assegurar delegações dos partidos e de membros de assembleias de voto, ou ainda o próprio modo como é feito o pedido de votação por correspondência fora das áreas consulares.

Lei Hoteleira

Garantir uma maior intervenção das Regiões de Turismo, assegurar às autarquias as condições técnicas capazes de dar resposta às novas funções, introduzir a categoria de hotéis de uma estrela, alargar o conceito de Pousadas, explicitar melhor o conceito de hotéis de apartamentos, eis alguns dos aperfeiçoamentos que o Grupo Parlamentar do PCP que ver incritos no regime jurídico de instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

Mais conhecido por Lei

Hoteleira, este diploma subiu a plenário para ratificação, no final da passada semana, a pedido do Grupo comunista, que justificou a sua iniciativa pelo facto de as soluções nele preconizadas, apesar das melhorias introduzidas face à situação anterior, estarem longe de constituir, como assinalou o deputado Lino de Carvalho, «um quadro normativo que simultaneamente assegure um crescimento equilibrado e o respeito por políticas de ordenamento e de qualidade».

Representação externa da AR

A Assembleia da República elegeu recentemente os deputados que a representarão junto das entidades e organizações externas de que é membro de pleno direito. Da lista única submetida ao sufrágio da Câmara, integrando eleitos de todos os partidos com representação parlamentar, fazem parte quatro deputados comunistas que terão assento nos seguintes organismos: Assembleia Parlamentar da NATO (João Amaral); Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental (Lino de Carvalho); União Interparlamentar (António Filipe); Organização de Segurança e Cooperação Europeia (Bernardino Soares).

Hoje, em debate de urgência

Política de pescas põe à prova Governo

A política de pescas estará hoje em foco no Parlamento. Suscitado pelo Grupo Parlamentar do PCP, com carácter de urgência, este debate surge num quadro marcado pelas dificuldades com que se defrontam as nossas pescas. Dificuldades que no entender dos deputados comunistas redobram desde o início do corrente ano, com a integração plena de Portugal na Política Comum de Pescas, momento em que desapareceu o regime específico de que beneficiávamos e em que foi antecipado em seis anos o que estava perspectivado só para 2002.

Consciente da extrema gravidade da situação, para a bancada comunista, trata-se de obter do Governo os esclarecimentos necessários que permitam perceber qual a sua posição face às questões em jogo, nomeadamente quanto às medidas que urge adoptar para responder à nova realidade resultante da integração plena, bem como em relação às medidas capazes de operar uma nova política de pescas.

Dessa necessidade imperiosa de adoptar medidas e uma nova postura não deixará de falar no decorrer do debate de hoje o deputado Lino de Carvalho,

conforme declarações do próprio em conversa com o "Avante!" em que revelou ser intenção da sua bancada exigir a renegociação das principais linhas em que assenta a Política Comum de Pescas, bem como a defesa e ocupação do nosso mar das 12 milhas mesmo para além do ano de 2002.

Má negociação

Sem dúvida importante ao longo do debate será ainda o diagnóstico que garanta o apuramento das responsabilidades pela crise (ver caixa) que se instalou nas pescas, crise essa que

não resulta nem da falta de recursos (designadamente da nossa faixa territorial das 12 milhas), nem da falta de capacidade da nossa frota para explorar outros pesqueiros.

Ao contrário, como explicou Lino de Carvalho, um dos vectores em que assenta a crise decorre da "má negociação do acto de adesão", o qual, observou, nos fez perder muitos dos direitos históricos nas águas do Norte da Europa, com isso originando desde logo uma drástica redução da frota longínqua.

Má negociação, ainda, segundo o parlamentar do PCP, porque face à especificidade das nossas pescas (pequena pesca no litoral), o que se teria imposto era que na discussão dos termos da adesão, concretamente quanto à gestão dos recursos pesqueiros da nossa costa, eles fossem considerados de modo semelhante às pescas do Mediterrâneo e não às pescas da Europa do Norte, com as quais pouco temos em comum.

A este respeito vale a pena citar o exemplo do que se passa com o carapau pequeno - o nosso bem conhecido "jaquinzinho". Como é sabido, os pescadores portugueses não podem desembarcar e vender carapau com menos de 15 centímetros. Mas os espanhóis, esses, vendem no nosso mercado carapau com 12 centímetros com a alegação de que ele provém de Barcelona e das águas mediterrânicas, onde os tamanhos mínimos de desembarque são diferentes. Só que nem este argumento é verdadeiro, porquanto, sabe-se, este carapau é pescado na costa da Galiza.

Política errada

Na origem da crise actual, do ponto de vista de Lino de Carvalho, está também a política naci-



A integração plena na política comum veio trazer acrescidas dificuldades às pescas portuguesas

onal de pesca que tem sido seguida, orientada sobretudo para o abate indiscriminado, perdendo-se capacidade de captura, destruindo-se postos de trabalho e perdendo-se oportunidades de pesca em mares exteriores à Comunidade por falta de capacidade negocial e por se ter deixado cair o princípio das negociações bilaterais e ficado na dependência das políticas comunitárias.

A recente integração plena de Portugal na Política Comum de Pescas - e este é o quarto vector em que assenta a crise actual, na opinião de Lino de Carvalho -, veio agravar consideravelmente o quadro existente, sobretudo pela grave perspectiva que abre já daqui a seis anos de acesso de outras frotas à zona das nossas 12 milhas.

Esta questão reveste-se de particular gravidade dado que é na zona do nosso mar territorial (12 milhas) que pescamos 83 por cento do valor de toda a produção nacional de pescado, nela operando quatro quintos dos cerca de 34 mil pescadores portugueses e aproximadamente dez mil embarcações. Registe-se ainda que é nesta zona que funciona a nossa pesca artesanal e é nela que

estão sobretudo os nossos recursos próprios, os quais, como o secretário de Estado da Agricultura e Pescas reconheceu, constituem um valor estratégico para o desenvolvimento da pesca no futuro.

Interesses não acautelados

Neste contexto afigura-se, pois, "completamente incompreensível - as palavras são de Lino de Carvalho - que o Governo português tenha aceite esta plena integração sem ter assegurado o reconhecimento das nossas especificidades, sem ter garantido o não acesso das frotas comunitárias à nossa zona das 12 milhas, sem ter feito qualquer estudo sobre as consequências desta integração plena, sem ter definido uma política nacional de apoio à nossa frota, sem ter garantido pesqueiros alternativos"

Do mesmo modo que é também incompreensível e inaceitável que no Parlamento Europeu, apenas com os votos contra dos deputados comunistas portu-
guese-

ses, os deputados do PSD e do PP - com relevo para o então deputado Manuel Monteiro - tivessem votado favoravelmente o Relatório Ezquierdo Rojo que confirma esta integração, sem que tenha sido assegurada minimamente qualquer alternativa para as pescas portuguesas.

Nota de realce merece ainda o facto de esta Política Comum de Pescas - e este é outra das críticas que lhe é feita - revelar uma completa insensibilidade no que se refere às questões sociais. A testemunhá-lo, exemplificou Lino de Carvalho, estão os pescadores portugueses, porventura os únicos a que não se aplica a Legislação Geral do Trabalho e que ainda se orientam pelo Regulamento de Inscrição Marítima de 1964.

Por essa razão, aliás, o Grupo comunista entrega hoje mesmo na Mesa da Assembleia um projecto de lei que define o regime jurídico do contrato de trabalho a bordo das embarcações de pesca, diploma que estabelece precisamente como princípio geral, no primeiro artigo do seu articulado, que esse Contrato passa a regular-se pela legislação comum de trabalho.

A dimensão da crise

Para aferir da dimensão da crise instalada nas pescas, nada melhor do que passar os olhos por alguns indicadores. São o melhor retrato das crescentes dificuldades que atravessam o sector.

A frota pesqueira diminuiu 20 por cento desde 1986 em termos de tonelagem de arqueação bruta; a produção global de pescado baixou 30 por cento; a importação de pescado disparou para três vezes mais;

o desemprego no sector cresceu; a componente social das pescas tem vindo a ser cada vez mais esquecida; parte da frota de arrasto foi vendida aos espanhóis; a frota do bacalhau foi reduzida em 70 por cento; a redução global da frota em termos de número de navios ronda os 40 por cento; a pesca de cerco foi em grande parte inviabilizada; aos pescadores são colocadas crescentes exigências técnicas, como é o caso, por exemplo, da malha das redes.

PCP apresenta Lei de Bases

Em defesa da floresta

Incrementar uma política florestal que garanta ao País neste domínio um desenvolvimento sustentado, tal é, em síntese, o grande objectivo que preside ao projecto de lei do PCP que estabelece a Lei de Bases do Desenvolvimento Florestal. Entregue na Mesa da Assembleia da República na semana finda, o diploma prevê, concretamente, para efeitos de ordenamento florestal, a elaboração de "Planos Regionais de Ordenamento Florestal" e de "Planos de Gestão das Explorações Florestais" destinados prioritariamente a promover o "redimen-

tionamento das explorações, a protecção de eco-sistemas e a expansão ordenada dos espaços florestais".

Preconizando soluções inovadoras que vêm preencher a ausência de um quadro estratégico orientador capaz de defender a nossa floresta, este projecto de lei avança ainda com medidas de organização da administração pública florestal, entre as quais se incluiu a criação de um Conselho Consultivo Florestal, bem como a adopção de um conjunto de medidas de emergência visando a defesa da flores-

ta contra o flagelo dos fogos florestais.

Recorde-se que a floresta portuguesa, ocupando 36,5 por cento do território nacional, constitui um recurso natural renovável da maior importância, bem patente no facto de as exportações de produtos florestais atingirem mais de 330 milhões de contos anuais (o que representa cerca de 65 por cento das nossas exportações agro-florestais), estimando-se em cerca de cem mil o número de postos de trabalho, distribuídos pelas cerca de 4500 unidades de fileira silvo-industrial.

As propostas do PCP

A renegociação das linhas essenciais em que assenta a Política Comum de Pescas (de modo a que a sua incrementação tenha em conta a realidade específica de cada país) e a aplicação às pescas portuguesas dos critérios de gestão próprios que se aplicam às pescas mediterrânicas constitui uma das propostas que estará no centro do debate de hoje, segundo nos revelou Lino de Carvalho.

Subscritas pelo Grupo comunista, outras propostas virão também a lume com o objectivo de inverter a linha de rumo imprimida à política de pescas, como seja a defesa e ocupação do nosso mar territorial das 12 milhas mesmo para além de 2002, ou a adopção de políticas de renovação da frota em vez da política de abate seguida até ao momento.

A defesa da pesca artesanal - dado ser esta (a par da pequena pesca e da semi-industrial) que se pode afirmar como o vector estratégico em que deve assentar a nossa política de pescas -, é outra das propostas que Lino de Carvalho levará a plenário, que

defende simultaneamente a necessidade de serem encetadas negociações bilaterais com outros países (sobretudo a África do Sul, e outros da costa africana, bem como da zona da NAFO) com vista à conquista de novas posições de pesca em águas exteriores à Comunidade.

Anunciada por Lino de Carvalho ao "Avante!" foi ainda a intenção da bancada comunista de confrontar o Executivo com a necessidade de uma política de investigação virada para o estudo e preservação dos nossos recursos da zona das 12 milhas.

Entre as propostas que subirão hoje a plenário contam-se ainda a de valorizar o pescado com fixação de preço mínimo de garantia na primeira venda, a valorização e formação profissional dos pescadores e a garantia de trabalho com direitos, só possível com a instituição do regime jurídico de contrato de trabalho, como aliás prevê um diploma comunista que será entregue hoje mesmo na Mesa da Assembleia da República.

Morte na Bósnia luto em português

O primeiro-cabo Alcino José Lázaro Mouta, o primeiro-cabo Rui Manuel Reis Tavares, portugueses, e o cabo-adjunto Gerardo Antonucci, italiano, integrados na missão da NATO na ex-Jugoslávia (Ifor), perderam a vida num trágico acidente provocado pelo «manuseamento inadvertido de um engenho explosivo», nas palavras de um porta-voz do Estado-Maior do Exército. O acidente, ocorrido no passado dia 24 de Janeiro, em Sarajevo, provocou ainda seis feridos, um português e cinco italianos, felizmente livres de perigo.

A morte dos militares portugueses trouxe de súbito o chamado «problema da Bósnia» bem para o centro das preocupações nacionais.

Nesta hora de dor e luto das famílias afectadas, a que se junta o choque sentido por todo o país pelo brutal acontecimento, é de lamentar tanto as tentativas de aproveitamento político do ocorrido, que desde a primeira hora se fizeram sentir, como a exploração despidorada do sofrimento de quem, inesperadamente, viu ceifada a vida de entes queridos.

Em nome do interesse jornalístico - que importa não confundir com o direito de informar e ser informado - o país assistiu a uma inaudita violência: o anúncio, nos meios de comunicação social de que «um número indeterminado de portugueses» tinha sido vitimado por uma explosão na Bósnia. A notícia, transmitida à hora de maior audiência das televisões, chegou a casa das famílias muito antes de qualquer informação oficial. Não é difícil imaginar o sofrimento, a angústia, o desespero de quantos, escassos dias antes, tinham visto partir «os seus» militares. É verdade que a identidade das vítimas só foi divulgada após a notificação das famílias, mas até nisso a comunicação social teve um efeito perverso, ao anunciar que a mesma estava a ser feita muito antes de tal se ter concretizado, o que alimentou esperanças e expectativas que vieram a ser dramaticamente frustradas.

E que dizer do frenesim na recolha de depoimentos sobre as possíveis causas do acidente, das especulações na atribuição de responsabilidades, das insi-

nuações a propósito das incidências possíveis do caso no relacionamento entre as forças portuguesas e italianas, no alimentar das confusões sobre o carácter de «voluntariado» da missão, dos considerandos gratuitos sobre o moral dos destacamentos que dias depois da tragédia deixaram o país com destino à Bósnia?

A ânsia das «caxas» foi tanta que não faltou quem, em dia de velar os mortos, questionasse em directo o primeiro-ministro sobre o montante das «pensões de sangue»!

Chocantes (e oportunistas) foram também as teorizações sobre a presença portuguesa na Ifor. Os mesmos que cultivaram as teses do «piquenique» e da «aventura» desta ida até à ex-Jugoslávia; os que reproduzem com mal disfarçado orgulho as «vantagens» de se ser um «bom

aluno» na União Europeia; os que não se cansam de afirmar a necessidade de Portugal «assumir plenamente» as suas res-

acordos de Dayton; os que nunca reflectiram na desproporção de meios, materiais e humanos, com que Portugal

para a tomada de decisões no seio da Aliança Atlântica; esses mesmos desdobraram-se nestes dias em perorações sobre «os perigos conhecidos», a nobreza da operação em curso, os supremos valores da solidariedade, a necessidade de um «debate nacional» sobre a presença portuguesa na Bósnia que ponha o país em sintonia com os objectivos desta missão, a condenação de quantos reinvindicam o direito de lutar pela paz sem armas na mão, a estigmatização das famílias onde o medo e o desespero transbordou.

Nestes dias que deviam ser de luto, o populismo, a demagogia, o sensacionalismo tiveram honras de primeira página.

É sabido que a dor é fotogénica e a morte mediática, mas será de mais exigir um pouco de respeito pelo sofrimento alheio?

Comentário do Gabinete de Imprensa do PCP

É conhecida a posição do PCP quanto ao envio de um contingente militar português para a Bósnia.

Entretanto, no momento presente, o PCP considera que se impõe sobretudo manifestar a sua profunda tristeza com a morte de dois militares portugueses e exprimir a sua solidariedade para com a dor das suas famílias.

25.1.96

O Gabinete de Imprensa do PCP

responsabilidades de membro na NATO; os que nunca questionaram a justeza e viabilidade dos

participa nesta operação da NATO, quando comparado com outros países determinantes

Duzentas baixas nas Forças da ONU

O número de vítimas no seio das forças da ONU na ex-Jugoslávia, desde o início do conflito, eleva-se a 215, de acordo com dados das Nações Unidas divulgados pela agência Lusa.

Do total de baixas, 80 resultaram de actos hostis, devendo-se as restantes a outras causas, nomeadamente acidentes ou doenças.

Por outro lado, segundo o Serviço de Informação e Relações Públicas do Exército Francês (SIRPA), 56 militares franceses morreram na ex-Jugoslávia até 7 de Dezembro de 1995 (23 por actos de guerra e 33 por acidentes).

O acidente mais mortífero ocorreu em 14 de Março de 1995 quando se registaram nove mortos e quatro feridos graves entre os «capacetes azuis» franceses da 27ª Divisão de Infantaria de Montanha. Teve lugar em Sarajevo e foi atribuído a uma «estrada escorregadia».

O mês de Agosto do mesmo ano foi assinalado por vários desastres na estrada. Assim, em 19 de Agosto, o enviado especial dos Estados Unidos, Robert Frasure, outros dois diplomatas norte-americanos e um «capacete azul» que integrava a sua escolta morreram quando o seu veículo se despistou e despenhou numa ravina da estrada do monte Igman, perto de Sarajevo.

O acidente que vitimou os dois soldados portugueses e um italiano, no passado dia 24, foi o primeiro a provocar baixas desde a assinatura dos acordos firmados em Dayton e formalizados em Paris, em Dezembro último, mas antes disso, já outro português perdera a vida na ex-Jugoslávia: o subchefe Elias Lopes Loureiro, da PSP, vítima de um acidente de viação em Junho do ano passado. Um militar português (comandante Joaquim Santana, do Regimento de Comandos) conta-se ainda entre os cinco feridos registados em 1992, em Sarajevo, num ataque contra os «capacetes azuis».

De referir que desde a chegada da forças da NATO à ex-Jugoslávia, no final do ano passado, já se registaram pelo menos outros dois acidentes, de que resultaram dois feridos: um militar italiano atingido por um atirador furtivo, em Sarajevo, e um norte-americano, cujo veículo fez detonar uma mina.



«O que somos?» «Amigos!» «O que queremos?» «Alvorada!» «O que amamos?» «O perigo!» «O que tememos?» «Nada!» - Cumprido o ritual, lá seguiram para a Bósnia



Condenação da Indonésia em stand by para não estragar negócios

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia comprometeram-se, segunda-feira, em Bruxelas, a vincular as respectivas políticas externas a um texto jurídico da UE com críticas à Indonésia pela situação em Timor-Leste, mas por enquanto o conteúdo do texto aprovado pelos "quinze", que assume a forma de "posição comum", não será divulgado, ou seja, "juridicamente é como se não existisse".

Fica em "stand by".

Oficialmente, este estranho procedimento é explicado "por razões humanitárias", mas o verdadeiro objectivo é não prejudicar a cimeira euro-asiática de Março, em Bangueteoque.

De acordo com fontes diplomáticas e do conselho de assuntos gerais da UE, citadas pela Lusa, a Holanda e Reino

timorense, patrocinada pelas Nações Unidas, aceitável pela comunidade internacional e pela população timorense.

Em alternativa, Van Mierlo sugeriu um texto "menos hostil", mais facilmente aceitável pelo governo de Jacarta, que tudo leva a crer terá sido adoptado.

O ministro holandês opôs-se, ainda, à eventual introdução, a pedido de Portugal, de um ponto sobre Timor-Leste na agenda da cimeira UE-Ásia.

Idêntica posição foi defendida pelo comissário encarregado das relações com os países industrializados do extremo-orientado, incluindo os da Associação

timorense, patrocinada pelas Nações Unidas, aceitável pela comunidade internacional e pela população timorense.

Em alternativa, Van Mierlo sugeriu um texto "menos hostil", mais facilmente aceitável pelo governo de Jacarta, que tudo leva a crer terá sido adoptado.

O ministro holandês opôs-se, ainda, à eventual introdução, a pedido de Portugal, de um ponto sobre Timor-Leste na agenda da cimeira UE-Ásia.

Idêntica posição foi defendida pelo comissário encarregado das relações com os países industrializados do extremo-orientado, incluindo os da Associação

rio" que "justificaria" a decisão tomada, ao invocar a preocupação britânica com a sorte de cerca de uma dezena de europeus (britânicos, holandeses e um alemão) feitos reféns, em Dezembro, por rebeldes separatistas da parte da Papuasias-Nova Guiné anexada pela Indonésia, em processo idêntico ao de Timor-Leste.

Afirmado rezear uma intervenção das forças militares indonésias susceptível de pôr em perigo as vidas dos reféns, o responsável britânico considerou que mais vale adiar a publicação de uma "posição comum" da UE contendo críticas às atitudes dos indonésios. Sem comentários!

Já a posição do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, se pode considerar no mínimo insólita. Afirmado compreender e aceitar «perfeitamente» as razões invocadas, Jaime Gama considerou que «está conseguido o essencial» da estratégia que o governo português tinha em mente ao submeter a questão timorense ao conselho da UE, afirmando que a "posição comum" tem um «texto construtivo, positivo e avançado».

Recorda-se que, por definição, a "posição comum" é superior a uma simples declaração política, porque, logo que publicada no Jornal Oficial (da UE)", obriga os Estados-membros a pautar as políticas externas pelos princípios contidos na mesma.

Por isso... em stand by.



Unido - países que lideram um grupo de Estados-membros da União desejosos de diluir o teor da "posição comum" sobre a questão timorense que a delegação portuguesa submeteu à aprovação dos ministros dos Negócios Estrangeiros (MNE) dos "quinze" - fizeram vingar a sua proposta para adiar a publicação de uma "posição comum" de repúdio da invasão indonésia de Timor-Leste, para não prejudicar a cimeira euro-asiática.

Alemanha, França, Holanda e Reino Unido, todos parceiros comerciais da Indonésia, a cujo regime fornecem inclusivamente armas, receiam "que críticas à situação dos Direitos do Homem em Timor-Leste, bem como à conduta dos indonésios (anexação do território), à margem do direito internacional, estraguem o clima da reunião UE-Ásia".

A cimeira de Bangueteoque, em Março, vai reunir pela primeira vez altos dignitários da União Europeia e dos países asiáticos, onde se destaca a Indonésia, um dos maiores Estados da região e dos mais influentes em termos económicos.

A posição da Holanda ficou clara durante os debates, com o ministro holandês, Van Mierlo, a afirmar que o seu país, "desejoso de manter o diálogo com a Indonésia", se opunha ao projecto de "posição comum" apresen-

comum" submetido ao conselho de assuntos gerais previa a condenação da ocupação indonésia de Timor-Leste, denunciava a situação dos Direitos do Homem no território e preconizava uma solução política para a questão

de Estados do Sueste Asiático (ASEAN), Leon Brittan, bem como pelo representante do Reino Unido, Malcom Rifkind.

Seria Rifkind, de resto, quem daria ao conselho de assuntos gerais o "argumento humanitá-

Sondagens e cepticismo à volta do "Euro"

Como noticiámos a semana passada, a Comissão Europeia divulgou recentemente os resultados de uma sondagem sobre a moeda única. As primeiras informações sobre o assunto davam conta que 54 por cento dos inquiridos se afirmavam «a favor».

Um olhar mais atento pelos resultados da sondagem revela como é apressada (e pode ser enganosa) a primeira conclusão. É que o acordo sobre o princípio da moeda única não resiste ao cepticismo quando se passa às questões concretas.

Como se pode comprovar no quadro em anexo, a maioria considera que o "euro" trará «mais inconvenientes do que vantagens», fará «aumentar o fosso entre ricos e pobres», «não provocará maior crescimento económico», e «não melhorará o emprego».

Para além destes, outros receios se manifestam: a perda da identidade nacional, o aumento da inflação, a aceleração dos mercados bolsistas.

O pessimismo é por de mais evidente. O que explica as preocupações que pairaram sobre a primeira grande acção mediática da campanha de propaganda da moeda única, manipuladora e disfarçada de informação à opinião pública (ver página 17 deste número).

O segundo carril

A política de emprego "deve ser considerada como o segundo carril da via comum da integração europeia", afirmou a semana passada à imprensa o chanceler federal austríaco, Franz Vranitzky, numa reunião de chefes de governo socialistas e sociais-democratas europeus dedicada à questão do desemprego.

Vranitzky assegurou que os chefes de governo e ministros dos Negócios Estrangeiros sociais-democratas da União Europeia (UE) pensam que o desemprego deve ser incluído na agenda da Conferência Intergovernamental da União, que começará no próximo dia 29 de Março em Turim (Itália), e deve ser entendida como um critério de convergência complementar.

Na reunião, em que participaram representantes da Dinamarca, Finlândia, Noruega, Holanda, bem como o presidente dos sociais-democratas europeus, o alemão Rudolf Scharping (o Primeiro-Ministro português, António Guterres, esteve presente no início dos trabalhos, mas regressou mais cedo a Lisboa para assistir ao funeral dos dois soldados portugueses mortos na Bósnia), reafirmou-se a necessidade de incluir no Tratado da União Europeia um capítulo sobre questões sociais e do emprego.

A proposta pretende tornar o combate ao desemprego vinculativo para os países da UE e prevê a aplicação de sanções aos países faltosos.

"Admitimos que quem não atingir as quotas de emprego estabelecidas passe a receber menos fundos estruturais, por exemplo", disse o chanceler austríaco Franz Vranitzky no final do encontro de Innsbruck, reconhecendo no entanto que tal medida pode levar à eventualidade de a mão-de-obra europeia passar a deslocar-se mais fortemente para os países que recebem mais dinheiro comunitários, "o que poderia redundar num agravamento do chamado problema dos portugueses".

O «problema dos portugueses», recorda-se, prende-se com a situação escandalosa da mão-de-obra portuguesa que tem sido exportada nos últimos anos para a Alemanha e para a Áustria, em particular na construção civil, em condições de exploração de tal forma gravosas que se transformam em verdadeiro *dumping* social. Não sendo emigrantes tradicionais, porque nacionais de um Estado-membro, estes trabalhadores são remunerados pelas tabelas salariais portuguesas e não, como deveria ser, de acordo com a legislação em vigor nos países de acolhimento.

Para além desta curiosa forma de atacar a questão do desemprego - que mais parece um expediente para desviar os fundos estruturais necessários à convergência real - a reunião revelou uma manifesta falta de imaginação.

A representante portuguesa, Maria Carrilho, que substituiu António Guterres, falou de «formação» e «qualificação» profissional. Coisa para dar frutos, disse, daqui a «uns 20 anos». Que perspectiva animadora.

A moeda única e as suas consequências

Acha que a moeda europeia...

Facilitará as viagens	84	10
Facilitará as compras	80	12
Eliminará os custos de conversão	77	12
Diminuirá os custos das empresas	59	20
Reduzirá os sobressaltos monetários internacionais	46	24
Permitirá um crescimento mais rápido	37	41
Criará vantagens para o emprego	30	52
Terá mais inconvenientes do que vantagens	44	32
Alargará o fosso entre ricos e pobres	42	34
Fará perder identidade aos países membros	42	42
Levará os países membros a perder o controlo da sua economia	39	39
Provocará uma inflação mais elevada	32	31
Aumentará a agitação monetária internacional	32	25

NÃO

SIM

Rússia

O presidente russo, Boris Ieltsin, seria eliminado na primeira volta das eleições presidenciais (previstas para Junho) se estas se realizassem agora, revelou uma sondagem do centro russo de opinião pública divulgada domingo pela televisão independente NTV. O dirigente do Partido Comunista, Guennadi Ziouganov, está à frente das intenções de voto, com 15 por cento dos sufrágios, seguido do líder da oposição reformadora Grigori Iavilinski, também candidato, com 11 por cento, revela a sondagem. Boris Ieltsin surge em sexto lugar, apenas com 6 por cento das intenções de voto, não podendo, assim, participar na segunda volta das presidenciais. O dirigente ultranacionalista Vladimir Jirinovski surge em terceiro lugar com 9 por cento das intenções. A primeira volta das eleições presidenciais está marcada para 16 de Junho. De acordo com a Constituição, a segunda volta deve realizar-se, o mais tardar, 15 dias depois da publicação dos resultados da primeira volta.

Ambiente

Uma fábrica da "Hoechst", o consórcio químico mais importante da Alemanha, sofreu um derrame de produtos farmacêuticos, menos de 24 horas após um acidente semelhante noutra unidade fabril da mesma firma. O novo escape ocorreu, na madrugada de domingo, numa fábrica de Frankfurt, ao derramar-se para o rio Meno cerca de 1,5 toneladas da substância 4 ácido sulfónico aminoantipirina, utilizada no fabrico do analgésico "Novalgina". A "Hoechst" não precisou o grau de perigo do produto vertido, sobre o qual não havia ainda qualquer informação, 28 horas depois de ter sido descoberto o acidente numa conversa rotineira com um dos trabalhadores da fábrica. Como medida preventiva, a polícia de Darmstadt pediu imediatamente à central de abastecimento de águas das imediações, para que vigie o caudal do rio até à Holanda. No anterior acidente, registado sábado, na fábrica próxima de Schawnhelm, ocorreu uma fuga de pó tóxico (isotropuron) que obrigou ao encerramento da unidade fabril até ao apuramento das causas.

Neonazis

Os grupos neonazis suecos, reunidos o passado fim-de-semana em Arsta, subúrbio de Estocolmo, constituíram um novo partido ultradireitista, a "Aliança Nacional". A Suécia torna-se, assim, no único país europeu e a única democracia do Mundo com um partido nazi oficial. Os 150 delegados presentes comprometeram-se a lançar a Aliança como

Golpe de Estado no Níger

O Níger, palco de um golpe de Estado no sábado passado, quando homens armados cercaram o palácio presidencial e a residência privada do presidente, era dirigido desde Abril de 1993 por Mahamane Ousmane, primeiro chefe de Estado democraticamente eleito. O país vivia desde Fevereiro de 1995 com um governo de coabitação, na sequência da vitória de opositores de Ousmane nas eleições legislativas antecipadas de Janeiro do ano passado. No dia 24 de Abril de 1995, um acordo de paz, prevendo nomeadamente a descentralização do poder, foi assinado entre o Governo e o movimento rebelde tuaregue. Este acordo pôs fim a um violento conflito que provocou um número indeterminado de mortos, entre Novembro de 1991 e Setembro de 1994.

Grande parte do território do Níger é coberto pelo deserto do Saara, sobretudo a norte. Possui fronteira com sete países: Argélia, Líbia, Chade, Nigéria, Benin, Burkina-Faso e Mali. Tem uma população de 8,4 milhões de habitantes, incluindo os povos nómadas. A comunidade tuaregue está fortemente implantada com 700.000 a

800.000 elementos, segundo cálculos oficiais. Cerca de 90 por cento da população é muçulmana.

O Níger é um dos países mais pobres do mundo. O urânio, principal fonte de exportação que financiou 40 por cento do seu orçamento ao longo dos anos 80, não representa agora mais do que 8 por cento. A taxa

de analfabetismo é uma das mais elevadas do mundo, variando entre 72 e 86 por cento, dependendo das fontes.

Antiga colónia francesa, tornou-se independente em 4 de Agosto de 1960, sob a direcção de Diori Hamani. Em Abril de 1974, o general Seyni Kountché tomou o poder num golpe de Estado militar. Após a sua morte em Novembro de 1987, o general Ali Saibou sucedeu-lhe como chefe de Estado até Abril de 1993, data da entrada em vigor das instituições democráticas.

Em Fevereiro de 1989, o governo de Ali Saibou adoptou um projecto de Constituição que confirmava o papel do Exército na vida política do país e consagrava a constituição de um partido único, o Movimento Nacional da Sociedade de Desenvolvimento (MNSD), que domina o aparelho de Estado.

A partir de Dezembro de 1990 é autorizada a criação de

partidos políticos e inicia-se a retirada dos militares que dominavam a cena política desde Abril de 1974.

Os actuais acontecimentos na vida política do Níger inserem-se neste quadro de instabilidade, marcado por uma sempre difícil situação económica e a rebelião tuaregue.

O golpe de Estado que agora derrubou o presidente nigerino, Mahamane Ousmane, ocorreu onze dias depois da destituição do chefe da Junta Militar da Serra Leoa, Valentine Strasser, também durante um golpe de Estado. Com este golpe no Níger, foram 14 os golpes de Estado no continente africano desde 1985.

A criação de um novo governo e de um "conselho de notá-

veis" no Níger foi entretanto anunciada pelo coronel Ibrahim Barré Mainassara, que actualmente detém o poder no país. Este Conselho deverá assegurar a gestão do país até à realização de novas eleições. Uma perspectiva incerta, sem quaisquer prazos definidos. "No momento próprio, serão realizadas eleições e a democracia retomará o seu curso normal", afirmou o coronel durante uma reunião com o corpo diplomático.

O futuro "conselho de notáveis", cuja composição ainda não foi anunciada e irá jogar provisoriamente o papel de assembleia nacional, terá a atribuição de redigir uma nova constituição e um novo código eleitoral para o país.

Angola

Um difícil processo de paz

Decorre hoje em Lisboa uma reunião de trabalho dos observadores do processo de paz angolano (portugueses, russos e norte-americanos) destinada a ultimar o texto que deverá vir a ser homologado no próximo dia 8 de Fevereiro pelo Conselho de Segurança da ONU.

O texto a aprovar em Nova Iorque deverá incluir a decisão de prorrogação, por mais seis meses, do mandato da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem III) com o objectivo de garantir um avanço mais significativo na concretização do Protocolo de Lusaca, assinado em Novembro de 1994.

O texto então assinado - e cuja concretização tem vindo a sofrer profundos atrasos - prevê a cessação efectiva das hostilidades e acções militares e os correspondentes mecanismos de verificação e fiscalização por parte das Nações Unidas.

No centro dos sucessivos atrasos e da própria implementação dos acordos tem estado a retirada e aquartelamento das forças militares da Unita. Nos últimos quatro meses apenas terão sido acantonados pouco mais de 800 dos 63 mil homens que se calcula terão combatido pela Unita.

Esta será entretanto uma das condições da livre circulação de pessoas por todo o território, igualmente dificultada por factores como o número incontável de minas antipessoais disseminadas pelo país.

Todo este processo se desenrola numa situação extremamente difícil, em que, entretanto, parecem registar-se alguns progressos.

Segundo afirmou em Luanda o ministro da Assistência e Reinserção Social, Albino Malungo, já não se morre de fome em Angola, apesar de subsistirem bolsas de subalimentação e grande penúria.

Em entrevista à Rádio Nacional de Angola (RNA), o titular da pasta da Assistência e Reinserção Social disse que este ano o seu Ministério irá tentar garantir a cada criança angolana, no mínimo, uma refeição quente por dia. Um tarefa tanto mais difícil - e necessária - quanto se desenvolve em paralelo com o regresso dos refugiados.

Apesar das ajudas internacionais, Angola tem vivido desde 1993 uma situação de grande penúria alimentar, na sequência do reinício da guerra. Segundo Malungo, em 1995 foram reinstaladas em Angola 106.000 pessoas e as estimativas apontam para mais 500 mil pessoas este ano. O fim da guerra permitirá o repatriamento em massa de refugiados angolanos da Zâmbia, Zaire e Congo. As autoridades angolanas, em colaboração com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e várias organizações não governamentais, iniciam em Maio um programa de repatriamento dos angolanos radicados na Namíbia, Zâmbia e Congo. O ministro disse que os angolanos refugiados no Zaire começarão a ser repatriados no final do corrente ano. As províncias do Moxico, Leste, Uíge e Zaire são as que irão acolher maior número de refugiados, estando actualmente a ser criadas as condições mínimas, com a construção de escolas e centros de acolhimento e a reparação de infra-estruturas.

Entretanto, e segundo estimativas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Angola foi o país do mundo com a maior taxa de mortalidade infantil em 1995.

Suazilândia

Greve por reformas democráticas

As lojas reabriram e as fábricas retomaram a sua actividade depois de uma semana de greves a nível nacional exigindo a introdução de reformas democráticas na Suazilândia.

Jabulani Nxumalo, dirigente da Federação dos Sindicatos da Suazilândia, disse que a greve por reformas democráticas seria suspensa por uma semana, durante conversações com o governo. "O Conselho Geral recomendou a imediata suspensão da paralisação de massas para permitir negociações significativas e criativas entre o

governo" e a Federação dos Sindicatos, disse Nxumalo à agência sul-africana SAPA.

A greve começou a 22 de Janeiro e provocou a paragem do país de um milhão de habitantes durante uma semana.

O rei, Mswati III, tem poder absoluto, governa por decreto e tem um executivo cuidadosamente escolhido, que "assina de cruz" as suas decisões. Os partidos políticos foram banidos e o parlamento é eleito indirectamente através de um complexo sistema de reuniões públicas nos distritos tribais. Um cres-

cente movimento pró-democracia pretende que a nação adopte uma constituição que legalize os partidos políticos e transforme o rei num monarca constitucional sem poderes executivos. Confrontos entre grevistas e a polícia ocorreram nos dois primeiros dias de greve, provocando a morte de uma rapariga de 16 anos e ferimentos em várias pessoas, incluindo dois polícias.

Mswati admitiu conversações sobre a situação política mas recusou qualquer garantia aos organizadores da greve.

África em Notícias

Argélia

Cerca de 600 trabalhadores de uma empresa de construção e de trabalhos de Argel, há seis meses com salários em atraso, convocaram uma manifestação para reclamar o pagamento dos salários. Foram entretanto impedidos pela polícia de se manifestar junto ao palácio governamental. Segundo a rádio argelina, o chefe do governo recebeu uma delegação destes trabalhadores, em greve há mais de um mês. Cerca de 500.000 trabalhadores encontram-se sem receber salário há mais de 23 meses. A Federação sindical da construção civil anunciou que iria organizar uma nova manifestação.

PNUD

Quarenta e cinco ministros africanos da Economia e Finanças reuniram-se na capital do Burkina Faso para debaterem estratégias de desenvolvimento para o continente. A conferência, organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), contou com a presença

de quatro chefes de Estado: do Burkina Faso, do Senegal, do Gabão e do Botsuana. Esta conferência tem por objectivo principal "a discussão de um programa especial e de uma agenda de desenvolvimento para África", disse o administrador do PNUD, James Speth, que se estava a adoptar uma "nova aproximação" de desenvolvimento, que coloca "os mais pobres no centro das (nossas) preocupações".

Marrocos

A Organização Marroquina dos Direitos Humanos (OMDH) denunciou, em carta aberta enviada ao primeiro-ministro Abdelatif Filali, as torturas e atropelos cometidos pelas autoridades de Rabat no combate ao contrabando. A campanha contra o contrabando tem sido criticada em diversas ocasiões, por centrar-se nos pequenos contrabandistas e porque foi aplicada sem procura de soluções a longo prazo para as regiões do norte do país, as mais afectadas pelo tráfico ilegal de todo o tipo de mercadorias.

França

Ensaio nuclear no Pacífico

Jacques Chirac anunciou na televisão "o fim definitivo" dos ensaios nucleares franceses, após o sexto ensaio efectuado sábado no atol de Fangataufa, no Pacífico Sul, concluindo assim um programa condenado por muitos países e pelas forças pacifistas de todo o mundo.

O anúncio do fim definitivo dos ensaios nucleares franceses surge 230 dias depois de Chirac ter divulgado a decisão de os retomar na Polinésia francesa. A 13 de Junho do ano passado, o novo presidente francês anunciava que o seu país iria proceder a uma série de oito ensaios nucleares, os últimos, a realizar no Pacífico, entre Setembro de 1995 e Maio de 1996.

O primeiro ensaio verificou-se a 5 de Setembro no atol de Mururoa. Apesar dos protestos internacionais, um segundo ensaio tem lugar a 2 de Outubro e um terceiro a 27 do mesmo mês. No dia 21 de Novembro, a França procede a um

quarto ensaio nuclear no Pacífico sul, a 27 de Dezembro a um quinto e, finalmente, no passado sábado, ao último da série de oito ensaios inicialmente anunciada e que acabaria por ser reduzida a seis.

A França procedeu até hoje a 210 ensaios nucleares, primeiro na Argélia e depois no Pacífico. O primeiro ensaio, baptizado de "Gerboise Bleue", foi efectuado em 1960 no Saara.

O primeiro-ministro australiano, Paul Keating, saudou o anúncio do fim dos ensaios nucleares franceses e deplorou que eles tenham acontecido. O chefe do governo australiano disse esperar que a França, Grã-Bretanha e Estados Unidos ratifiquem este ano o tratado de interdição total das armas nucleares. O Japão qualificou de "extremamente lamentável" o facto da França ter prosseguido com os seus ensaios apesar "dos apelos repetidos da comunidade internacional para lhes pôr termo".



partido de âmbito nacional, tendo como plataforma a manutenção da "pureza ariana". De acordo com a Constituição da Suécia, qualquer pessoa ou organização pode formar um partido político e só poderá ser processado em tribunal se representar uma ameaça ou estiver na origem de violência contra qualquer outro partido ou grupo étnico, por causa da sua raça, religião ou cor. Por outro lado, não é permitido o uso, em público, de uniformes e/ou símbolos que não estejam legalmente autorizados.

Bósnia

O Comité Internacional da Cruz Vermelha protestou contra a pilhagem da sua delegação em Tuzla por centenas de manifestantes muçulmanos descontentes com a alegada ineficácia da organização em encontrar familiares desaparecidos. Um comunicado do CICV relaciona o ataque com "frequentes declarações agressivas de responsáveis do governo de Sarajevo" contra esta organização humanitária. O incidente de Tuzla "reflecte, sem dúvida alguma, numerosas declarações de representantes do governo bósnio contra a Cruz Vermelha, largamente divulgadas na imprensa. Não podemos admitir que a responsabilidade da tragédia das famílias de Srebrenica seja sistematicamente imputada ao CICV por tais elementos", conclui o comunicado.

PCP saúda Congresso do PDS

Em 27 e 28 de Janeiro realizou-se em Magdeburg, capital do Estado federal de Saxony-Anhalt, a segunda sessão do IV congresso do Partido do Socialismo Democrático da Alemanha.

O PCP esteve representado por Agostinho Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC.

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Congresso a saudação que seguidamente transcrevemos.

"Transmitimo-vos as saudações fraternais dos comunistas portugueses e os melhores votos aos trabalhos do vosso Congresso.

"O PDS, enfrentando com coragem perseguições e discriminações anticomunistas e antidemocráticas, conseguiu impôr-se como grande força de esquerda e alcançar - como nas recentes eleições de Berlim - vitórias de grande importância e significado. A sua luta persistente em defesa dos interesses da classe operária e do povo trabalhador da Alemanha, contra as ruins consequências da anexação da RDA e da aplicação dos critérios de Maastricht, contra a política imperialista

de grande potência do governo alemão, constitui uma importante contribuição para a causa do progresso social e da paz na Europa e no mundo, pelo que expressamos o nosso elevado apreço.

"Na opinião do PCP, a situação internacional continua profundamente marcada pela ofensiva do imperialismo e do grande capital transnacional contra as conquistas e direitos dos trabalhadores e a soberania dos povos. Mas está também marcada pela crescente resistência e luta popular, nomeadamente na Europa contra a "construção europeia" de Maastricht. Torna-se cada vez mais evidente a incapacidade do capitalismo para dar satisfação às aspirações dos trabalhadores e aos dramáticos problemas com que está confrontada a Humanidade neste final do século XX e a necessidade de verdadeiras alternativas de progresso social orientadas pelos valores e os ideais do socialismo.

"Numa tal situação, reveste-se de crucial importância o fortalecimento dos laços de solidariedade internacionalista de todas as forças do progresso social e a sua tradução

em acções comuns ou convergentes voltadas para as massas e para a sua mobilização. Isto é particularmente oportuno e necessário na Europa, em torno da problemática da União Europeia e, em particular, na luta contra o desemprego, pela redução do horário de trabalho, em defesa das conquistas históricas dos trabalhadores e dos povos.

"Em Portugal, na sequência de importantes lutas populares, as derrotas da direita nas eleições legislativas de 1 de Outubro e nas eleições presidenciais de 14 de Janeiro expressam a condenação da política autoritária, antipopular e antinacional de sucessivos governos e uma grande vontade de mudança. O PCP tudo fará para que uma tal vontade de mudança não seja defraudada. Para tanto, prossegue a sua acção independente no movimento popular e nas instituições defendendo uma viragem na política económica e social que rompa com os "critérios de convergência" de Maastricht para a "moeda única" e inverta o rumo de destruição do sector social do Estado, do tecido produtivo,

do alastramento do desemprego e da marginalização, do brutal crescimento das desigualdades e injustiças sociais, de seguidismo em relação ao imperialismo, como se verifica com o envio de tropas portuguesas para a Bósnia, que firmemente condenamos. Lutando por uma nova política de esquerda, lutamos por uma democracia

simultaneamente política, económica, social e cultural, pelo progresso e a independência de Portugal numa Europa de paz e cooperação".

A concluir, a saudação realça as "relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PDS" e confirma o "profundo interesse em fortalecê-las sempre mais".

Visita
do Secretário-geral
do PCP
ao Extremo
Oriente

Partiu hoje para a República Socialista do Vietname uma delegação do PCP dirigida por Carlos Carvalhas, Secretário-geral do Partido, que visitará depois a República Popular da China e a República Democrática da Coreia, a convite dos respectivos partidos comunistas.

A delegação do PCP integra ainda Albano Nunes, membro do do Secretariado e Responsável da Secção Internacional, e José Neto, membro do CC e do Conselho Nacional do PCP.

Armas

A embaixadora dos Estados Unidos em Viena entregou ao governo austríaco um dos segredos mais bem guardados entre os dois países: a lista dos 79 depósitos de armas instalados pelos norte-americanos na Áustria em princípios da década de 50. As armas foram armazenadas ao longo da região ocidental da Áustria - a zona de ocupação norte-americana depois da Segunda Guerra Mundial. Rumores da existência de tais arsenais em território austríaco têm circulado durante décadas, mas os Estados Unidos sempre o negaram.

Sindicatos

Realizou-se em Atenas a primeira conferência interbalcânica dos sindicatos da região, com a participação de 19 delegações de dez países. Representantes de centrais sindicais da Albânia, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Croácia, Grécia, Macedónia, Roménia, Eslovénia, Turquia e República Federal da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro) discutiram durante dois dias problemas de emprego, imigração e desenvolvimento e ainda o processo de paz e a cooperação intersindical.

Texto:
Henrique Custódio
Fotos:
Jorge Caria

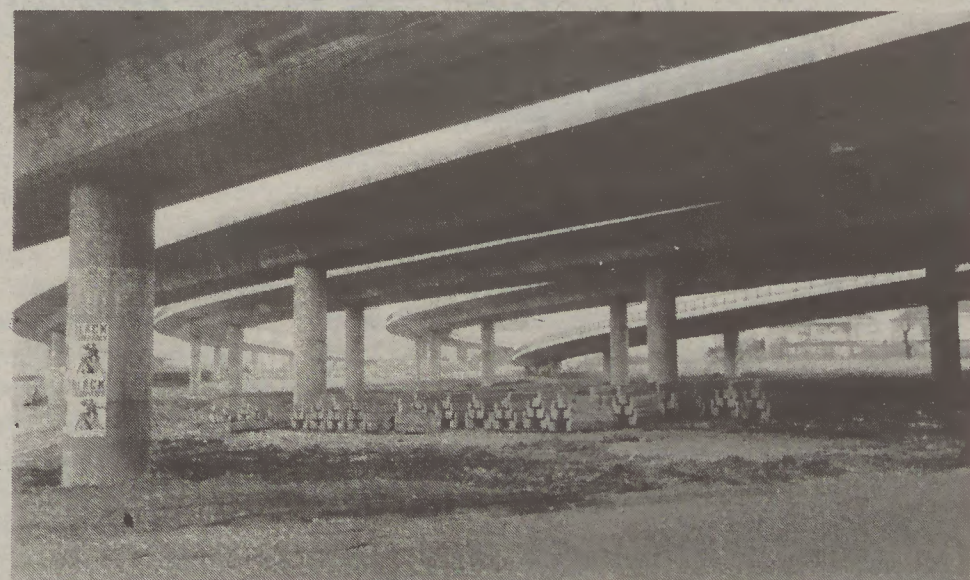
O Inverno do Nosso Descavacamento

Bastou um mês de chuva a sério para deixar, escarolado, o que neste País se andou a fazer nos últimos 10 anos. Olhando de frente os vastos prejuízos provocados pelas enxurradas, o que salta à vista é o desabamento generalizado das grandes obras públicas realizadas na década, o desordenamento do território e a incúria que se instalou ao longo dos anos perante um fenómeno tão natural como as grandes chuvas em Portugal continental. A prova de que por cá se aprendeu a respeitar estes fenómenos está no comportamento das estruturas que (mais uma vez) resistiram paulatinamente à investida das águas, fale-se de estradas ou pontes, de linhas férreas ou povoações ribeirinhas. A prova de que muito se desaprendeu nestes últimos 10 anos está na evidência da presente catástrofe: uma rede de novas auto-estradas que aluiu vergonhosamente, casas, instalações e bairros inteiros submersos porque foram erguidos sem ordenamento territorial nem respeito pelos cursos de água, encheses convulsionados por uma década de desprezo da bacia hidrográfica do País.

Assim sendo, que não se busque nos escombros da catástrofe o fácil alibi da Natureza, que se limitou a manifestar-se como sempre o fez e há-de fazer. Quem não se portou como devia foi o cavaquismo, responsável por grande parte do descalabro tanto pelo que realizou como pelo que não realizou.

O que não realizou engloba os estudos hidrográficos, a regularização das bacias, a limpeza dos leitos, o ordenamento do território e a regionalização, cuja ausência acumulada agravou seriamente as consequências das cheias. O que realizou - ainda por cima com rios de dinheiro - provou-se agora que não apenas foi demagógico como ficou mal feito. Tão mal que nada ficou incólume.

Principalmente, o próprio cavaquismo que, com toda a «competência» e «modernidade», foi por água abaixo em poucos dias.



O cavaquismo sempre se gabou de ter uma «visão estratégica» do País. Eis um belo exemplo dessa «visão»: prometendo, ao mesmo tempo, a construção da CREL e o lançamento do comboio rápido para Odivelas, concretizou a primeira tão emaranhadamente (ver foto) que inviabilizou o segundo, cortando-lhe o caminho com uma floresta de pilares

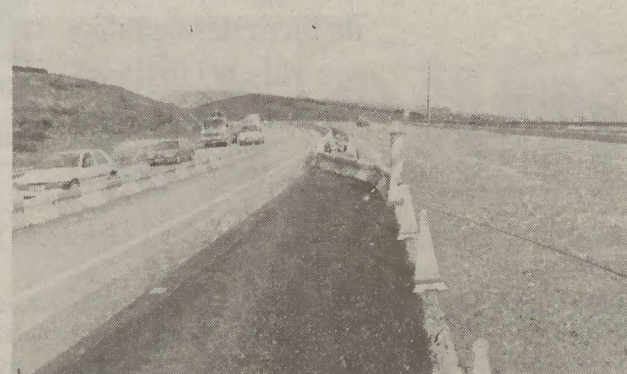


A Cintura Regional Exterior de Lisboa (CREL), que o cavaquismo empoeirou durante anos para depois a construir às três pancadas e à força de rios de dinheiro, ruiu tão fragorosamente que ninguém sabe como andar por lá

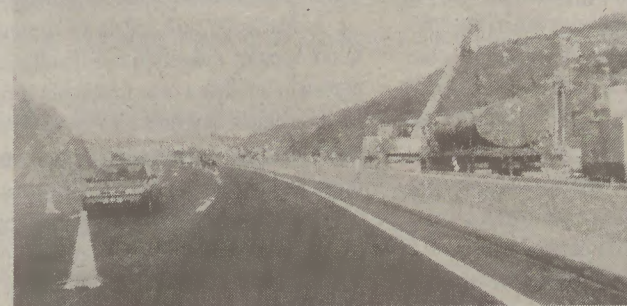
Apesar das previsões da Meteorologia, quando neste Inverno as chuvas se abateram por todo o território continental ninguém suspeitou do que aí vinha, bastando um mês de enxurradas à antiga para mergulhar o País no caos. A generosidade dos céus, ao assim recordar após tão prolongada seca que não há fome que não dê em fatura, parece ter também aproveitado para mais uma vez mostrar que é um erro pôr a Natureza de lado.

A prova aí está: com o escorrer das águas pelas quebradas do território, as ribeiras e cursos de água há tanto adormecidos numa secura dramática irromperam no dilúvio que encheu as barragens e nada poupou, galgando os leitos dos rios, isolando povoações, afogando baixas ribeirinhas, aluindo terras e construções.

O quadro rapidamente se definiu e, como se esperava, a água começou a invadir os sítios do costume - os campos e algumas povoações das bacias do Tejo e afluentes, das bacias do Guadiana, do Douro, do Mondego e por aí fora. Só que, enquanto a chuva não parava em todo o território continental, as inundações alargaram para níveis e lugares desproporcionados com a pluviosidade regis-



CREL: desvios...



... desvios...



... e mais desvios



Nem deu para estrear...

Se o aluimento de auto-estradas novinhas em folha já é escandaloso, que dizer do rebentamento de auto-estradas que nem sequer foram... estreadas?!

Pois foi o que aconteceu no fim-de-semana passado ao troço que há-de ligar Montemor-o-Novo a Évora. Trata-se de mais um segmento da auto-estrada que se prevê venha a ligar Lisboa a Madrid e que já está aberta desde a capital até Montemor-o-Novo.

Este troço, mais uma vez feito à pressa para ver se ainda chegava a tempo das últimas eleições e permitia ao ministro Ferreira do Amaral somar outra inauguração ao palmarés, não só não foi concluído a tempo, como o seu pavimento acabou por rebentar no fim-de-semana passado sob o efeito das chuvas, como mostram as fotografias reproduzidas de reportagens televisivas...

tada - forte, mas abaixo de máximos anteriores a nível nacional. As razões de tal anormalidade saltaram à vista: por um lado, a falta de limpeza dos leitos e da tão prometida regularização das bacias, por outro a construção anárquica que proliferou na última década, fruto da ausência de um quadro de ordenamento com visão estratégica do território.

João Soromenho Rocha, engenheiro do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, especialista em cheias fluviais e colaborador de um recente projecto de investigação financiado pela Comunidade Europeia para avaliar as cheias na Europa e as decisões políticas adequadas nesta matéria, apontava ao «Expresso» da semana passada um conjunto de causas claras para a catástrofe deste Inverno: «o desordenamento do território e a ocupação clandestina; a proliferação, nas duas últimas décadas, de "pontes mal projectadas, construídas à pressa para cumprir o plano eleitoral"; a falta de regulamentos que contemplem as acções hidrodinâmicas nas estruturas e edificações; e, finalmente, o assoreamento e a acumulação de detritos de equipamentos electrodomésticos e de automóveis nos lei-

tos dos rios». E acrescenta-se: «A todos estes factores acresce o adiamento de obras de controlo das cheias no Tejo e no Trancão, à semelhança do que se fez no Mondego», para os quais «existem estudos feitos desde a década de 70».

Ferreira do Amaral: E um dia a obra veio abaixo!

Mas as «pontes mal projectadas, construídas à pressa para cumprir o plano eleitoral», como afirma João Soromenho Rocha, não se limitaram a agravar as cheias: elas próprias, e sobretudo as estradas e auto-estradas a que estão ligadas, deram em geral de si com as chuvas, deixando exposta a mais vergonhosa rede de estradas de que há memória.

Na verdade não deve haver Itinerário Principal (os célebres IP's...) ou auto-estrada construídos pelo cavaquismo que não tenham sido vítimas de um desabamento de terras, de aluimentos nos pavimentos, de problemas com túneis, de rebentamentos de

asfalto, de esboroamento nas bermas, de estrangulamento de nós, de inundações inadmissíveis em auto-estradas.

Nestas páginas mostramos o estado em que ficou a Cintura Regional Exterior de Lisboa - a CREL - acabadinha de estrear, mas muitos outros exemplos se poderiam apresentar, do Norte ao Sul do Continente, afectando a generalidade das rodovias construídas pelo cavaquismo. Ainda no princípio desta semana rebentou mais uma auto-estrada, desta vez o troço que há-de ligar Montemor-o-Novo a Évora, cujo pavimento estava ainda antes de ser inaugurado, como damos nota ao lado.

Nestas chuvadas, até a «estrela» dos governos cavaquistas foi levada na enxurrada. Perante tão escandaloso soçobrar de estradas e auto-estradas, de facto pouco resta ao ministro Ferreira do Amaral para apresentar como a sua «grande obra». Seria, entretanto, importante averiguar como é que tantos milhões de contos pagaram estradas tão más ou, melhor dizendo, para onde foi tanto dinheiro dos portugueses se, afinal, nem produziram estradas de jeito...

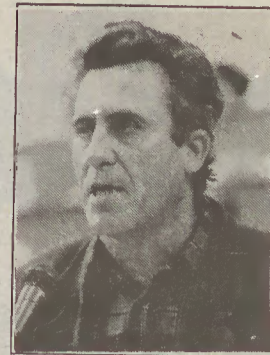
E quer este homem ser candidato à presidência da Câmara Municipal de Lisboa...



Aluimentos de terra «não previstos», túneis rotos apesar de novinhos em folha, seis faixas de rodagem reduzida a duas, pontes mais pequenas que as necessidades, asfaltos de um lado ao outro, eis ao que ficou reduzida a «obra rodoviária» do ministro Ferreira do Amaral. As fotos são da CREL, mas outras semelhantes e piores se podem colher por esse país fora, na generalidade das auto-estradas e IPC's do cavaquismo. Para o comprovar, basta andar por aí... mas com cuidado!

Uma conquista histórica ameaçada

Atribuir às entidades patronais o poder discricionário de organizar os horários de trabalho e as funções profissionais crucificando no altar do lucro desmedido a vida profissional, social e familiar dos trabalhadores.



JERÓNIMO DE SOUSA
Membro da Comissão Política

COM A AUTORIA do Governo PS, o apadrinhamento das Confederações Patronais e o submisso aval da UGT foi consumado o Acordo de Concertação Social de Curto Prazo em sede de Concertação.

A CGTP-IN não o subscreveu. Esta posição, determinada pelo princípio da defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, colocou, tal como em dezenas de processos negociais, uma questão de fundo: mais do que assinar ou não assinar, o que importa é saber aquilo que se assina!

O documento emanado da Concertação, para além de medidas conjunturais e dos critérios de política salarial marcados pela insuficiência no referencial de 4,5% e no aumento do Salário Mínimo Nacional para 54 600\$00, incorpora uma peça que constitui uma das mais graves ameaças ao direito histórico do horário de trabalho. Não há exagero afirmar que, caso o Governo PS configure em proposta de lei, as linhas de força aprovadas na Concertação ficarão com a paternidade desonrosa e socialmente mais injusta do que a sua autoria na Lei dos Contratos a Prazo.

Evidentemente há que descodificar previamente essas linhas de orientação que serão a espinha dorsal da proposta de lei a apresentar na Assembleia da República.

E por falar nisso, houvesse por parte do Governo a vontade de prestigiar a Assembleia da República então não procuraria secundarizar este órgão de soberania, sede por excelência a quem a Constituição reserva o poder de legislar sobre os direitos dos trabalhadores e atribui a faculdade de promover uma ampla consulta a todas as organizações de trabalhadores. Preferiu dar sólidas e prévias garantias à CIP que tenazmente persegue, há muitos anos, o objectivo de desregular o horário e as carreiras profissionais.

Fazendo tábua rasa de anteriores posições de voto, declarações solenes e promessas eleitorais, o Governo PS e os seus deputados votaram contra o Projecto de Lei do PCP que consagrava a redução do horário semanal de trabalho para as 40 horas em 1996.

O voto contra foi preconcebido porque o projecto do PCP era inconciliável com o que iria propor na Concertação.

Em relação à redução do horário semanal, o Governo PS já tinha decidido, como alternativa, o seu adiamento

para 1998, com uma fase intermédia de 42 horas para 1997. Ainda assim, poderia ter votado o Projecto de Lei e em sede de especialidade propor a redução faseada. Só que a malfeitoria jurídica não estava tanto no calendário da redução mas antes na denominada adaptabilidade dos horários e na polivalência.

Descontadas a retórica, o rendilhado de palavras sobre o diálogo e a negociação e desmontada a engenharia técnica e jurídica surge de forma nua e crua o objectivo de atribuir às entidades patronais o poder discricionário de organizar os horários de trabalho e as funções profissionais crucificando no altar do lucro desmedido a vida profissional, social e familiar dos trabalhadores.

Ao pretender impor, por Lei, uma injusta e desumana reclamação das Confederações Patronais, o Governo PS segue as pisa-

das do consulado cavaquista que por via de sucessivos pacotes laborais usou o Estado contra a contratação e contra os direitos dos trabalhadores ao arripio do espírito e da letra da Constituição.

Descodifiquemos às tais linhas de orientação fundamentais para a adaptabilidade dos horários e a polivalência.

Começa o Governo por afirmar

que esta medida é condição para preservar o emprego. Não explica nem como nem porquê, passando à defesa da legislação sobre adaptabilidade dos horários aprovada no âmbito do pacote laboral que ainda assim remetia a questão para as negociações de contratação colectiva.

Clarificando o quadro da redução gradual do horário semanal (42 horas em 97 e 40 em 98) antecipa logo à cautela que tal redução será indissociável da eliminação das pausas e intermitências. Ou seja, mesmo com a redução do horário previsto poderíamos ter esta situação caricata de haver trabalhadores a quem se concedia a redução por lei, mas tiravam-na do contrato.

Vale a pena citar: «As reduções convencionais e legais definem períodos de trabalho efectivo ou seja excluem todas as interrupções de actividades resultantes da aplicação de acordos, de normas das convenções ou de lei, que impliquem a paragem do posto de trabalho ou a substituição dos trabalhadores.»

Isto é: à medida dos patrões da têxtil, da metalúrgica e da construção. Mas revelando cinismo jurídico a última linha deste parágrafo afirma que por acordo ou negociação pode se definida

a alegria mal contida dos Ferrazes e Casqueiros após a assinatura do Acordo.

Os trabalhadores em cada 4 meses, dificilmente saberão quando entram e quando saem do trabalho. Horas que são agora pagas como trabalho extraordinário passarão a ser pagas a singelo. Para além dos prejuízos nos complementos salariais será a vida dos trabalhadores, no plano social e familiar a ficar desorganizada. Ao garantir apenas que as horas de descanso são 12 horas como serão organizadas as restantes 12?

A demonstração cabal da má consciência do Governo PS está lá no Acordo: «havendo trabalhadores pertencentes ao mesmo agregado familiar a organização do tempo de trabalho (o patrão) tomará sempre em conta esse facto». E os restantes trabalhadores cujos cônjuges trabalham em empresas diferentes? Que consequências não terá isto nos seus horários dos transportes, das creches e escolas dos filhos na sua vida social e familiar?

O Governo PS não quer aumentar ou manter o emprego mas tão-só aumenta a exploração e destrói a garantia do horário de trabalho.

E espante-se!

À boleia da redução e «adaptabilidade dos horários» tenta-se fazer o contrabando legislativo da polivalência golpeando a categoria profissional e as funções que decorrem da contratação.

Leia-se para que não se pense que há exagero:

«Será legalmente consagrado um princípio de polivalência: o objecto do contrato de trabalho abrange as actividades para as quais o trabalhador está qualificado e ao alcance das suas capacidades e que tenham afinidade ou ligação funcional com as que correspondem a sua função normal, ainda que não compre-

endidas na definição da categoria inerente.»

Tão longe vão os compromissos do Governo PS com as Confederações do grande patronato ao pretender, com este abcesso jurídico, tentar transformar o trabalhador em «pau mandado e para toda a obra».

Cai como sopa no mel dos patrões da metalurgia, da indústria naval e da indústria automóvel. Com tal medida não só aumenta a exploração como ficam em condições de reduzir os postos de trabalho e o emprego.

Ao arripio dos ponteiros do relógio da História que inscreve a luta

por horário de trabalho justas e dignas nas suas páginas mais apaixonantes tão bem simbolizadas pelo 1 de Maio, o Governo PS tenta proceder aos retrocesso precisamente quando a luta e as aspirações dos trabalhadores portugueses vão no sentido do progresso. Julgando-se ainda imune e impune pela natural afectividade do voto que lhe foi concedido por centenas de milhar de trabalhadores ilude-se numa questão central: os trabalhadores não irão ficar calados nem passivos.

É certo que não será por acto mecânico ou com acusações genéricas que os trabalhadores despertarão face aos perigos que decorrem do Acordo. A batalha do esclarecimento é a partir de agora e antes da apresentação da iniciativa legislativa na Assembleia da República. Uma batalha que é também do Partido, inserida na luta pelas grandes causas sociais.



Moeda Única

■ Sérgio Ribeiro/Daniel Rosário

O pontapé de saída da campanha de propaganda

Como já foi por nós repetidas vezes previsto e denunciado, aí está a despudorada campanha de propaganda e manipulação, disfarçada de informação à opinião pública.

Na sequência do Conselho Europeu de Madrid, a Comissão promoveu e o Parlamento acolheu o que chamaram «a primeira grande consulta a todos os protagonistas» para marcar o «pontapé de saída decisivo das estratégias de comunicação que permitirão acompanhar a introdução do EURO».

Convidaram-se alguns desses protagonistas — não todos, porque os críticos, os eurocépticos e outros que possam ter reservas quanto à moeda única não podem, como é evidente, ser bem-vindos a tais consultas orientadas... —, propuseram-se *workshops*, temas, questões e proponentes, convocou-se a comunicação social a quem se ofereceu o aliciente aperitivo de algumas «novidades» preparadas sobre sondagens de opinião, durante três dias fez-se *marketing* e, sobretudo, preparou-se o *marketing* a fazer.

Como é norma dos procedimentos «democráticos», não se fechou a porta a ninguém — o que nem é totalmente verdade porque os assessores dos deputados, por muito interessados que estivessem e competentes que fossem, não beneficiavam do direito de admissão nos tais *workshops* —, mas quem passou pelas salas onde se debatia (?) ficou impressionado com a agressividade com que todos os que não são incondicionais da moeda única eram anatematizados, anulando qualquer veleidade de intervenção efectivamente de debate ou discussão democrática e contraditória.

A imagem — e de imagem se tratou durante estes três dias — que se deu, de várias origens responsáveis (?), era a de que há uns subversivos, uns mal-intencionados, uns ignorantes, uns perturbadores, que andam a espalhar rumores e boatos, dizendo haver recessão onde há só pausa conjuntural, culpando a moeda única do desemprego quando só a moeda única resolverá o problema do desemprego, difamando como responsáveis pela instabilidade quem (capitais e seus detentores) não quer outra coisa que não seja a estabilidade, procurando diluir valores de honra relativamente ao cumprimento de acordos internacionais com o pretexto de que esses acordos, além de estarem a ser cumpridos, têm servido para impor políticas e estratégias com consequências sociais muito graves quando não insuportáveis.

Neste ambiente inicial, a Mesa-Redonda foi um ensaio. Os três *workshops* tinham a intenção confessada de colocar os focos no consumidor, nos bancos, serviços financeiros e empresas, na administração pública, não havendo qualquer focalização sobre as questões sociais, nomeadamente sobre desemprego. Mesmo o primeiro *workshop*, focos sobre o consumidor, que poderia levar a pressupor uma abordagem com contornos sociais define-se bem numa das questões propostas: *que tem o público em geral necessidade de saber?! Mas nos outros workshops também havia outras perguntas elucidativas: Que poderá aborrecer os utilizadores?, Que campanhas e quanto?, no 2, ou Como construir uma opinião pública positiva?, no 3.*

Mais uma vez, denunciámos a verdadeira «lavagem ao cérebro» que está a ser preparada, negando todas as evidências, todas as vivências, todos os sofrimentos que sofrem as populações, enjeitando e endossando responsabilidades, fazendo do vício virtude para assim beneficiar uma minoria, e o seu capital financeiro, contra uma esmagadora maioria, com os seus rendimentos minguados e regateados.

Para que esta situação, vivida no Parlamento Europeu entre 22 e 24 de Janeiro, tivesse também significado relativo, realizou-se simultaneamente, no âmbito das actividades da comissão dos assuntos sociais, uma reunião com os representantes das comissões competentes dos parlamentos nacionais sobre a política social europeia e a CIG de 1996. De Portugal,

vieram e participaram 4 deputados, um de cada grupo parlamentar. Dará bem a medida da hierarquia das preocupações que se pretendem traduzir para a opinião pública confrontar o espaço que mereceram uma e outra das reuniões aqui realizadas. Diríamos que desse confronto o sentimento que tiramos é de vergonha. E de vontade de reforçar a luta.

Mas... voltemos ao pontapé de saída. Ele orçou em 901 600 ECU's, segundo o orçamentado, num total de 50 milhões disponibilizados para o «jogo todo», ou seja,

cerca de 10 mil milhões de escudos portugueses. É o requinte da hipocrisia fazer com que sejam os contribuintes, aqueles que pagam os impostos, a financiar as campanhas manipuladoras da sua opinião porque sem essa opinião — e favorável, como a democracia impõe... — não poderiam realizar-se e prosseguir as políticas que lhes são nefastas.

No entanto, se foi este o pontapé de saída... a bola foi para o pinhal. Como se fosse de propósito, durante toda a semana mul-

tiplicaram-se as declarações públicas de políticos proeminentes de vários países da UE, todos insuspeitos europeístas, como o ex-presidente da Comissão, Delors, ou o recente presidente do Conselho de Ministros, o espanhol Westendorp, alertando para a dificuldade de se atingir a UEM no calendário previsto.

Mas o cúmulo, e até parece um golo na própria baliza, é que nem na «mesa-redonda» faltaram vozes dissonantes, apesar da seleccionada escolha de convidados, personalidades, publicistas e jornalistas. E o ex-Presidente da República Francesa, ex-deputado europeu, fundador do SME, europeísta dos sete costados, Giscard d'Estaing, virou a mesa do avesso ao propor, a partir de uma muito pessoal leitura dos tratados, a flexibilização dos critérios de Maastricht, com aplicação condicionada pela conjuntura económica.

Depois dessa intervenção-surpresa — e muito francesa — a transformação da conferência de imprensa final num interrogatório a Santer e Silguy sobre este tema foi só um passo, ficando os resultados da «primeira grande consulta a todos os protagonistas» um pouco esquecidos. O que obrigou os interrogados a repetir até à exaustão e sem qualquer flexibilidade (!) que o que está no Tratado será cumprido e é essa a sua tarefa, para não dizer missão.

No entanto, a sucessão destas manifestações públicas de dúvida sobre a exequibilidade do estabelecimento em Maastricht exige alguma reflexão. Que fossem os «profetas da desgraça» do costume (como «eles» nos chamam quando prevenimos o que a realidade os obriga inevitavelmente a reconhecer sempre tarde e

a más horas) a promover essas manifestações ou a mandar essas «bocas» isso não espantaria ninguém e dificilmente seria notícia. Agora que venham tais manifestações ou «bocas» de alguns dos mais empenhados e comprometidos «artífices» desta «construção europeia» já causa alguma perplexidade... e é notícia.

Aliás, na imprensa britânica, as notícias já vão mais longe. Alguns jornais começam a afirmar que a Comissão estaria a preparar planos para responder a um eventual, e cada vez mais provável, adiamento (*Telegraph*, 22.01.96), e que a Alemanha e a França, que não cumprem os critérios, estariam a preparar para breve o anúncio de que a UEM terá de ser adiada (*Independent*, 26.01.96).

A dúvida instalou-se. Contra o que pretendia a mesa-redonda de propaganda e manipulação. Apesar das repetidas, quase fanáticas e um pouco patéticas (ou autistas) profissões de fé que altos responsáveis da UE continuam a fazer relativamente às virtudes miraculosas da beatificada moeda única, não se cansando de acenar com a inevitável catástrofe, o apocalipse que resultaria de um eventual e, ao que parece, inevitável adiamento.

MOEDA ÚNICA
É JÁ AMANHÃ...

QUÊ? O TROCO
É SÓ ISTO?



slm

Do plano cavaquista à destruição que urge parar Ainda é possível defender a Siderurgia Nacional

Os trabalhadores insistem em lutar para defenderem os postos de trabalho, os seus direitos e os interesses da economia nacional

A última peça na destruição da Siderurgia Nacional e na sua entrega a multinacionais estrangeiras recebeu o nome de Plano Estratégico de Reestruturação Global. Foi este PERG que determinou a divisão da SN em quatro empresas: a holding SN-SGPS, a SN-Serviços, a SN-Produtos Longos e a SN-Produtos Planos.

Concluído o processo de reprivatização da SN Longos (comprada por um consórcio de espanhóis e italianos dominado pela multinacional Riva) e da SN Planos (adquirida pela Lusosider, de capitais holandeses e franceses, que já lhe mudou o nome para Lusosider Aços Planos), estão mais evidentes as consequências da cha-

mada reestruturação. Em declarações ao «Avante!», membros das estruturas representativas dos trabalhadores contam que os despedimentos e as preocupações já chegam aos quadros de topo. Exigem do Governo uma efectiva mudança de política, enquanto ainda é possível evitar a destruição completa da Siderurgia Nacional. E reafirmam que, tal como ao longo de quase dez anos, não estão dispostos a assistir de braços cruzados a um processo que liquida postos de trabalho e lesa os interesses do País.

Como as bobinas para a laminagem de chapa a frio vêm, sobretudo, da Holanda, os organismos representativos dos trabalhadores

admitem que, por parte da Lusosider, haja interesse em manter a empresa de Planos a

produzir. Manifestam grandes inquietações, no entanto, quanto ao futuro da SN-Longos, agora controlada por um dos gigantes do aço europeu, mais interessado em conquistar mercados para os excedentes da sua produção.

Neste quadro, foi precisamente aos problemas da empresa de Produtos Longos que foi dedicada grande parte da conversa com José Osório, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, Guerra dos Santos, da Comissão de Trabalhadores da SN-Longos, e Manuel Amaral, da Comissão Intersindical do grupo Siderurgia Nacional.

Nem o PERG é para cumprir?

Além da divisão para a privatização, no PERG estava previsto ainda o encerramento do trem médio e do alto forno e de toda a instalação produtiva inerente (redução e coqueria). De siderurgia integrada, a SN passaria assim a uma mini-siderurgia, com um forno eléctrico, que seria montado no Seixal, juntando-se ao vazamento contínuo e ao trem contínuo - o que constituiria a unidade produtiva SN-Longos.

A empresa de Serviços passaria a fornecer electricidade, gás e outros bens de produção. Continua a ser uma empresa de capital público, mas teria um papel que os representantes dos trabalhadores classificam como a teta do Estado, onde as outras empresas vão mamar.

Recordando que nunca estiveram de acordo com este plano, desde o início encarado como uma porta aberta para a destruição do sector siderúrgico em Portugal, os órgãos representativos dos trabalhadores da SN vêm reforçadas as suas preocupações pela forma como o PERG está a ser posto em prática.

Foi decidido encerrar o trem médio no fim de 1995, como decorria do plano. Mas nada está a ser feito que indique que vai ser respeitada a outra vertente do plano, a instalação do forno eléctrico, o que suscita sérias dúvidas quanto ao cumprimento desta obrigação da empresa de Produtos Longos.

O alto forno, pelo mesmo plano, deverá funcionar só até 1999. É deste alto forno, actualmente integrado na empresa de Serviços, que saem (através do vazamento contínuo) os billetes para o trem contínuo da empresa de Longos. Ora, se até lá o forno eléctrico não for montado, a SN-Longos terá que recorrer à importação de billetes, o que poderá pôr em causa a sua rentabilidade; tal como fizeram com o trem médio, este argumento servirá para justificar o encerramento futuro do trem contínuo. Nessa altura, a SN-Longos deixará de existir como empresa produtiva e passará a ser, quando muito, um entreposto comercial.

Este é, afinal de contas, o objectivo das empresas que concorreram à privatização e hoje dominam a SN-Produtos Longos.

Formalmente, as acções foram compradas por uma siderurgia galega e outra sevilhana. Na prática, a primeira é uma firma de pequena dimensão, enquanto a segunda é propriedade da Riva, um grande monopólio do aço europeu, de capitais italianos. Com a aquisição feita em Portugal, a Riva pretende dominar todo o mercado da Península Ibérica (e os mercados das empresas que a Riva passou a controlar), a partir das instalações situadas no Seixal, na Maia, na Galiza e em Sevilha.

Tudo se encaminha, assim, para que a Siderurgia, em Portugal, deixe de produzir aço, dado que a Riva tem excedentes que pretende escoar para o nosso mercado e não lhe interessa manter aqui a produção, mas apenas conquistar o mercado e partir para outros mercados em que a Siderurgia Nacional está bem colocada.

Neste momento, a SN-Longos está a funcionar com produtos fornecidos pela SN-Serviços, mas esta, se não houver mudança de

política, caminha para a destruição. Há ideias para autonomizar áreas de negócio, que seriam entregues a empresas privadas, o que iria criar artificialmente excedentes de trabalhadores e acabar com a SN-Serviços.

Ainda mais despedimentos?

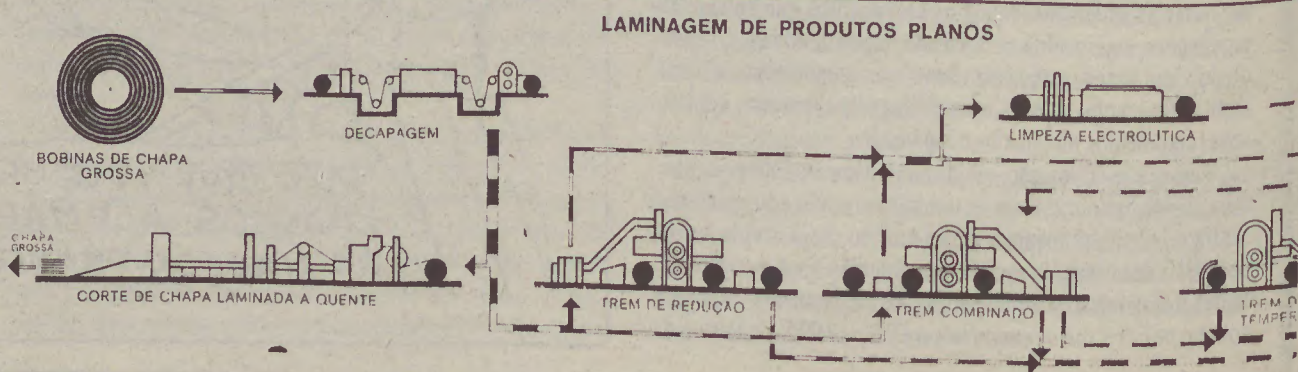
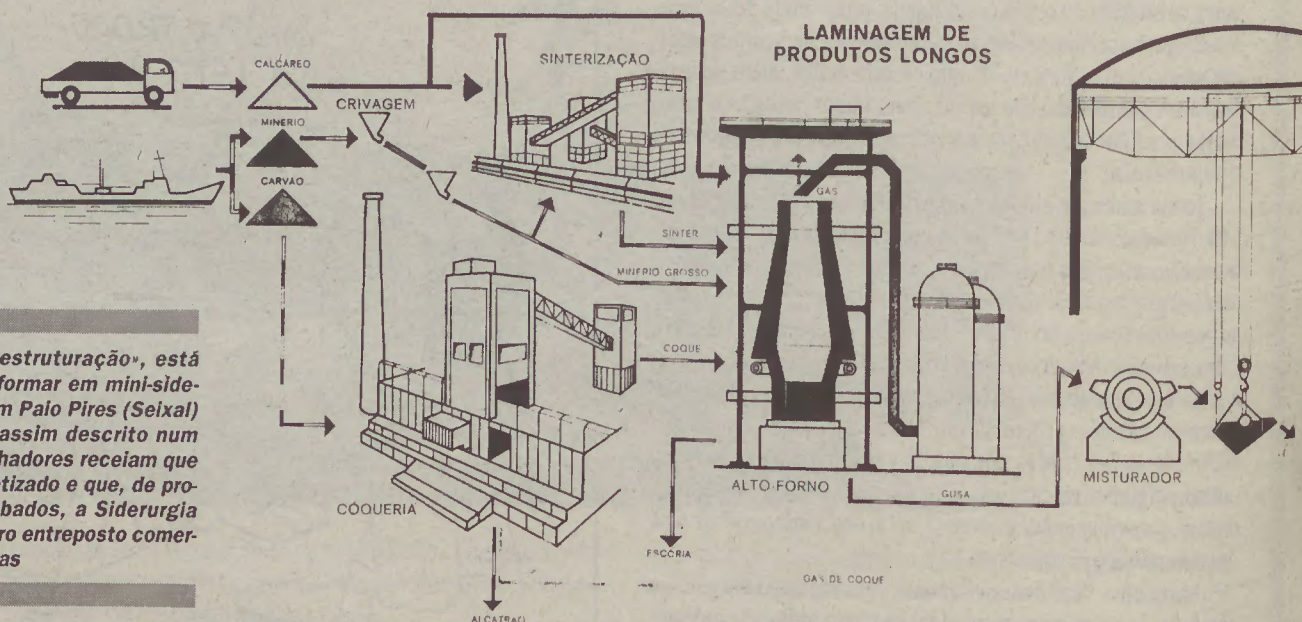
A concretizar-se, esta estratégia põe em causa a independência nacional, em termos de produtos siderúrgicos, e põe em causa um conjunto de postos de trabalho, porque alguns milhares de trabalhadores podem vir a ser despedidos, alertam os ORTs.

Quando arrancou o PERG, foram calculados os efectivos mínimos necessários para as empresas de Longos e Planos, ficando os restantes na empresa de Serviços (que na altura foi apontada como uma plataforma para o despedimento). Mas hoje, passado um ano, as contas já estão a mudar outra vez: a administração da

SN-Longos já manifestou a intenção de fazer sair desta empresa ainda mais 200 trabalhadores. A propósito, a CT e as estruturas sindicais interrogam-se: será que estas novas contas já são feitas prevendo que, contra todos os compromissos, não vai ser instalado o forno eléctrico? É que a anterior administração, quando definiu os efectivos necessários à SN-Longos, admitia que, com a instalação do forno eléctrico, ainda viriam a ser necessários mais trabalhadores!

Também estão a ser convidados para rescindir os contratos alguns daqueles que não acreditavam nos ORTs, quando estes preveniam que a Siderurgia Nacional estava a ser encaminhada para a destruição e que os despedimentos, mais cedo ou mais tarde, chegariam a todos os níveis de responsabilidade. Enquanto uns aceitam chorudas indemnizações para abandonar a empresa, como já sucedeu na SN-Longos, outros ainda se mantêm e vão dando razão àqueles a quem já chamaram profetas da desgraça por se oporem a orientações cujos resultados estão cada vez mais à vista.

Já não são só os trabalhadores que estão preocupados com o futuro da Siderurgia.



Ao fim de uma década de «reestruturação», está apontado o objectivo de transformar em mini-siderurgia integrada que cresceu em Palo Pires (Seixal) e cujo fluxo de produção era assim descrito num folheto de 1986. Mas os trabalhadores rezeiam que nem este objectivo seja concretizado e que, de produtora de aço e produtos acabados, a Siderurgia Nacional seja reduzida a um mero entreposto comercial das multinacionais europeias



Novo Governo tem que agir

Afinal, onde está a diferença?

Se não houver uma mudança de política, o sector siderúrgico desapparece dentro de 3 ou 4 anos - alertam os órgãos representativos dos trabalhadores da Siderurgia, chamando a atenção para as consequências, hoje mais evidentes, de uma orientação que têm combatido com persistência desde a altura da adesão de Portugal à CEE. Perante o novo Governo, a principal reivindicação que exibem é que actue no sentido de inverter este caminho, definido e trilhado pelos executivos do PSD, e de salvaguardar o sector siderúrgico português, a empresa e o futuro dos trabalhadores.

Os ORTs afirmam-se dispostos a continuar o combate para que seja alterado o presente quadro. Nesta nova fase, vão alargar a discussão, com o objectivo de esclarecer e mobilizar os trabalhadores para, em unidade, lutar pela salvaguar-

da dos postos de trabalho e os direitos, evitar a destruição do sector e contribuir para o desenvolvimento da economia nacional.

Na próxima semana vão realizar-se plenários de trabalhadores nas instalações das empresas e também iniciativas dirigidas para o esclarecimento e sensibilização da opinião pública.

A comissão intersindical e a comissão coordenadora das comissões de trabalhadores da Siderurgia escreveram em Novembro a todos os 19 deputados eleitos pelo distrito de Setúbal, solicitando reuniões para debater a situação da empresa. Até agora, só foram recebidos pelos grupos parlamentares do PCP e do PEV. O Grupo comunista está a preparar para muito breve uma visita às instalações da Siderurgia, em Paio Pires.

Diálogo iniciado

Os representantes dos trabalhadores da Siderurgia Nacional tiveram igualmente a preocupação de, mal o novo Governo tomou posse, colocar à tuiela um conjunto de inquietações, que tentaram sem sucesso transmitir aos governos anteriores, quer quanto ao processo de reprivatizações, quer quanto à gestão do grupo SN.

Disseram-lhes que a Siderurgia não estava em análise, no momento, pelo Ministério da Economia, mas que, uma vez que se levantavam algumas dúvidas, iriam estudar a situação. Dois dias depois, o secretário de Estado da Indústria, Augusto Mateus, deu uma entrevista ao «Diário de Notícias» em que já se pronunciava sobre a Siderurgia: colocava sérias reservas quanto à privatização da empresa e levantava dúvidas quanto à gestão; adiantava ainda que, a haver mudança de gestão em algumas empresas, a SN seria uma delas.

Isto veio a concretizar-se dias depois. O Governo demitiu Silva Carneiro e a administração do grupo, nomeou nova administração para a empresa de Serviços, presidida por Veiga Anjos, também nomeado representante do Estado na administração da SN-Longos, onde subsiste uma quota de capitais públicos de 20 por cento. (Com a privatização, vai perdendo razão de existir a holding.)

Na mesma altura, a Secretaria de Estado da Indústria informa que mandou proceder a auditorias ao processo de privatização da empresa de Produtos Longos e à gestão global do grupo Siderurgia Nacional.

Não nos tratem como colónia!

As estruturas representativas dos trabalhadores da Siderurgia defendem que o Governo devia ter um controlo apertado sobre os grupos estrangeiros que estão a adquirir empresas nacionais, para os fazer cumprir as leis portuguesas e a Constituição, em vez de permitir que eles procurem adoptar em Portugal os comportamentos a que vêm habituados, sem respeito pelas regras do País, pelos direitos dos trabalhadores e pelas estruturas representativas, numa postura de autênticos colonizadores.

A administração da SN-Longos, por exemplo, tomou-se prepotente, arrogante, agressiva, sem a mínima sensibilidade para a cultura do povo português, o que está a provocar alterações nos próprios quadros de direcção oriundos da Siderurgia Nacional - revelaram os membros das ORTs, sublinhando que a gestão assente no quero, posso e mando e estas suas consequências criam uma perigosa instabilidade na empresa.

A propósito, denunciaram as contradições de Ricardo Bayão Horta nesta matéria. O engenheiro - que é hoje presidente da admi-

nistração da SN-Longos, mas ficou conhecido na Siderurgia Nacional, antes do 25 de Abril, como um dos homens de Champallimaud - mostra-se firmemente ao lado de Manuel Monteiro no CDS-PP, partilhando com este um discurso, tantas vezes inflamado, contra a colonização da Europa relativamente a Portugal. Mas, de regresso à Siderurgia, dirige uma administração que actua como se estivesse ao serviço de verdadeiros colonizadores.

Outro nome referido ao nosso jornal foi o de Silva Carneiro, o homem que foi o superpresidente da Siderurgia Nacional (presidia simultaneamente à holding SN-SGPS, à SN-Longos, SN-Planos e SN-Serviços) e, a mando do Governo PSD, criou as condições necessárias à privatização da SN-Longos e SN-Planos. A sua indicação para presidente do Conselho Geral da Lusosider Açores Planos, órgão que nomeia a direcção da empresa, é vista pelos representantes dos trabalhadores como uma forma que os accionistas encontraram para lhe retribuir eventuais favores que tenha concedido durante o processo de privatização.

Erros por corrigir

A CT e as estruturas sindicais consideram que as auditorias são justificadas, mas exigem que os seus resultados levem à correcção dos erros cometidos. A própria Secretaria de Estado já admitiu, nos contactos com os representantes dos trabalhadores, que a privatização foi mal conduzida. Para os ORTs, o Governo deve reanalisar o processo e tomar as medidas adequadas para alterar ou, pelo menos, parar o processo de destruição da Siderurgia Nacional.

Em relação ao PERG, o Governo afirma que não pretende voltar atrás, alegando que há compromissos do Estado que não podem deixar de ser respeitados. Mas o que os trabalhadores e seus representantes contestam é que não se aja para contrariar as decisões erradas, tomadas anteriormente - quando o próprio Governo reconhece que o processo foi mal conduzido.

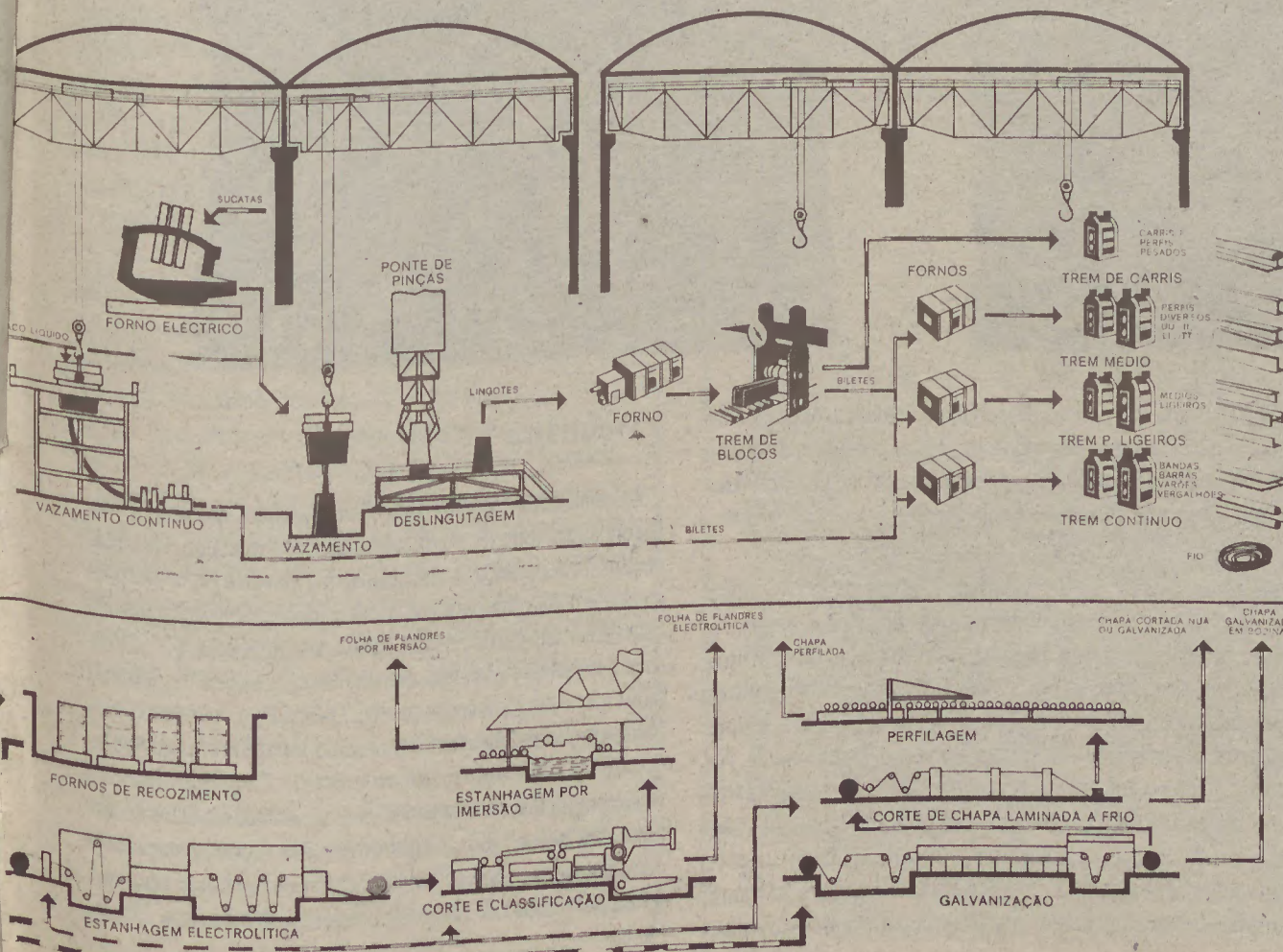
É referido o exemplo da empresa de Produtos Longos, que foi comprada por cerca de 3,7 milhões de contos, quando apenas os seus stocks valiam mais do que isso. O Governo reconhece que algo vai mal, para o Estado, neste negócio, mas apenas mandou que se fizessem auditorias. Para os ORTs, era preciso fazer mais, até renegociar todo o processo da Siderurgia; mas duvidam que o Governo pretenda avançar neste sentido.

Outro caso é o da empresa de Serviços, que ainda pertence totalmente ao Estado. Aqui ficou integrado o trem médio, cujo encerramento era uma decisão do anterior Governo, concretizada pelo novo executivo não com base em motivos tecnológicos, económico-financeiros ou de mercado, mas apenas porque já estava decidido.

Os representantes dos trabalhadores esperavam que este Governo assumisse a responsabilidade de manter o trem médio em funcionamento, com o necessário investimento e a indispensável evolução tecnológica, para o tornar viável e competitivo. A empresa de Serviços e o Estado deveriam garantir isto, tanto mais que o investimento a fazer seria inferior, por exemplo, ao que foi feito em tempos no trem ligeiro (2 milhões de contos), que acabou por encerrar. Perdem-se, por isso, 150 postos de trabalho, uma importante secção produtiva da Siderurgia e até alguns milhares de contos gastos numa recente remodelação.

Desde Outubro de 1994 há 40 trabalhadores que estão sem ocupação efectiva. Agora liquidaram mais 150 postos de trabalho. Pela postura das administrações nomeadas pelos novos donos, é de esperar que tentem que tal instabilidade se reflecta na contratação colectiva, nomeadamente nas tabelas salariais, mas também em tentativas de alterar o Acordo de Empresa, para retirar direitos aos trabalhadores e fazer vingar as velhas propostas da flexibilização e da polivalência.

O Governo foi alertado e poderia já ter tomado medidas para evitar esta instabilidade, mas a sua política parece que não se distingue da do anterior executivo - referem os representantes dos trabalhadores, que aguardam a concretização de uma audiência com o secretário de Estado da Indústria, depois de uma reunião exploratória com um seu assessor.



Visita ao mercado

■ Manoel
de Lencastre

Num filme americano exibido, há dias, pela BBC1, ("A Nightmare in the Daylight" – Pesadelo à luz do dia) chamou-nos a atenção a cena em que uma criança aponta um computador, exposto na montra de um estabelecimento, e diz: "Mummy, compra-me aquilo."

A mãe, como não tem dinheiro, hesita quanto à forma de explicar a razão que a impossibilita de realizar a aquisição. Quem não hesita, entretanto, é o realizador do filme que está interessado em esconder a pobreza que avassala um país como os Estados Unidos em franco deslize para o terceiro mundo apesar dos seus bilionários, foguetões e mísseis. Nos Estados Unidos, evidentemente, pretende-se que são todos ricos e o realizador do filme, engenhosamente, colocou nos lábios da mãe da criança a seguinte explicação:

«Darling, o preço do computador situa-se fora da escala orçamental a que a mãe pertence. Não devo, portanto, comprá-lo.»

Explicação deliciosa que não impediria a criança, se se tratasse de uma cena real, de vir a descobrir, cedo ou tarde, que existe pobreza na grande América e que as pessoas se dividem em classes sociais relativamente à sua posição quanto aos meios de produção.

Portugal em «Le Monde Diplomatique

«Le Monde Diplomatique», tendo em conta que se aproximavam as eleições presidenciais, publicou no seu número de Dezembro duas páginas dedicadas a Portugal. Mas o desequilíbrio entre os materiais a que recorreu é evidente e os autores dos artigos publicados não demonstraram, em nossa opinião, um conhecimento exacto e completo dos assuntos que abordaram. Assim, a página 12, Boris Marcq, apresentado como consultor internacional, escreve o seguinte, num artigo intitulado «Le Portugal rattrapé par la normalité libérale»:

«Avec l'Estado Novo, institué par la Constitution de 1933, António de Oliveira Salazar qui, dans les faits, gouvernait déjà le pays depuis 1928, entreprit de figer autoritairement un Portugal orgueilleusement seul.» (Com o Estado Novo, instituído pela Constituição de 1933, António de Oliveira Salazar, que, de facto, já governava o país desde 1928, iniciou a consolidação autoritária de um Portugal orgulhosamente só.)

Se não estamos errados, a política salazarista do «orgulhosamente sós» apenas ganhou expressão quando as guerras coloniais demonstraram, claramente, que o regime não podia sobreviver-lhes e os seus tradicionais aliados começaram a abandoná-lo. De resto, os fascistas nunca antes tinham estado sós. Nos seus primeiros tempos, disfrutaram da honrosa companhia de Benito Mussolini e dos seus fascistas, de Adolf Hitler e dos seus nazis, de Francisco Franco e dos seus franquistas. Depois, até à altura em que a guerra em Angola, principalmente, ganhou as atenções internacionais, Salazar dispôs sempre da solidariedade activa dos seus novos aliados do pós-guerra, os países capitalistas.

Também Ana Navarro Pedro, apresentada como jornalista de «O Público», colaborou com um artigo a que deu nome de «Faiblesse de la démocratie» no qual nota diversos aspectos da política dos governos de Cava-

co Silva. A certa altura, escreve:

«Mais le vrai problème est celui de l'absence de culture d'État dans un pays héritier de siècles d'expériences autoritaires. La jeune démocratie souffre d'une autre carence: l'absence de véritables débats parlementaires reflétant des conflits de société et des visions différentes des priorités. De quoi réveiller un hémicycle où l'on est plutôt habitué à suivre de façon moutonnière les consignes de la majorité. Le vrai changement qu'attend le Portugal est une réflexion en profondeur sur ces faiblesses de sa démocratie représentative.» (Mas verdadeiro problema é o da falta de cultura de Estado num país herdeiro de séculos de experiências autoritárias. A jovem democracia sofre de uma outra carência: a ausência de verdadeiros debates parlamentares reflectindo os conflitos de sociedade e visões diferentes das

aliás, se alguma coisa seria alterada, caso a maioria pertencesse aos trabalhadores.

As fraquezas da democracia alargam-se – não é apenas em Portugal que se detectam. É na Grã-Bretanha, como estamos a ver. E em Itália. Em muitos outros lugares. Parece-nos bem, naturalmente, que se reflecta quanto às fraquezas da democracia representativa portuguesa e que se trabalhe para reforçá-la. Mas nunca, no capitalismo, os regimes democráticos parlamentares conseguiram ou conseguirão triunfar. Quando o Parlamento se apresenta bloqueado pela acção de forças que o esvaziam, os conflitos, as lutas dos povos, podem e devem exercer-se por meios extraparlamentares. A imensa verdade é que a verdadeira democracia não existe, no capitalismo.

Estamos a ver que a jornalista de «O Público» vive, confortavelmente, na democracia parlamentar consentida pelo capitalismo desde que os debates na Assembleia da República se verifiquem «ao rubro». Ficará satisfeita, se esses debates se apresentarem temperados no fogo das grandes tiradas incendiárias de arrebatados oradores. Mas, e o resto?



prioridades. O que poderia despertar um hemiciclo onde o hábito é antes de seguir de modo carneiral as consignes da maioria. A verdadeira mudança que Portugal espera é uma reflexão em profundidade sobre estas fraquezas da sua democracia representativa.)

Gostaríamos de esclarecer o seguinte: em Inglaterra, onde na mãe de todos os parlamentos, a Câmara dos Comuns, se realizam debates quase incendiários reflectindo os conflitos sociais profundos e as visões mais diversas das diferentes prioridades (tudo o que a articulista portuguesa espera de uma democracia parlamentar) passa-se o mesmo, precisamente. Na realidade, também neste país a democracia atravessa uma tremendíssima crise. Os debates na «House of Commons» são diários. As votações arrastam-se. Mas a vida não muda porque a maioria absoluta dos conservadores, agora bastante diminuída, acaba sempre por prevalecer. Temos dúvidas,

Weimar...

As condições dos anos vinte e de princípios dos anos trinta, já se vislumbram, de novo, no horizonte germânico. Os pagamentos da Segurança Social estão a tirar fôlego à economia possível e arrastam-na para «deficits» cada vez mais inaceitáveis. Não seria mais prático e mais barato, simplesmente, pôr as pessoas a trabalhar? Mas esta questão de «pôr as pessoas a trabalhar» não é tão fácil como parece. O Estado, na economia globalista moderna, não tem o direito de interferir em problemas que apenas dizem respeito ao mercado. Se o mercado cria desemprego, lá terá as suas razões. E o mercado é o Deus do sistema dos nossos dias. Segundo as suas regras, compete ao patronato abrir e fechar fábricas. Se a produção tem de ser transferida para países de mão-de-obra barata, não há nada a fazer. Ou há?

■ Miguel
Urbano
Rodrigues

Os muçulmanos da Bósnia

Os prejuízos da «Daimler-Benz», o maior grupo industrial de toda a Alemanha, foram anunciados como tendo atingido os 6 biliões de marcos – uma verba astronómica. Por isso, a «Fokker», uma fábrica de aviões que o grupo possui na Holanda, terá de ser abandonada e os seus 7.900 trabalhadores perderão os empregos. Os investimentos da «Daimler-Benz» nesta sua subsidiária vão ser, simplesmente, remetidos a Ganhos e Perdas e o assunto encerrar-se-á. Mas o gigante da indústria alemã anunciou, ainda, que vai constituir um fundo especial de 680 milhões de marcos para tentar salvar a AEG, empresa do sector da electrónica que a «Daimler-Benz» absorvera, há poucos anos.

... Canadá...

A administração civil canadiana vai despedir ou enviar para a reforma compulsiva nada menos de 45 000 funcionários públicos. Foram suprimidos os subsídios à produção cerealífera. Os transportes estão a ser desregulamentados (lançados às feras). Uma parte considerável dos valores activos do Estado vai ser vendida, incluindo o conjunto do sistema dos caminhos-de-ferro da «Canadian National». Também as telefónicas «Bell» canadianas (americanas, na verdade) se aprestam a despedir 10 000 empregados (cerca de 1/4 da totalidade do seu pessoal). A indústria da construção civil está paralisada e, pelo menos 7000 empresas do sector, caíram nos braços da falência. Em Ottawa, a percentagem de desempregados atinge os 10,6%. A cidade de Montreal vai reduzir o seu funcionalismo em cerca de 20%. Porquê?

As dívidas do Canadá (Federação, províncias, municípios) ascendem a 850 biliões de dólares e Wall Street exige, nervosamente, o cumprimento das medidas de terapia de choque aconselhadas pelo Fundo Monetário Internacional. Porquê?

... e companhia

A febre reinante nos mercados financeiros que trabalham no ramo da negociação de capitais para a aquisição de umas empresas por outras, atingiu um altíssimo grau, em 1995. Mas o ano em que recentemente entrámos promete novos «records». Já o conglomerado «Granada» (TV, hotelaria, zonas de serviço nas auto-estradas britânicas) adquiriu o grupo «Forte» (hotelaria e restaurantes), por 3,8 biliões de libras. O valor das principais aquisições, em 1995, foi de 41 biliões de libras.

Enquanto isto, a cervejeira britânica «Scottish & Newcastle» envolvida num programa de integração com a «Courage» vai encerrar 13 fábricas e lançar 1600 pessoas no desemprego. Também a Federação das empresas da construção civil britânica anunciou que serão despedidos mais 20 000 trabalhadores devido à crise do sector. Note-se que já se perderam 500 000 empregos nesta indústria durante os últimos seis anos. «Sears», o grupo americano proprietário dos armazéns «Selfridges», na Oxford Street, vai também reestruturar a sua casa e, consequentemente, despedirá 1700 empregados. A «Eurotunnel», proprietária e exploradora do «Channel Tunnel» (transportes ferroviários sob o Canal da Mancha) está a sofrer prejuízos diários de 2,2 milhões de libras (506 000 contos).

Por seu lado, o Banco americano «Welles Fargo» anunciou ter tido êxito na sua proposta aos accionistas do «First Interstate» que se preparara no sentido de adquirir esta Banco por 11,6 biliões de dólares. Mas a «AT&T» (American Telephone & Telecommunications) anunciou, também, o seu programa de reestruturação dizendo que, «sorry», despedirá 40 000 empregados.

Quem são, de onde vieram, como apareceram na história os muçulmanos da Bósnia-Herzegovina?

São sérvios cujos antepassados foram islamizados pelos turcos otomanos a partir do século XIV. Os bosníacos muçulmanos descendem de tribos de eslavos do sul que desde o século VII se fixaram nas montanhas da actual Bósnia-Herzegovina em áreas que, até à desagregação do Império Romano, eram praticamente desabitadas.

As populações sérvias converteram-se ao cristianismo durante o domínio de Bizâncio e do I Reino Búlgaro. Posteriormente, uma parcela importante aderiu ao bogomilismo, uma seita que pregava a rebelião contra a autoridade imperial e rompeu com a ortodoxia de Constantinopla.

A dura repressão exercida pelo Basileus contra os bogomilos terá sido uma das causas determinantes da opção pelo Islão da maioria dos camponeses da Bósnia após a conquista turca.

Nos Balcãs, esse núcleo de muçulmanos, que nunca renunciou à sua língua e às tradições eslavas, foi durante séculos conhecidos pela designação de «sérvios de religião turca». São, assim, fantasistas as teorias que pretendem estabelecer uma diferenciação étnica entre os muçulmanos da Bósnia e os sérvios e croatas. Todos pertencem ao ramo dos eslavos do sul do grande tronco dos povos indo-europeus.

Durante séculos, o fosso religioso não impediu um bom relacionamento na Bósnia entre as comunidades muçulmana, ortodoxa e católica. O fanatismo religioso manifestou-se sobretudo nos últimos anos, após o esfacelamento da Jugoslávia, e foi incentivado pela política das grandes potências, nomeadamente os EUA e a Alemanha.

O actual presidente da República da Bósnia-Herzegovina, Alija Izetbegovic, defendeu desde a juventude um conceito islamista do Estado. O seu pensamento integrista está, aliás, bem expressão na **Declaração Islâmica** que escreveu no Presídio de Focha, projecto no qual preconiza a criação de um Estado teocrático dirigido pelo partido único. Manteve a partir de então laços íntimos com movimentos fundamentalistas da Turquia, país onde reside grande parte dos seus familiares. As suas posturas extremistas chegaram a alarmar, pelo radicalismo, a própria direita turca. O diário «Sabah» – o mais importante da Turquia – acusou mesmo

Izetbegovic de desviar para contas familiares no estrangeiro parte da ajuda económica à Bósnia.

«Com a ajuda de Allah alcançaremos a nossa meta – salvaguardar a Bósnia islâmica» – gosta de repetir Alija Izetbegovic.

Que Bósnia é, afinal, essa?

Um país inventado e inviável que o diktat de Dayton, apresentado pelos *media* portugueses (com a excepção dos artigos de Santos Pereira no «Diário de Notícias») como um Acordo ao serviço de uma política de paz, quando na prática foi uma imposição dos EUA desafiadora da história.

Em Serajevo e em todas as cidades administradas pelo Governo muçulmano o fundamentalismo avança. Os talhos deixaram de vender carne de porco, nas escolas o ensino do Corão é agora obrigatório. A todos os níveis escolares, os professores são já na grande maioria devotos muçulmanos. Os programas foram expurgados de todos os elementos da cultura ocidental. A literatura, a história, a pintura e a música estão a ser afectadas pela vaga fundamentalista. Já se fala de uma matemática e uma física islâmicas. A velha teoria de Darwin sobre a evolução das espécies é apontada como herética e perigosa.

O apoio dos EUA a esse governo de fanáticos tem suscitado, aliás, em Washington forte oposição de personalidades que conhecem os problemas da Região. Num artigo publicado pelo «New York Times» (2.12.94), George Kenney – ex-funcionário do Departamento de Estado –, depois de criticar duramente a política de Clinton, concluiu: «Aquilo que foi noutros tempos o governo bósnio, multiétnico e legítimo, é agora uma entidade islamista, truculenta e antidemocrática.»

O respeito que o Islão merece como religião e a cultura por ele gerada não devem ser confundidos com o fanatismo irracional do movimento dos bósnios muçulmanos, liderado por um político integrista que os EUA utilizam como instrumento da sua estratégia de intervenção nos Balcãs.

É inaceitável que militares portugueses tenham sido enviados para a Bósnia no âmbito de uma operação ilegítima da NATO que não contribui para o restabelecimento da Paz na Região e foi, desde o início, concebida para servir interesses eleitorais do Presidente Clinton.



PONTOS CARTEAIS

Olhar português

O enviado do semanário «Expresso» a Bruxelas, para fazer a cobertura do lançamento da campanha de 'marketing' do Euro, deu conta na sua prosa de que a presença portuguesa no evento não se limitou a Miguel Beza e a Belmiro de Azevedo, mas que por lá também passou o «outsider» Sérgio Ribeiro, eurodeputado comunista, a cujas mãos, segundo afirma, foi parar o «prémio do golpe mediático». E porquê a "distinção"? Porque Sérgio Ribeiro, no que o preclaro jornalista classifica de «acção digna dos mais

clássicos manuais de «agit-prop»», distribuiu um comunicado do PCP em que denunciava a campanha do Euro como «verdadeira lavagem ao cérebro». Regista o enviado especial que a iniciativa pecou por duas imperdoáveis falhas, a saber: primeiro, o comunicado estava redigido em português (imaginem-se!); segundo, foi distribuído quando quase todos os jornalistas já tinham abandonado a sala a caminho da conferência final. Não fora estes precalços, diz o homem do «Expresso» em Bruxelas, e «Sérgio Ribeiro teria sido a voz «contra» que

muitos jornalistas procuraram desesperadamente durante três dias». Daqui se podem retirar algumas conclusões: - Primeiro, que nem com um comunicado em português o enviado especial cumpre o seu dever de informar, quando a informação vem do PCP; - Segundo, que a comunicação poliglota deve ter afectado a audição do dito jornalista, já que não conseguiu ouvir vozes «contra», que não só abundam como até tiveram o seu eco no próprio evento, pelo que se recomenda rápida consulta ao otorrino;

- Terceiro, que em três dias de estada em Bruxelas o jornalista desperdiçou a oportunidade de ouvir ele próprio a voz «contra» que outros tão ingloriamente procuraram; - Quarto, que se o «olhar português» do «Expresso» não vê mais longe, o melhor é aproveitar a boleia e ir, já agora, ao oftalmologista.

De bandeja...

«Todas as coisas têm o seu tempo e tudo o que existe debaixo dos céus tem a sua hora» - estas as palavras de Eclesiastes que inspiraram Durão Barroso para responder, em recente

entrevista, à delicada questão de que o seu apetite para a liderança do PSD parece ter ficado drasticamente reduzido com a perda do Poder. Nada mais ignóbil que tal insinuação. O que se passa, explica Barroso, é que ele não recusa «os combates difíceis». A prová-lo, invoca a sua candidatura «a um Congresso há menos de um ano, em oposição ao número dois do Governo e do partido e a 17 das 19 distritais». Embora seja redundante, faz questão de salientar que «aí, sim, era muito difícil». Mas agora o que se passa é diferente. Agora - diz - a presidência do partido era-lhe «oferecida praticamente de bandeja». Ora, Durão Barroso «não tem medo dos grandes desafios». O que ele receia, são as ofertas... especialmente de bandeja. Tem por isso um qualquer Eclesiastes sempre à mão, para o que der e vier. Até pode ser um lugarzinho nas Nações Unidas.

... e de espanto

Também Marcelo Rebelo de Sousa diz não estar virado para a liderança do PSD. Conta ele no seu «Exame», onde, com aquela polivalência que o caracteriza, faz o número do examinador examinado, que os nomes no PSD estão a ser devorados ao ritmo do timing dos amigos, primos, etc., e até da comunicação social. «Foi o que aconteceu com o meu nome» - confessa, acrescentando: «Qual não foi o meu espanto quando na ida do avião para o Porto e na vinda para baixo ouvi coisas galopantes daquilo que dizia a comunicação social sobre mim, inventando, em cada momento, mais um ponto, mais um conto.» Um espanto, este ritmo galopante de MRS, que de uma penada desfez duas ilusões: nem ele é candidato nem a comunicação social merece crédito.

da SEMANA

«Militares aguardam tração de manual sobre minas»

☞ (título - «Expresso», 27.01.96)

«António Guterres ainda não começou a governar e já quer deixar de governar.»

☞ (Luís Delgado - «Diário de Notícias», 30.01.96)

«O secretário-geral da UGT foi o grande protagonista do acordo de concertação social esta semana assinado entre o Governo e os parceiros sociais, com excepção da CGTP.»

☞ («Altos & Baixos» - «Expresso», 27.01.96)

«Qualquer líder de bom senso do PSD não dispensa o Santana Lopes. Simplesmente, temos de reconhecer o peso que o futebol tem junto das massas.»

☞ (Alberto João Jardim - «Diário de Notícias», 29.01.96)

«Tive a liderança numa bandeja.»

☞ (Durão Barroso - «Expresso», 27.01.96)

«A situação actual do PSD confere um grande crédito a quem quiser assumir a liderança. Se for alguém credível, poderá não ser um líder a prazo.»

☞ (idem)

«Não está excluído o objectivo de chegar um dia à liderança do PSD, mas não houve cálculo político nenhum nesta decisão.»

☞ (idem)

«Uma vitória de Pacheco Pereira seria uma lufada de ar fresco.»

☞ (Dias Loureiro - «O Independente», 27.01.96)

«Há várias pessoas que me apoiam, mas não estou autorizado a revelar nomes.»

☞ (José Freire Antunes, alegado candidato à liderança do PSD - «Visão», 25.01.96)

«O PP deve optar pela via autónoma.»

☞ (Manuel Queiró - «Semanaário», 27.01.96)

«O PP perdeu gás»

☞ (Manuel Monteiro, citado em «Público», 30.01.96)

PONTOS NATURAIS

De facto, o lobo

O Fiel é um cão que sabe do ofício e nunca diz que não a nenhum sacrifício seja de dia ou noite. A sua glória é defender interesses do seu dono que um dia o deixará ao abandono. Mas isso é outra história.

Vendo faltar galinhas (hoje é uma outra amanhã, mais outra - estranho roubo!) pensou, pensou... «Em suma (concluiu o Fiel) aqui há lobo.»

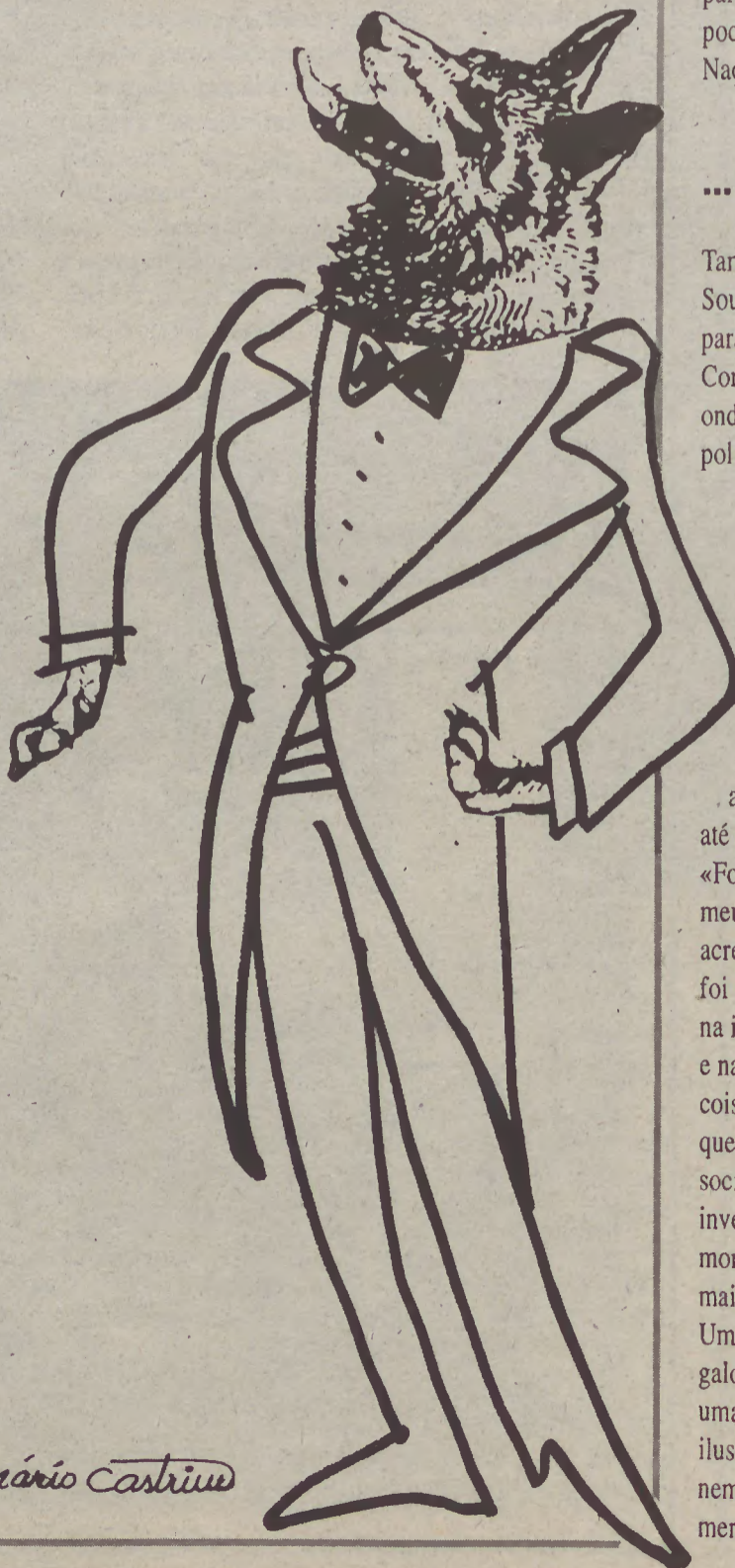
Pôs-se à coca. Debaixo das latadas espertuço vê surgir as orelhas espetadas um pelo ruço focinhito magrito uma cauda para cá e para lá.

- É ele, (grita o Fiel) a ele já!

- E agora, pá? (pergunta-lhe a raposa noutro dia já a fome doía) Agora, como é? - Vou lá voltar. - Tu estás xoné ou quê? - Vou pôr a cabecinha a funcionar. - O Fiel já te conhece e não amocha. Se ele te vê, é certo o desacato. - Então sou algum trouxa? Volto lá, claro está. Com outro fato...

Sim senhor - diz a fábula - Sim senhor. O lobo está no interior Onde tudo se corta. O lobo está no facto. O fato pouco importa.

Mário Castrius





A sexta à noite
Espaço-convívio

NOITES DO VITÓRIA

É já na próxima sexta-feira, dia 2, que têm início no bar do Centro de Trabalho Vitória as Noites do Vitória - uma iniciativa dos Novos Quadros do Sector Intelectual de Lisboa, que ali promovem um programa semanal de convívio, sempre pontuado por um tema de ordem cultural.

O desta primeira semana centra-se na exibição de "Ardente Paciência", um filme de António Skarmeta, filmado em 1983 em Portugal e premiado em vários festivais internacionais, baseado no livro de sua autoria que também serviu de base ao recente "O Carteiro de Pablo Neruda".

**JCP
Faro**

Sábado, às 15 h.



Encontro Regional da Juventude Comunista

no CT do PCP (R. de Portugal, 44)

com a participação de
José Casanova e Manuel Gouveia

**JCP
Porto**

Sábado, às 15 h.

Debate sobre Política Educativa

na sede da JCP (Av. Boavista, 93)

com a participação de
José Calçada

Contra o bloqueio!
Solidariedade com o povo de Cuba
37.º aniversário da Revolução
Sessão pública organizada pela
Assoc. de Amizade Portugal-Cuba

(Tel. 3857305)

na Junta de Freguesia de ALCÂNTARA
Salão Nobre, dia 10 de Fevereiro, às 17,30 h.

com intervenções de
Embaixador de Cuba
Representantes da A.A.P.C.

e a participação de
Grupo musical cubano

SERVIÇO DE BAR

Sessão pública em AGUALVA-CACÉM

Salão da Junta de Freguesia - Sexta-feira, às 21,30 h.

com a participação de

José Casanova e Embaixador de Cuba

Encontros e plenários de militantes

ALMADA

Plenário de eleitos comunistas nas autarquias do concelho: sábado, 3, às 15 h., no CT concelho de Almada.

BARREIRO

Encontro concelho sobre Autarquias sobre os Planos de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia e sobre a organização dos eleitos da CDU em torno da sua concretização: no Auditório do CT concelho do Barreiro, sábado, dia 3, a partir das 15 h., com a participação do camarada Francisco Lopes.

Plenário de militantes das Células de Empresa e Sectores Profissionais do concelho do Barreiro, sobre a situação política e social e os reflexos do Acordo de Concertação Social: terça-feira, dia 6, a partir das 18,30 h., no CT concelho, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa.

CASCAIS

Reunião dos camaradas que trabalham no Sector da Hotelaria no concelho sobre a situação social e a dos trabalhadores em cada empresa e a respectiva organização do Partido: terça-feira, dia 8, às 17,30 h., no CT de Cascais.

Plenário de militantes da freguesia de S. Domingos de Rana, com a participação do camarada Carlos Rabaçal: domingo, dia 4, às 15,30 h., no CT de Tires.

LISBOA

Plenário de Reformados da Zona Centro de Lisboa (Bairro Alto, Bica, Alfama, Castelo, Mouraria, Baixa e Avenida): terça-feira, dia 6, às 15,30 h., no Centro de Trabalho Vitória, com a participação do camarada Jaime Félix.

Plenário do Sector dos Bancários: terça-feira, dia 6, às 17,30 h., no CT Vitória.

Plenário de militantes da freguesia de Alcântara, com a participação de Luís Fernandes: sábado, dia 3, às 15 h., no CT de Alcântara.



LOURES

Reunião alargada da Comissão Concelhia sobre as questões mais prementes da situação política e social, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa: sábado, dia 8, às 15h, no Auditório dos Serv. Municipalizados de Loures, em Sete Casas.

SINTRA

Plenário de militantes da freguesia de Algueirão-Mem Martins sobre a situação política e social e a próxima III Assembleia da ORL: sexta-feira, 2, às 21,30 h., no Centro de Trabalho local.

Plenário de militantes da freguesia de Queluz sobre a situação social e política e sobre a actividade do Partido na freguesia: sexta-feira, dia 2, às 21,30 h., no CT de Queluz.

Plenário de militantes em Almargem do Bispo sobre a situação política e a III Assembleia da ORL, com a participação do camarada António Cordeiro: sexta-feira, 2, às 21,30 h., em Albugas (casa do Augusto).

Plenário de militantes da freguesia de Rio de Mouro sobre a situação política e a III Assembleia da ORL, com a participação do camarada Felício Loureiro: sexta-feira, 2, às 21,30 h., no CT de Rio de Mouro.

Plenário de militantes das freguesias de Montelavar e Pêro Pinheiro sobre a situação política e a III Assembleia da ORL, com a participação do camarada António Cordeiro: sábado, 3, às 21,30 h., no CT de Montelavar.

Lisboa

Encontro Nacional de Quadros do PCP sobre Segurança Social

Sábado, dia 3, das 10,30 às 18 h.

no CT Vitória,
com a participação de
Edgar Correia

COIMBRA

Reunião de militantes do Partido, dirigentes e delegados sindicais, membros de células de empresas e de sectores profissionais

com a participação de
Domingos Abrantes

Quinta-feira, dia 8, às 18 h., no CT do PCP

Tropas portuguesas na Bósnia - porquê?

Um outro tema de actualidade, o da controversa presença de militares portugueses na Bósnia, estará hoje mesmo, quinta-feira, em discussão na Biblioteca Municipal de Setúbal, durante uma sessão-debate promovida pelo CPPC e a URAP com a participação de Domingos Lopes e do Brigadeiro Pezarat Correia. O debate tem início às 21,30 h.

Debate em Coimbra

A situação internacional estará igualmente em debate na iniciativa que decorrerá no próximo dia 8, quinta-feira, a partir das 21,30 h., no Centro de Trabalho de Coimbra, com a presença de Domingos Lopes.

Almoços-convívios

● em Carcavelos

Com feijoada de marisco,
no anexo do CT de Sassoeiros,
domingo, 4

Participação de Arménio
Carlos.

● em Cascais

Com cozido de grão,
no CT de Cascais, domingo, 4

● em S^ª Condestável / Lisboa

Com arroz à valenciana, na
Esc. Manuel da Maia, sábado,
dia 10. Participação de
Jerónimo de Sousa

Ciclo de debates no CT de Faro

Um ciclo de debates sobre questões da actualidade nacional projectado para o recentemente inaugurado novo Centro de Trabalho do PCP em Faro, tem início na próxima sexta-feira, dia 2, às 21h30, com "A luta antifascista em Portugal" - um debate moderado por Aurélio Santos, do CC do PCP, e Luís Catarino, presidente do Conselho Nacional da Intervenção Democrática.

Domingo, 4, na Carregueira Encontro CDU'96 do concelho de Chamusca

12,30 h. - Recepção na Carregueira (Largo frente à JF)

13,00 h. - Almoço-convívio (Soc. Filarmónica "Vitória")

14,30 h. - Balanço 94/95 Metas a atingir no próximo biénio

CDU S. Domingos de Rana Encontro de Carlos Sota e outros eleitos com a população de Trajouce na Colectividade 9 de Abril, seguido de visita à localidade Sábado, 3, a partir das 15h30

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. AQUI, de Michael Frayn, encenação de Alfredo Brissos.

ESTRELA 60

Lisboa, R. Sto. António à Estrela, 60. Tel. 3953289. 6ª e sáb. às 22.00, dom. às 17.00. MÃO CHEIA DE NADA, de Irene Lisboa, encenação de João Brites.

TEATRO ABC

Lisboa, Pq. Mayer. Tel. 3462001. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. AMAR LISBOA (Revista à Portuguesa)

TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7970669. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O ENSAIO, de Jean Anouilh, encenação de João Lourenço.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. SPLENDID'S, de Jean Genet, encenação de Luís Miguel Cintra.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos. Tel. 3965360. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17h. PARABENS A VOCE, texto e encenação de Helder Costa, por A Barraca; De 5ª a sáb. às 23h. MARLY - A VAMPIRA DE OURINHOS, de Carlos Queiroles Teles, encenação e interpretação de Maria do Céu Guerra.

TEATRO ESTÚDIO DE MASSARELOS

Porto. De 3ª a sáb. às 21.30. NÃO MATEM O MANDARIM, adaptação do texto de Eça de Queiroz, encenação de José Leitão, pelo Teatro Art'Imagem.

TEATRO DA MALAPOSTA

Odivelas, R. de Angola (Olivar Basto). Ter. 9388407. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. UMA LIÇÃO DOS ALOÉS, de Athol Fugard, encenação de José Peixoto

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. De 5ª a dom. às 22.00. SALAZAR - DEUS, PÁTRIA, MARIA, de Maria do Céu Ricardo, encenação de Miguel Abreu. - Sábados, domingos e feriados, às 16.00. ALI-BABÁ E OS QUARENTA LADRÕES, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. INVENTÁRIOS, de Philippe Minyana, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO MUNICIPAL SÁ DE MIRANDA

Viana do Castelo, R. Sá de Miranda. Tel. 823259. De 3ª a sáb. às 21.30. A ILUSTRE CASA DE RAMIRES, de António Torrado, inspirado no romance de Eça de Queiroz, encenação de Jorge Castro Guedes, pelo Teatro do Nordeste

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. Ant. Maria Cardoso. Tel. 3471279. A 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 17.00. UMA COMÉDIA ÀS ESCURAS, de Peter Shaffer, encenação de Mário Viegas, pela Companhia Teatral do Chiado.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. Sala Estúdi - De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.30. SHIRLEY VALENTINE, de Willy Russell, encenação de Joaquim Benite.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. WOYSECK, de George Büchner, encenação de Rodolfo Garcia Vasquez, pelo grupo Os Satyros.

PALAVRAS CRUZADAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														

HORIZONTAIS: 1 - Homem maravilhoso e válido pelos seus triunfos; meigo. 2 - Serra onde nascem o Sena e o Alviela; atentou; fluxo e refluxo das águas do mar. 3 - Respeitante à navegação; região hulfifera importante alemã; entes imaginários femininos a que se atribuem poderes mágicos. 4 - País europeu; chefe etíope; nota musical. 5 - Pron. pess.; repetiram; a mesma quantidade (farm.). 6 - Começo de estio; sem dinheiro (gir); elefante fêmea; Ruténio (s. q.). 7 - Nobre inglês; satélite de Júpiter; brados. 8 - Apelido do fundador da cidade do Rio de Janeiro; acrescentar; de preço elevado; pedra de moinho. 9 - Nome de duas mulheres de Henrique VIII; respeitava; Gálio (s. q.); 10 - Humedecida; mostrava-se alegre; atmosfera. 11 - Sacrifique derramando sangue; pertencer; ardor. 12 - Vertigem; expoem; líquido muito volátil. 13 - Irmão primogénito de Moisés; louvara.

VERTICAIS: 1 - Dia em que se comemora um certo acontecimento. 2 - Lacunas (fig.); diminuição ou empobrecimento do sangue. 3 - Hortaliças; actualmente. 4 - Não imaginário; solteirona; içar. 5 - Independência. 6 - Pref. Neg.; lamentos; levanta; nota musical. 7 - Ouro francês; retirara-se; nota musical. 8 - Suporta; número que muitas pessoas não gostam. 9 - Residira; debrum. 10 - Alternativa; temperava com sal; agrupamento de pessoas. 11 - Resina olorosa e balsâmica produzida por uma planta da fam. das Burseráceas, vulgar nas margens do mar Vermelho. 12 - Patroas; escudreiro; lavrei. 13 - Vagabunda; agradecida. 14 - Estava; perfume; pertencer. 15 - Tolhido; costume; falha moral.

SOLUÇÃO DO N.º ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Irlanda; Escócia. 2 - Douro; cem; riras. 3 - Amaria; picota. 4 - Se; Etna; maná; és. 5 - Ur; editara; as. 6 - Ás; asila; al. 7 - Favor; ancas. 8 - El; agora; ao. 9 - CL; atirada; ar. 10 - Pó; aval; siga; AC. 11 - Amadis; airosa. 12 - Reles; Xás; ralas. 13 - Amimava; aparara.

VERTICAIS: 1 - Idas; afã; para. 2 - Romeu; comem. 3 - Lua; Ravel; ali. 4 - Arre; Sol; Adem. 5 - Noite; avisa. 6 - Anda; atas. 7 - AC; ais; Gil; xa. 8 - Eu; Timor; fá. 9 - Em; mal; sã. 10 - Para; adia. 11 - Crina; agira. 12 - Oiaç; Ana; arar. 13 - Cro; Alcoa; ola. 14 - lates; rasar. 15 - Asas; use; casa.

XADREZ

DXLVII - 1 DE FEVEREIRO DE 1996 PROPOSIÇÃO Nº 1996X007 Por: SAMUEL LOYD [SAM LOYD] 1º Prémio Turf, Field and Farm, 1878

Pr.: [4]: Ps. ç3, d5, d4 - Rb3 Br.: [6]: Pd4 - Cs. b4, é1 - Ba3 - Df2 - Rg4

8									
7									
6									
5									
4									
3									
2									
1									
	A	B	C	D	E	F	G	H	

Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1996X008 Por: JINDRICH FRITZ L'Italia Scacchistica, 1952

Pr.: [4]: Pf4 - Bs. a5, é4 - Ra8 Br.: [4]: Cs. ç8, d3 - Bè5 - Rb5

8									
7									
6									
5									
4									
3									
2									
1									
	A	B	C	D	E	F	G	H	

Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXLVII

Nº 1996X007 [S. L.]: 1. Df8! [Ameaça: 2. C:d5; 3. C:ç3; 4. Db4#], Rç4; 2. C:d5, R:d5; 3. D:ç5+, R:é6; 4. D:f5 # Se: 2. ..., R:d4, 3. C:ç3, Rç4; 4. Db4# Se: 1. ..., Ra4; 2. C:d5 ... # Se: 1. ..., R:a3, 2. Cb2+, Ra2; 3. Da3+, Rb1; 4. Da1 #
Nº 1996X008 [J.F.]: 1. Cç5!, Bb7; 2. C:b7, f3!; 3. Bg3, f2; 4. B:f2, R:b7; 5. Cd6+, Rç6; 6. C:é4 e g.

A. de M. M.

DAMAS

DXLVII - 1 DE FEVEREIRO DE 1996 PROPOSIÇÃO Nº 1996D007 Por: HENRI CHILAND - França, 1968

Pr.: [4]: 1-23-35-37 Br.: [5]: 6-12-25-39-48

8									
7									
6									
5									
4									
3									
2									
1									
	A	B	C	D	E	F	G	H	

Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1996D008 GOLPE Nº 156 Por: Dr. Orlando Augusto Lopes Lisboa, 1957

Fonte: Enciclopédia Damista, Fafe 1. 10-13, 21-18; 2. 5-10, 25-21; 3. 13-17, 23-19; 4. 11-15, 28-23; 5. 6-11, 31-28; 6. 2-5, 23-20; 7. 10-14, 19-10; 8. 5-14, 20-16; 9. 1-5, 28-23; 10. 3-6, 23-20; 11. 6-10, 32-28; 12. 14-19 Diagrama {Pr. [11]: 16-18-20-21-22-24-26-27-28-29-30; Br. [11]: 4-5-7-8-9-10-11-12-15-17-19 Pr. +}

8									
7									
6									
5									
4									
3									
2									
1									
	A	B	C	D	E	F	G	H	

Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXLVII

Nº 1996D007 [H. Ch.]: 1. 12-7!, (1x12) 2. 48-42, 37x48 -D; 4. 6-1-D, (48x30*); 4. 1x29, (30-2); 5. 29-24, (2x30); 6. 25x34 + Se: 4. ..., (30-48); 8. 29-34 +
Nº 1996D008 [Dr. O.A.L.]: 12. ..., 13-14; 13. 11-25, 20-11; 14. 7-14, 16-7; 15. 4-11, 22-6 +

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 1

1969

«1969» (EUA/1989). Real.: Ernest Thompson. Int.: Robert Downey, Jr., Keifer Sutherland, Bruce Dern, Mariette Hartley, Winona Ryder. Cor, 95 min. Ver Destaque. (22.00, TVI)

Idade Maior

(Port./1991). Real.: Teresa Villaverde. Int.: Ricard Colares, Vincent Gallo, Teresa Roby, Maria de Medeiros, Joaquim de Almeida. Cor, 124 min. Ver Destaque. (22.50, TV2)

Terror Fora de Horas

«Intruder» (EUA/1992). Real.: Scott Spiegel. Int.: Elizabeth Cox, Danny Hicks, David Byrnes, Renee Estevez, Sam Raimi. Cor, 85 min. «Thriller». (23.55, Canal 1)

SEXTA, 2

A Estranha

«The Stranger» (Argentina/EUA/1987). Real.: Adolfo Aristarain. Int.: Bonnie Bedelia, Peter Riegert, Barry Primus, David Spielberg, Marcos Woinski. Cor, 85 min. Policial. (22.00, TVI)

A Boceta de Pandora

«Die Büchse der Pandora» (Alemanha/1928). Real.: Georg Wilhelm Pabst. Int.: Louise Brooks, Fritz Kortner, Franz Lederer, Carl Gotz. P/B, 100 min. Ver Destaque. (00.00, TV 2)

Presas e Predadores

«Monolith» (EUA/1993). Real.: John Eyres. Int.: Bill Paxton, Lindsay Frost, John Hurt, Paul Gaus, Louis Gossett, Jr., Musetta Vander. Cor, 92 min. Aventuras / Ficção Científica. (00.25, Canal 1)

Pesadelo no Hotel

«Nightmare on the 13th Floor» (EUA/1990). Real.: Walter Grauman. Int.: Michele Greene, James Brolin, Louise Fletcher, John Karlen. Cor, 85 min. Telefilme. (00.45, TVI)

O Devasso Renitente

«Alvin Purple» (Austrália/1973). Real.: Tim Burstall. Int.: Graeme Blundell, Christine Amor, Dina Mann, Abigail, Lynette Curran. Cor, 84 min. Ver Destaque. (02.00, Canal 1)

SÁBADO, 3

Golpe Sobre Golpe

«The Naked Runner» (Gr.Br./1967). Real.: Sidney J. Furie. Int.: Frank Sinatra, Derren Nesbitt, Peter Vaughan, Nadia Gray. Cor, 98 min. Espionagem. (17.05, Canal 1)

Ajuste de Contas

«Gunsmoke: To the Last Man» (EUA/1992). Real.: Jerry Jameson. Int.: Matt Dillon, James Arnes, Pat Hingle, Morgan Woodward. Cor, 89 min. Telefilme. (17.40, TVI)

Os Malucos da Polícia

«Police Story: Monster Manor» (EUA/1991). Real.: Aaron Lipstad. Int.: Brian McNamara, Clayton Rottner, Scott Burkholder, Claudia Christian. Cor, 94 min. Telefilme. (21.15, TVI)

No Limiar da Realidade: Histórias Reencontradas

«Twilight Zone: Rod Serling's Lost Classics» (EUA/1994). Real.: Robert Markowitz. Int.: Amy Irving, Gary Cole, Patrick Bergin, Jenna Stern, Julia Campbell, Jack Palance. Cor, 89 min. Ver Destaque. (23.45, TV 2)

Não Dês Bronca

«Do the Right Thing» (EUA/1989). Real.: Spike Lee. Int.: Danny Aiello, Ossie Davis, Ruby Dee, Richard Edson, Giancarlo Esposito, Spike Lee, John Turturro. Cor, 120 min. Ver Destaque. (00.50, SIC)

Heróis de Cordura

«They Came to Cordura» (EUA/1959). Real.: Robert Rossen. Int.: Gary Cooper, Rita Hayworth, Van Heflin, Tab Hunter,

Richard Conte. Cor, 123 min. Ver Destaque. (01.05, TVI)

Eclipse Total

«Full Eclipse» (EUA/1993). Real.: Anthony Hickox. Int.: Maria Van Peebles, Patsy Kensit, Bruce Payne. Cor, 94 min. Fantástico / Terror. (01.35, Canal 1)

DOMINGO, 4

A Viagem dos Inocentes

«The Innocents Abroad» (EUA/1982). Real.: Luciano Salce. Int.: Barry Morse, Brooke Adams, Craig Wasson, David Ogden Stiers. Cor, 88 min. Telefilme. (17.40, TVI)

Superman IV - Em Busca da Paz

«Superman IV - The Quest for Peace» (EUA/1987). Real.: Sidney J. Furie. Int.: Christopher Reeve, Gene Hackman, Jackie Cooper, Marc McClure. Cor, 88 min. Aventuras. (18.00, SIC)

O Amor é Coisa de Dois

«I'll See You in My Dreams» (EUA/1951). Real.: Michael Curtiz. Int.: Doris Day, Danny Thomas, Frank Lovejoy, Patrice Wymore. P/B, 105 min. Ver Destaque. (19.20, TV 2)

Vingança Forçada

«Forced Vengeance» (EUA/1982). Real.: James Fargo. Int.: Chuck Norris, Mary Louise Weller, Camilla Griggs, Michael Cavanaugh. Cor, 87 min. Acção. (22.50, SIC)

Em Romance Casual

«A Casual Affair» (Gr.Br./1994). Real.: Jim O'Brien. Int.: Simon Shepherd, Jennifer Ehle, Kate Hardie. Cor, 112 min. Policial. (00.35, TV 2)

SEGUNDA, 5

Chantagem Perigosa

«Blackmail» (EUA/1991). Real.: Ruben Preuss. Int.: Dale Midkiff, Susan Blakely, Beth Toussaint, Mac Davis, John Saxon. Cor, 94 min. Drama. (22.00, TVI)

007, Só se Vive Duas Vezes

«You Only Leave Twice» (Gr.Br./1967). Real.: Lewis Gilbert. Int.: Sean Connery, Akiko Wakabayashi, Tetsuro Tamba, Karin Dor, Donald Pleasance. Cor, 112 min. Ver Destaque. (22.50, SIC)

Código de Morte

(nenhuma informação por parte da RTP - 01.00, Canal 1)

TERÇA, 6

Comportamento Imoral

«Cast the First Stone» (EUA/1989). Real.: John Korty. Int.: Jill

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 1

- CANAL 1**
- 08.00 Notícias
 - 08.15 Remate
 - 08.30 Rua Sésamo
 - 08.55 Notícias
 - 09.05 Blossom
 - 09.35 Um Rapaz e o Mundo
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.30 Culinária
 - 11.45 Império de Cristal
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.30 Caminhos Cruzados
 - 14.15 Malha de Intrigas
 - 15.10 Vizinhos
 - 16.00 Infantil/Juvenil
 - 16.45 Os Dias Úteis
 - 17.50 Pedra sobre Pedra
 - 19.30 Golo!
 - 20.00 Telejornal
 - 20.50 Roseira Brava
 - 21.40 Tudo pelos Outros
 - 22.30 Murphy Brown
 - 23.05 24 Horas
 - 23.35 Remate
 - 23.55 Terror Fora de Horas
 - (ver «Filmes na TV»)
- TV 2**
- 16.30 Atletismo - Gala de Homenagem aos Melhores Atletas de 1995
 - 17.35 Rua Sésamo

Sexta, 2

- CANAL 1**
- 08.00 Notícias
 - 08.15 Remate
 - 08.30 Rua Sésamo
 - 08.55 Notícias
 - 09.05 Blossom
 - 09.35 Um Rapaz e o Mundo
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.30 Culinária
 - 11.45 Império de Cristal
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.30 Caminhos Cruzados
 - 14.15 Malha de Intrigas
 - 15.10 Vizinhos
 - 16.00 Infantil/Juvenil
 - 16.45 Os Dias Úteis
 - 17.50 Pedra sobre Pedra
 - 19.30 Golo!
 - 20.00 Telejornal
 - 20.50 Roseira Brava
 - 21.40 Isto É o Agildo
 - 22.35 Elite Model Look 95
 - 23.35 24 Horas
 - 00.05 Remate
 - 00.25 Presas e Predadores
 - (ver «Filmes na TV»)
 - 02.05 O Devaso Renitente
 - (ver «Filmes na TV»)
- TV 2**
- 16.30 Motociclismo
 - 17.35 Rua Sésamo

Sábado, 3

- CANAL 1**
- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
 - 10.55 Clube Disney
 - 12.25 Cybermaster
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.15 Top +
 - 14.25 Jornal Jovem
 - 15.00 Polícias do Futuro
 - 15.50 Reencontros
 - 16.35 Paul McKenna
 - 17.05 Roseira Brava
 - 19.00 Clube dos Totalistas
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Futebol: Campomaiorense-Sporting
 - 22.40 Parabéns
 - 01.00 24 Horas
 - 01.35 Eclipse Total
 - (ver «Filmes na TV»)
- TV 2**
- 09.00 Universidade Aberta
 - 11.55 Atletismo - Taça Europeia de Corta-mato
 - 13.00 Parlamento
 - 14.00 Através dos Himalaias com E. Hillary
 - 14.30 Jornada Desportiva
 - 19.00 Forum Musical
 - 19.50 Circo
 - 20.10 Para Além do Ano 2000
 - 20.55 Trio de Quatro
 - 22.00 TV2 Jornal
 - 22.35 Tribunal de Polícia
 - 23.00 Remate
 - 23.15 Jogo Falado
 - 23.45 No Limiar da Realidade
 - (ver «Filmes na TV»)

- SIC**
- 09.00 Buêré
 - 12.30 Portugal Radical
 - 13.00 National Geographic
 - 14.00 O Juiz Decide
 - 15.00 Top Sic
 - 16.30 Caça ao Tesouro
 - 18.15 Luna Parque
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.45 História de Amor
 - 22.00 Big Show Sic
 - 02.35 Último Jornal
 - 00.50 Não Dês Bronca
 - (ver «Filmes na TV»)

- TVI**
- 10.00 Animação
 - 11.30 As Histórias mais Bonitas
 - 12.00 Visto Isto
 - 12.30 Novos Ventos
 - 13.00 Jornal da Uma
 - 13.25 Contra-Ataque
 - 15.50 Doutores e Engenheiros
 - 17.40 Ajuste de Contas
 - (ver «Filmes na TV»)
 - 19.30 Telejornal
 - 20.10 Diagnóstico: Crime
 - 21.15 Os Malucos da Polícia
 - (ver «Filmes na TV»)
 - 23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
 - 00.45 Últimas Notícias
 - 01.05 Heróis de Cordura
 - (ver «Filmes na TV»)

«007, Só se Vive Duas Vezes»: o agente secreto volta a atacar, às 22.50 h de segunda-feira, na SIC

- 18.00 Um, Dó, Li, Tá
- 18.55 Batman
- 19.25 Musical: "2º Encontro de Coros Africanos"
- 20.20 Noite da Raposa
- 21.20 Dinheiro em Caixa
- 21.45 Remate
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.35 Acontece
- 22.50 Idade Maior
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.55 Ver Artes

- 18.00 Um, Dó, Li, Tá
- 18.55 Arte em Imagens
- 19.25 Artes e Letras - «Saramago»
- 20.25 Irmãs
- 21.15 Máquinas
- 21.45 Remate
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.35 Acontece
- 22.50 Actual - Reportagem
- 24.00 A Boceta de Pandora
- (ver «Filmes na TV»)

- SIC**
- 11.00 Dias Felizes
 - 11.40 As Receitas do Dia
 - 12.10 Felicidade
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.30 O Juiz Decide
 - 14.00 Os Imigrantes
 - 15.10 Os Donos do Jogo
 - 15.40 Buêré
 - 17.10 Notícias
 - 17.20 Praça Pública
 - 17.55 Renascer
 - 19.00 Cara e Coroa
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.55 Os Malucos do Riso
 - 21.35 Explode Coração
 - 22.45 Parque Mayer
 - 24.00 Os Donos da Bola
 - 01.20 Último Jornal
 - 01.35 Playboy

- TVI**
- 10.00 Caixa de Perguntas
 - 10.30 Morena Clara
 - 11.30 Clube da Manhã
 - 13.00 Quem Sai aos Seus...
 - 13.30 Jornal da Uma
 - 14.20 Primeira Mão
 - 14.35 Um Anjo na Terra
 - 15.35 A Escolha é Sua
 - 16.30 A Hora do Recreio
 - 17.25 Jornal Nacional
 - 17.50 A Fúria do Destino
 - 19.00 O Jogo da Vida
 - 19.30 Novo Jornal
 - 20.30 Negócios em Dia
 - 20.50 O Justiciero
 - 21.45 Fora de Jogo
 - 22.00 A Estranha
 - (ver «Filmes na TV»)
 - 23.40 Grande Plano
 - 00.10 TVI Jornal
 - 00.40 Dos Fracos Não Reza a História
 - (ver «Filmes na TV»)

- TVI**
- 10.00 Jornal do Mundo
 - 10.30 Morena Clara
 - 11.30 Clube da Manhã
 - 13.00 Quem Sai aos Seus...
 - 13.30 Jornal da Uma
 - 14.15 Primeira Mão
 - 14.35 África Nossa
 - 15.00 A Escolha é Sua
 - 16.30 A Hora do Recreio
 - 17.25 Notícias
 - 17.50 A Fúria do Destino
 - 18.35 O Jogo da Vida
 - 19.30 Novo Jornal
 - 20.30 Negócios em Dia
 - 20.50 O Justiciero
 - 21.45 Fora de Jogo
 - 22.00 1969
 - (ver «Filmes na TV»)
 - 23.50 TVI Jornal
 - 00.20 Rua Jump, 21

Domingo, 4

- CANAL 1**
- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
 - 12.30 Sem Limites
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.15 Made In Portugal
 - 14.10 86-60-86
 - 14.50 A Lei de Burke
 - 15.35 O Jogador
 - 16.30 Malta Gira
 - 17.40 Robocop
 - 18.35 Mr. Bean
 - 19.05 Casa Cheia
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Futebol: Benfica-Estrela da Amadora
 - 22.40 Quem É o Quê
 - 24.00 24 Horas
 - 00.30 O Renegado
 - 01.25 Paixões
 - 02.15 No Calor da Noite

- TV 2**
- 09.00 Caminhos
 - 09.30 Novos Horizontes
 - 10.00 70 x 7
 - 10.30 Missa
 - 11.25 Histórias de Cá e Lá
 - 11.50 Regiões
 - 12.50 Euronews
 - 14.00 Golo Europa
 - 14.30 Jornada Desportiva
 - 18.50 O Homem e a Cidade - «Sintra»
 - 19.20 O Amor É uma Coisa de Dois
 - (ver «Filmes na TV»)
 - 21.10 Os Mistérios da Bíblia
 - 22.00 TV2 Jornal
 - 22.30 Os Malucos do Ar
 - 23.05 Domingo Desportivo
 - 00.35 Um Romance Casual
 - (ver «Filmes na TV»)

- SIC**
- 09.00 Buêré
 - 13.00 Vida Selvagem
 - 14.00 Internacional Sic
 - 14.30 Dupla Traição
 - 15.30 As Aventuras de Bruce Lee
 - 16.00 O Guarda-Costas
 - 17.00 Walker, o Ranger do Texas
 - 18.00 Superman IV - Em Busca da Paz
 - (ver «Filmes na TV»)
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.45 História de Amor
 - 21.45 Chuva de Estrelas
 - 22.50 Vingança Forçada
 - (ver «Filmes na TV»)
 - 00.45 Último Jornal

- TVI**
- 10.00 Clube da Manhã
 - 11.00 O 8º Dia
 - 12.30 Missa
 - 13.30 Portugal Português
 - 15.00 Jornal do País
 - 15.40 Olho Popular
 - 17.40 O Correspondente
 - (ver «Filmes na TV»)
 - 19.30 Telejornal
 - 20.10 Jogo do Ganso
 - 22.50 Bolsa Imobiliária
 - 23.20 Últimas Notícias
 - 23.35 Irmãos de Sangue

«Murphy Brown» continua a amenizar os serões: às 22.30 no Canal 1, hoje



Segunda, 5

- CANAL 1**
- 08.00 Notícias
 - 08.15 Remate
 - 08.30 Rua Sésamo
 - 08.55 Notícias
 - 09.05 Blossom
 - 09.35 Um Rapaz e o Mundo
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.30 Culinária
 - 11.45 Império de Cristal
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 Caminhos Cruzados
 - 14.20 Malha de Intrigas
 - 15.05 Vizinhos
 - 15.55 Infantil/Juvenil
 - 16.45 Dias Úteis
 - 17.50 Pedra sobre Pedra
 - 19.30 Golo!
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Roseira Brava
 - 21.40 Marco Paulo com Música no Coração
 - 22.45 The Hanging Gale

- TV 2**
- 16.30 A Casa do Caçador
 - 17.30 Rua Sésamo
 - 18.00 Um, Dó, Li, Tá
 - 19.35 As Grandes Batalhas da 2ª Guerra Mundial
 - 20.35 Condorct
 - 21.15 À Roda do Mundo
 - 21.45 Remate
 - 22.00 TV2 Jornal
 - 22.35 Acontece
 - 22.50 Segunda Parte
 - 00.45 Musical - «The White Room» - I

- SIC**
- 11.00 Dias Felizes
 - 11.40 As Receitas do Dia
 - 12.10 Felicidade
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.30 O Juiz Decide
 - 14.00 Futebol: Farense-Belenenses
 - 15.45 Os Donos do Jogo
 - 16.20 Buêré
 - 17.20 Notícias
 - 17.30 Praça Pública
 - 17.55 Renascer
 - 19.00 Cara e Coroa
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.50 Explode Coração
 - 22.00 Ponto de Encontro
 - 22.50 007, Só se Vive Duas Vezes
 - (ver «Filmes na TV»)
 - 01.10 Último Jornal
 - 01.30 Flash Back

- TVI**
- 10.00 Novos Ventos
 - 10.30 Morena Clara
 - 11.30 Clube da Manhã
 - 13.00 Quem Sai aos Seus...
 - 13.30 Jornal da Uma
 - 14.20 Primeira Mão
 - 14.35 Um Anjo na Terra
 - 15.35 A Escolha é Sua
 - 16.30 A Hora do Recreio
 - 17.25 Jornal Nacional
 - 17.50 A Fúria do Destino
 - 19.00 O Jogo da Vida
 - 19.30 Novo Jornal
 - 20.30 Negócios em Dia
 - 20.50 O Justiciero
 - 21.45 Fora de Jogo
 - 22.00 Chantagem Perigosa
 - (ver «Filmes na TV»)
 - 23.50 TVI Jornal + Primeira Fila
 - 00.50 Portugal Português

Terça, 6

- CANAL 1**
- 08.00 Notícias
 - 08.15 Remate
 - 08.30 Rua Sésamo
 - 08.55 Notícias
 - 09.05 Blossom
 - 09.35 Um Rapaz e o Mundo
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.30 Culinária
 - 11.45 Império de Cristal
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 Caminhos Cruzados
 - 14.20 Malha de Intrigas
 - 15.05 Vizinhos
 - 15.55 Infantil/Juvenil
 - 16.45 Dias Úteis
 - 18.00 Pantanal
 - 19.30 Golo!

- TV 2**
- 16.40 Golo Europa
 - 17.30 Rua Sésamo
 - 18.00 Um, Dó, Li, Tá
 - 19.20 Rotações
 - 20.15 Programa Discovery
 - 21.15 Lendas e Narrativas
 - 21.45 Remate
 - 22.00 TV2 Jornal
 - 22.30 Acontece
 - 22.50 Teatro
 - 00.45 Coleção Platinum

- SIC**
- 11.00 Dias Felizes
 - 11.40 As Receitas do Dia
 - 12.10 Felicidade
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.30 O Juiz Decide
 - 14.00 Os Imigrantes
 - 15.10 Os Donos do Jogo
 - 15.40 Buêré
 - 17.10 Notícias
 - 17.20 Praça Pública
 - 17.55 Renascer
 - 19.00 Cara e Coroa
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.50 Explode Coração
 - 21.50 AI, os Homens!
 - 23.30 Cross Fire
 - 00.35 Último Jornal
 - 00.50 No Fim do Mundo

- TVI**
- 10.00 Animais em Acção
 - 10.30 Morena Clara
 - 11.30 Clube da Manhã
 - 13.00 Quem Sai aos Seus...
 - 13.30 Jornal da Uma
 - 14.20 Primeira Mão
 - 14.35 África Nossa
 - 15.35 A Escolha é Sua
 - 16.30 A Hora do Recreio
 - 17.25 Notícias
 - 17.50 A Fúria do Destino
 - 19.00 O Jogo da Vida
 - 19.30 Novo Jornal
 - 20.30 Negócios em Dia
 - 20.50 O Justiciero
 - 21.45 Fora de Jogo
 - 22.00 Comportamento Imoral
 - (ver «Filmes na TV»)
 - 23.50 TVI Jornal
 - 00.20 Jornal de Negócios
 - 00.50 Rua Jump, 21

Quarta, 7

- CANAL 1**
- 08.00 Notícias
 - 08.15 Remate
 - 08.30 Rua Sésamo
 - 08.55 Notícias
 - 09.05 Blossom
 - 09.35 Um Rapaz e o Mundo
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.30 Culinária
 - 11.45 Império de Cristal
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 Caminhos Cruzados
 - 14.20 Malha de Intrigas
 - 15.05 Vizinhos
 - 15.55 Infantil/Juvenil
 - 16.45 Dias Úteis
 - 18.00 Pantanal
 - 19.30 Golo!

- TV 2**
- 17.30 Rua Sésamo
 - 18.00 Um, Dó, Li, Tá
 - 19.10 Documentário
 - 20.15 Uma Cidade, Dois Mundos
 - 21.05 Universidade Aberta
 - 21.45 Remate
 - 22.00 TV2 Jornal
 - 22.30 Acontece
 - 22.50 O Mundo de Audubon
 - 23.50 Musical - «In Concert»

- SIC**
- 11.00 Dias Felizes
 - 11.40 As Receitas do Dia
 - 12.10 Felicidade
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.30 O Juiz Decide
 - 14.00 Os Imigrantes
 - 15.10 Os Donos do Jogo
 - 15.40 Buêré
 - 17.10 Notícias
 - 17.20 Praça Pública
 - 17.55 Renascer
 - 19.00 Cara e Coroa
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.55 Barba e Cabelo
 - 21.25 Explode Coração
 - 22.25 Casos de Polícia
 - 23.30 Minas e Armadilhas
 - 00.45 Último Jornal
 - 01.00 Toda a Verdade

- TVI**
- 10.00 O 8º Dia
 - 10.30 Morena Clara
 - 11.30 Clube da Manhã
 - 13.00 Quem Sai aos Seus...
 - 13.30 Jornal da Uma
 - 14.15 Primeira Mão
 - 14.35 Um Anjo na Terra
 - 15.35 A Escolha é Sua
 - 16.30 A Hora do Recreio
 - 17.25 Notícias
 - 17.50 A Fúria do Destino
 - 19.00 O Jogo da Vida
 - 19.30 Novo Jornal
 - 20.30 Negócios em Dia
 - 20.50 O Justiciero
 - 21.45 Fora de Jogo
 - 22.00 Picket Fences
 - 23.00 Os Novos Intocáveis
 - 24.00 TVI Jornal
 - 00.20 Jornal do Mundo
 - 01.00 Rua Jump, 21



«National Geographic», com a qualidade à que já nos habituou, chega à hora de almoço de sábado: às 13.00 h, na SIC



Resolução Política do Comité Central do PCP

A exigência de uma efectiva mudança

O Comité Central do PCP apreciou a situação política, económica e social do país, concentrando a sua atenção nos factores que mais podem contribuir para uma efectiva viragem democrática que corresponda à vontade de mudança expressa pela maioria dos portugueses nas recentes eleições presidenciais, como já antes tinha acontecido nas eleições legislativas de Outubro passado.

O Comité Central destaca, entre esses factores, os quatro aspectos seguintes:

- O aprofundamento da derrota do cavaquismo;
- A intensificação do combate à política de direita;
- A afirmação e o revigoramento da oposição de esquerda;
- A dinamização e o fortalecimento do PCP.

Trata-se de quatro distintas direcções de luta, profundamente interdependentes, que valem como expressão da exigência de uma efectiva mudança e onde o elemento decisivo é a dinamização e o fortalecimento do PCP.



Resolução Política do Comité Central do PCP

A exigência de uma efectiva mudança

O aprofundamento da derrota do cavaquismo

O resultado das eleições presidenciais, de 14 de Janeiro, atirou por terra as últimas esperanças da direita numa desforra rápida da derrota sofrida em 1 de Outubro, com que contava para recuperar, na Presidência, o poder perdido no Governo e na Assembleia da República.

Os comunistas podem justamente orgulhar-se de terem dado uma contribuição decisiva, como os números inequivocamente demonstram, para a obtenção deste resultado.

A eleição de Jorge Sampaio constitui uma importante vitória da democracia, antes de tudo, por ter sido alcançada por uma ampla convergência de vontades das forças democráticas, mas também, por ter frustrado a tentativa de assalto da direita à mais alta magistratura do Estado.

O afastamento, assim consumado, do predomínio da direita em qualquer órgão do poder político, quando durante uma década controlou ferreamente dois deles - o Governo e a Assembleia - representa de modo muito claro a abertura de uma nova fase na vida nacional.

A abertura desta nova fase leva a marca da vontade de mudança e da necessidade de uma nova política que

constituíram a motivação determinante da escolha da maioria do eleitorado.

Entretanto, a candidatura de Cavaco Silva confirmou, na sua campanha, todos os traços mais negativos que os comunistas lhe apontaram à partida. Não foi só a candidatura do desforrismo, foi a candidatura que procurou reabilitar a «obra» desastrosa do cavaquismo já condenada nas legislativas. Foi, também, a candidatura que, apresentando-se no início como hipocritamente conciliadora, acabou por descambar no anticomunismo e no obscurantismo primários, que apelou abertamente aos preconceitos políticos e religiosos mais reacçãoários e não hesitou em procurar a confrontação violenta para criar um clima de exaltação que a pudessem beneficiar.

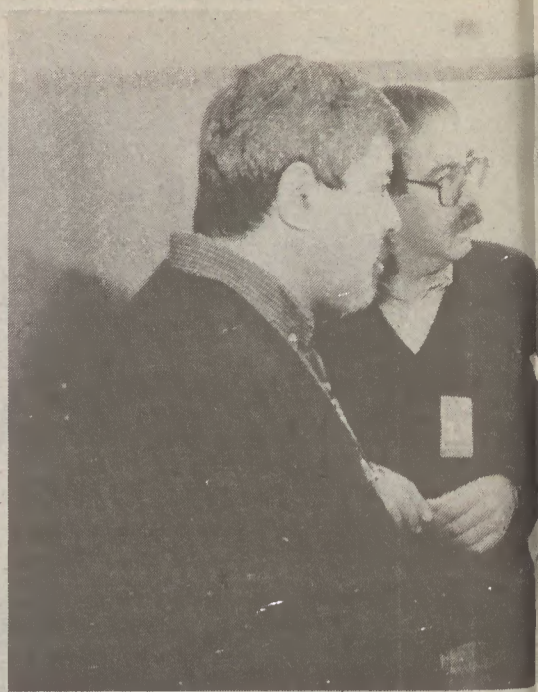
Não olhando a meios para impedir a derrota e não conseguindo evitá-la, Cavaco Silva facilitou a sentença de morte do cavaquismo que foi ditada pelo eleitorado.

Toda a direita foi arrastada na derrota de Cavaco e na queda do cavaquismo, como se torna evidente, tanto na crise directiva e nas lutas intestinas que dilaceraram o PSD, como nas «desculpas», divisões e rupturas com que se debate o CDS/PP.

Os factos mostram assim que foi absolutamente justa a orientação seguida pelo PCP nas presidenciais, nomeadamente a escolha e a apresentação do candidato comunista, o camarada Jérónimo de Sousa, a sua valiosa e combativa campanha, a retirada da candidatura, o apelo ao voto em Jorge Sampaio e os esforços de mobilização do eleitorado comunista para esse objectivo.

O PCP sai desta batalha eleitoral mais prestigiado, mais fortalecido e mais influente.

O Comité Central salienta que é fundamental continuar a aprofundar a derrota da direita, não lhe dando tempo de se recompor das presentes dificuldades, continuando a responsabilizá-la pela situação desastrosa em que a sua política mergulhou o país e sobretudo tomando iniciativas para que a rejeição desta política pela maioria dos portugueses, em 1 de Outubro e 14 de Janeiro, não seja defraudada.



A intensificação do combate à política de direita

O afastamento da direita do poder não pôs termo à sua política. Embora com outro estilo, ela está a ser continuada, em questões essenciais, especialmente nos domínios económico e social, pelo Governo do PS, como é generalizadamente reconhecido e as principais iniciativas e decisões governamentais amplamente demonstram.

O chamado novo «acordo de concertação social» é uma ilustração paradigmática da adesão do Executivo liderado por António Guterres às orientações neoliberais que inspiravam o governo anterior.

Com efeito, o Governo do PS, para além de persistir numa política de contenção salarial que sacrifica os legítimos direitos e expectativas dos trabalhadores, prepara-se para concretizar a mais violenta ofensiva ao horário de trabalho e simultaneamente ao direito de contratação colectiva, à liberdade de negociação e à categoria profissional.

Renegando promessas eleitorais, declarações e posições de voto na Assembleia da República, o Governo e os deputados do PS votaram contra o projecto de lei do PCP que preconizava a redução do horário semanal de trabalho para as 40 horas, no decurso deste ano.

Esta mudança de posição do PS e do seu governo foi determinada pelo objectivo pré-concebido de apresentar, e ver avaliadas, em sede de concertação social, as linhas de força de uma proposta de lei que, no fundamental, corresponda à mais tenaz reclamação do grande capital e das confederações patronais.

Assume enorme gravidade o facto do Governo do PS propor-se ir mais longe que os governos do PSD, tentando impor, por lei, a denominada «flexibilização» dos horários de trabalho, em simultâneo com o enxerto da «polivalência».

Desta forma, o Governo do PS quer impor por lei a vontade discricionária do patronato, sempre que os sindicatos e os trabalhadores não abdiquem de defender o direito histórico do horário de trabalho, à profissão e à contratação colectiva.

O Comité Central do PCP alerta os trabalhadores portugueses para a grave ameaça que decorre para os seus horários, para a organização da sua vida profissional, social e familiar, caso o Governo concretize em lei os seus objectivos.

Ao adjar para 1998 o horário semanal máximo de 40 horas e ao introduzir a «adaptabilidade» da organização dos horários, permitindo-se que o tempo de trabalho diário possa ser alargado até 10 horas e o semanal até 50 horas, numa média de 4 meses, e ao entregar ao patronato o poder discricionário de organizar os tempos de trabalho, o Governo incorre na grave responsabilidade de criar situações em que o trabalhador nunca sabe quando entra e sai do trabalho e, além disso, substitui de facto horas que actualmente são pagas como trabalho extraordinário por horas pagas a singelo.

Não contente com isto, o «acordo» do Governo com o grande patronato e a UGT, transforma os trabalhadores em «pau para toda a obra», sem respeito por profissão, função, categoria ou carreira, pela via da «polivalência».

Este «acordo», ao contrário do que afirmam o Governo e a UGT, vai contribuir para o aumento do desemprego e constitui

... que se encontraram mais uma vez na sede central do PCP, na Soeiro Pereira Gomes





Durante os intervalos da reunião do Comité Central, momentos de troca de impressões informais, entre dirigentes comunistas vindos de várias zonas do país...

A afirmação da oposição de esquerda

Neste contexto, marcado pela contradição entre a inequívoca vontade de mudança que o eleitorado exprimiu e pelo prosseguimento pelo PS de uma política no essencial semelhante à que o PSD realizou, o PCP posiciona-se clara e frontalmente como **oposição de esquerda**. E afirma o seu propósito de conjugar o combate a todas as orientações e medidas do governo do PS que persistam a linha da política de direita, com a activa afirmação da necessidade de uma nova política, de uma política nacional e de esquerda, para enfrentar com sucesso os complexos problemas e desafios com que Portugal e os portugueses estão confrontados.

É neste sentido e com esta perspectiva que o Comité Central do PCP aponta a necessidade e a importância do prosseguimento da intervenção e da luta em torno de objectivos concretos. E sustenta um conjunto de grandes causas sociais e políticas, susceptíveis de darem corpo à linha de resistência ao prosseguimento da política de direita, à luta pela resolução de problemas inadiáveis, e à acumulação de condições para uma viragem à esquerda na orientação política do país.

Destaque para o **desenvolvimento da intervenção e da luta dos trabalhadores** em defesa dos seus direitos - em que o combate à flexibilização de horários e à polivalência, e pela semana de 40 horas, assumem particular importância; pela elevação dos salários reais e por melhores carreiras; pela redução do trabalho precário e do desemprego; pela defesa, reforço e aperfeiçoamento da Segurança Social.

O Comité Central destaca a particular importância que assume, nas presentes circunstâncias, a estreita articulação entre a intervenção nos espaços negociais e a confiante e ampla mobilização dos trabalhadores para o debate dos seus problemas, para a definição das suas reivindicações e o acompanhamento da realização dos seus objectivos, para o indispensável desenvolvimento das lutas de massas.

É igualmente de salientar a **importância do combate contra a política de desresponsabilização do Estado nas áreas sociais** que visa reduzir as incumbências constitucionais dos sistemas públicos no que respeita à concretização dos direitos sociais e limitar a sua intervenção a domínios de carácter meramente residual e caritativo. E que entregando as necessidades dos cidadãos nas mãos de prestadores privados, obviamente, movidos pelo lucro, tende a fazer depender o acesso à saúde, à educação e à segurança social, da capacidade socioeconómica de cada um.

O Comité Central lança um vivo alerta em relação à profunda demagogia que está a caracterizar a intervenção do governo do PS nas áreas sociais, com a associação de um discurso que proclama repetidamente o valor da "solidariedade" com o prosseguimento de políticas de inspiração neoliberal, com consequências inteiramente opostas. E dirige um apelo para o desenvolvimento de poderosos movimentos de opinião e de intervenção, em defesa, pelo reforço e modernização, dos grandes sistemas públicos de saúde, de educação e de segurança social.

Afastado o PSD do poder, urge reatar o processo com vista à **criação das Regiões Administrativas**. Tal imperativo resulta não só da escandalosa inconstitucionalidade, por omissão,

uma ameaça para todos os trabalhadores, incluindo os que já conquistaram as 40 horas.

O Comité Central do PCP apela aos trabalhadores e às suas organizações representativas para que se promova uma ampla campanha de esclarecimento a nível nacional e para que sejam decididas as formas de luta a adoptar nas empresas, nos sectores e no plano geral em torno da defesa de um direito que constitui uma conquista histórica de muitas gerações de trabalhadores e é simbolizada pelo 1º de Maio.

A consumação deste escandaloso «acordo» talvez explique a benevolência e a simpatia com que os meios do grande capital acolheram a «nova maioria» ainda na pré-campanha para as legislativas.

Não é esta, sequer, a primeira manifestação de generosidade do governo do PS para com os interesses do grande patronato. Já no Orçamento rectificativo os tinha brindado com novos benefícios fiscais e o próprio Programa do Governo se compromete a prosseguir a política de concentração capitalista, que vem dos governos do PSD, nomeadamente através de um amplo e intenso programa de privatizações.

Ao adiar sucessivamente a **apresentação do Orçamento de Estado, para 1996**, tendo já ultrapassado os prazos legalmente fixados, o governo do PS parece hesitar em revelar a verdadeira natureza da política com que vai confrontar o país noutros sectores.

Não se trata apenas de ter falhado na operação impossível de meter o Rossio (das suas promessas eleitorais) na Betesga (da cega aceitação dos critérios de Maastricht), mas do receio do impacto na opinião pública da repetição das mesmas políticas que conduziram à crescente destruição do aparelho produtivo, ao desemprego em massa e à grave desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações na saúde, na segurança social, na educação e na habitação.

Na política externa não é apenas a submissão aos ditames da União Económica e Monetária, cada vez mais contestada e desacreditada, que prossegue e

que, em alguns casos se amplia. É a dependência e o seguidismo em relação aos Estados Unidos e à NATO, como no caso da operação da Bósnia, ao serviço de interesses e objectivos estratégicos que nada têm a ver com o interesse nacional, e onde já há a lamentar a perda de vidas.

Apesar de se comportar como continuador de aspectos fundamentais da política de direita, o governo do PS parece recear, que os partidos de direita, seja pela crise interna em que estão mergulhados, seja por cálculo em relação ao futuro da presente solução governativa, não o ajudem a viabilizar o Orçamento Estado na Assembleia da República.

Longe de retirar desta situação conclusões para arripiar caminho em relação à política seguida e à própria orientação orçamental, o Governo e o PS, no meio de «namoros», promessas e ameaças, redobram de iniciativas para cativar a direita e ir ao encontro de objectivos por que esta mostrou desde sempre grande preferência, como sejam a revisão da Constituição e das leis eleitorais, que a comissão política do partido do Governo já anunciou ir agendar na Assembleia da República após o debate orçamental e a que o CDS/PP já respondeu anunciando a apresentação do seu projecto de revisão.

O Comité Central do PCP salienta, por tudo isto, que os comunistas se empenharão cada vez mais no firme e enérgico combate às orientações, projectos, medidas e actuações que veiculem a política de direita, que atentem contra os interesses e direitos do nosso povo e do nosso país, e apelarão à luta popular para que não sejam defraudadas as esperanças de novo abertas pela vitória democrática de 14 de Janeiro.

O Comité Central do PCP volta a sublinhar que o PS terá de assumir plenamente as suas responsabilidades pela política que está a seguir e que o Governo não pode ter qualquer ilusão de que, em situações de dificuldade no plano parlamentar, o PCP possa constituir força de apoio e viabilização de uma política de que frontalmente discorda.

Resolução Política do Comité Central do PCP

A exigência de uma efectiva mudança

que deixa incompletas as instituições democráticas há muito previstas na lei fundamental, mas também de a instituição das regiões poder favorecer o desenvolvimento, estimular o alargamento da democracia representativa e participativa, preservar a autonomia municipal face ao poder e intervenção tentacular das Comissões de Coordenação Regional e outros serviços periféricos.

Tendo sido já entregues na Assembleia da República três projectos de lei do PCP - Finanças Regionais, Atribuições e Competências, Transferências de Serviços e Património, bem como um projecto de deliberação que prevê um calendário sobre esta matéria - importa também avançar com a apresentação de um projecto de lei referente à própria criação das Regiões.

O Comité Central considera que o avanço do debate interno no PCP, e na própria sociedade, torna possível a reconsideração da definição das áreas de partida, substituindo a anterior proposta assente nos distritos por uma proposta com base nos distritos ou agrupamento de distritos, aberta e flexível.

Sublinhando que a proposta que o PCP se compromete a apresentar constituirá tão-só uma proposta de áreas de partida, e que se inserirá num processo em que obrigatoriamente as Assembleias Municipais e as populações terão uma palavra decisiva sobre a configuração final das áreas das regiões administrativas a criar, o Comité Central apela às organizações do Partido para a dinamização, nos próximos meses do debate em torno da regionalização democrática do país, quer a nível das estruturas partidárias quer junto da população.

Para além de pretender um processo de determinação das regiões construído a partir das populações, o PCP prevê a possibilidade de cada região ser concebida como "polinucleada", sem determinação de uma capital ou sede regional e aberta ao princípio de uma descentralização dos principais órgãos, serviços e delegações regionais, pelos principais núcleos existentes em cada região.

O anúncio por parte do PS de que tenciona avançar, depois do debate do Orçamento do Estado, com a **revisão da Constituição e com a alteração da legislação eleitoral** e a apresentação do projecto de revisão do CDS/PP, coloca na ordem do dia temas de crucial importância para o futuro da democracia portuguesa. É particularmente significativo que o CDS/PP, no momento em que as atenções se deveriam voltar para o Orçamento do Estado e para os direitos sociais, abra um processo de revisão ordinária que procura desviar as atenções do que deveriam ser as questões da agenda política.

Na anterior legislatura, como se sabe, o processo de revisão gorou-se devido ao facto de o PS não ter pretendido pagar os custos políticos de um entendimento com o PSD na véspera das eleições legislativas. Agora, tal processo pode precipitar-se, eventualmente em moldes preocupantes, para a democracia e os direitos fundamentais, em particular dos trabalhadores e dos direitos sociais, tal processo pode eventualmente decorrer no quadro de vastos entendimentos entre o PS, o PSD e o próprio CDS/PP de que podem resultar sérias alterações ao regime democrático constitucionalmente consagrado, com restrições à democraticidade do sistema eleitoral e aos próprios direitos sociais.

Num tal quadro, o Comité Central considera ser necessário dirigir desde já um apelo à mobilização da consciência e da opinião pública democrática para transformar a próxima revisão constitucional num processo amplo e vivamente participado, que possibilite defender o sentido e o alcance essencial da Constituição, do regime democrático e dos direitos fundamentais que consagra.

O PCP intervirá no processo de revisão constitucional com vista a combater esta nova ofensiva contra a lei fundamental e o funcionamento das instituições democráticas e fortalecer a protecção dos direitos fundamentais.

O secretário-geral do PCP, acompanhado de outros dirigentes comunistas, na conferência de imprensa. Carlos Carvalhas expôs aos jornalistas as linhas gerais da Resolução do CC



As graves consequências para o país na insistência das **políticas de Maastricht e do avanço para a moeda única**, que estão a levar à destruição do aparelho produtivo, ao agravamento da situação social e à dependência do país, exigem um firme combate a estas orientações e a uma clara mudança de rumo e coloca com particular premissa a necessidade de que os portugueses se pronunciem através do Referendo.

O Comité Central encarrega os Organismos Executivos e o Grupo Parlamentar de procederem às diligências necessárias para que o projecto do PCP sobre a revisão extraordinária da Constituição, para possibilitar o Referendo sobre matéria de integração europeia, seja prontamente agendado e debatido na Assembleia da República.

A dinamização e o fortalecimento do PCP

Nas presentes circunstâncias, importa tanto sublinhar a decisiva necessidade de dinamizar a intervenção e reforçar a organização do PCP, como a existência de condições objectivamente favoráveis para a sua concretização.

O grande sucesso alcançado pela Campanha Nacional de Fundos do PCP, que em cerca de 10 meses recolheu cerca de 206 000 contos de receitas extraordinárias, ultrapassando o seu objectivo de realizar 150 000 contos, constitui uma demonstração de apoio e reconhecimento quanto à indispensável contribuição do PCP para democracia e o progresso do país.

Tomar a iniciativa no plano social e político; romper rotinas e enquistamentos; melhorar as linhas de comunicação com a sociedade portuguesa, com destaque especial para os trabalhadores e para a juventude; afirmar audaciosamente os objectivos e os valores do PCP; chamar à vida partidária muitos novos membros; reforçar e renovar a estruturação e a vida política das organizações e aperfeiçoar o seu funcionamento democrático; - tal é a linha de

rumo que as exigências da nova fase política colocam aos comunistas portugueses.

O Comité Central do PCP na sua primeira reunião de um ano que ficará marcado pela comemoração do 75.º aniversário do PCP e pela realização, no final do segundo semestre, do XV Congresso, apela a todos os membros do Partido para uma empenhada participação na vida partidária.

Sem desconhecer a dificuldade e a complexidade dos problemas e da luta que os comunistas têm pela frente; sublinhando ao mesmo tempo a necessidade de um trabalho persistente e em profundidade; o Comité Central dirige a todos os militantes, aos trabalhadores, aos jovens, aos democratas que nos dão o seu apoio, uma palavra de confiança no futuro, na concretização dos exaltantes objectivos políticos, e no valor dos ideais que constituem a razão de ser do Partido Comunista Português.

26.01.96

O Comité Central do Partido Comunista Português